



# Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXVII - PALMAS, SEGUNDA - FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 2015 - Nº 4.294



PODER EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

## ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

### ATO Nº 62 - PRM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, e tendo em vista o Procedimento Administrativo 2014/24830/003577, resolve

#### PROMOVER

CARMELITA ALVES PEREIRA, matrícula 558683-1, integrante da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, ao Posto de 2º Tenente, referência “I” no respectivo quadro, por contar com mais de vinte e cinco anos de contribuição previdenciária.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 63 - PRM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, e tendo em vista o Procedimento Administrativo 2014/24830/003262, resolve

## SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	01
CASA CIVIL	02
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	02
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	03
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	03
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	04
SECRETARIA DA FAZENDA	08
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	14
E RECURSOS HÍDRICOS	14
SECRETARIA DA SAÚDE	14
ADAPEC	14
AEM-TO	14
DETRAN	15
JUCETINS	15
DEFENSORIA PÚBLICA	15
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	19
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	23
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	32

#### PROMOVER

RAIMUNDO NONATO MORAES DE OLIVEIRA, matrícula 486090-1, integrante da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, ao Posto de 2º Tenente, referência “J” no respectivo quadro, por contar com mais de trinta anos de contribuição previdenciária.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 66 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no art. 1º do Decreto 4.706, de 20 de dezembro de 2012, e, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0014851-32.2014.827.0000, resolve

#### NOMEAR

ALINE PAULA DE OLIVEIRA EVARISTO, inscrição 0050214454, 2ª classificada, para exercer a função do cargo de provimento efetivo de Extensionista Rural – Área Econômica – Engenheiro de Alimentos, do Quadro-Geral do Poder Executivo, com lotação no Município de Porto Nacional.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 79 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

MARCOS EURÍPEDES BORBA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Finanças - DAI-1, da Casa Civil, a partir de 2 de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 9 dias do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 86 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

CLEVERSON ALVES DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial do Gabinete do Governador I - DAS-2, da Secretaria-Geral de Governo, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 12 dias do mês de janeiro de 2015; 194ª da Independência, 127ª da República e 27ª do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

Secretário-Chefe: TÉLIO LEÃO AYRES

PORTARIA CCI Nº 2 - CSS, DE 6 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 2, de 20 de janeiro de 2011, resolve

C E D E R

ao Município de Palmas os servidores adiante indicados, integrantes do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica:

1. LUIZ CARLOS ALVES TEIXEIRA, matrícula 380730-2, Médico;
2. WHISLLAY MACIEL BASTOS, matrícula 1067265-2, Enfermeiro.

PORTARIA CCI Nº 3 - CSS, DE 6 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 2, de 20 de janeiro de 2011, resolve



Marcelo de Carvalho Miranda  
GOVERNADOR DO ESTADO

Télio Leão Ayres  
SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

ESTADO DO TOCANTINS

C E D E R

ao Município de Palmas a Assistente Administrativa MARIA ALDINÉA RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula 587130-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

PORTARIA CCI Nº 9 - CSS, DE 9 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, e com fulcro no art. 24 da Lei 2.859, de 30 de abril de 2014, no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

à Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano o Professor Assistente IBANÊS DIAS LOPES, matrícula 331160-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

APOSTILA CCI Nº 1 - APT, DE 8 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

A P O S T I L A R

o Ato nº 55 - NM, de 5 de janeiro de 2015, publicado na edição 4.289 do Diário Oficial do Estado, a fim de considerar corretas as seguintes expressões gráficas:

1. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA;
2. KATIANNE LOPES DE PAIVA;
3. MARIA BEATRIZ ALEIXO DIAS;
4. WENDEL CARRIJO FLORES.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Secretário-Chefe: LUIZ ANTÔNIO DA ROCHA

PORTARIA CGE Nº 01/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, inc. IV, da Constituição Estadual, e

Considerando as competências e responsabilidades previstas no art. 3º da Lei nº 2.735, de 4 de julho de 2013;

Considerando que a Secretaria de Estado da Saúde foi, recentemente, alvo de diligência e investigação da Polícia Federal, em diversos processos de despesas, para fins de combater e esclarecer eventuais crimes contra a Administração Pública;

Considerando a gravidade e seriedade dos fatos ocorridos, com identificação de evidentes fraudes em aquisições de materiais e medicamentos;

Considerando ainda os diversos processos de compras e contratação de serviços que foram iniciados na gestão anterior e continuam em execução;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão composta pelos servidores: Milene Martins Ramos, Matrícula nº 554343-1; Herlon Márcio Garcia Barboza, Matrícula nº 1068431; Milton Ferreira Castro, Matrícula nº 67808; Paulo Lucin Meurer, Matrícula nº 810852; Wellingthon Junior Silveira, Matrícula nº 1030671; Rosário Luiz da Silva, Matrícula nº 200739; Cristiane Dalastra, Matrícula nº 1113526; Augusto de Souza Pinheiro Junior, Matrícula nº 560380; e Valterly Silva Passos, Matrícula nº 978799, todos lotados na Controladoria Geral do Estado, para, sob a presidência do primeiro, procederem à verificação da legalidade e regularidade das despesas com aquisição materiais e medicamentos e contratação de serviços, que se encontram em andamento na Secretaria da Saúde, visando prevenir danos ao erário e identificar a real necessidade da despesa solicitada.

Art. 2º A Comissão fica autorizada a requisitar servidores com especialidade na área para auxiliarem na execução dos trabalhos, bem como realizar visitas aos setores e entrevistas com os responsáveis.

Art. 3º O prazo para realização dos trabalhos e entrega do relatório é de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Procurador-Geral: **SÉRGIO RODRIGO DO VALE**

### PORTARIA PGE/GAB Nº 006/2015

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 42, inciso I da Constituição do Estado, c/c art. 19, inciso XXI da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, resolve:

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, a fruição das férias legais do Procurador HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO, número funcional nº 648076-1, previstas para o período de 05/01/2015 a 03/02/2015, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 17/08/2013 a 16/08/2014, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao Procurador.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2015.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 007/2015

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 42, inciso I da Constituição do Estado, c/c art. 19, inciso XXI da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, resolve:

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, a fruição das férias legais do servidor LEANDRO MARTINS DA SILVA, número funcional nº 111500-1, previstas para o período de 05/01/2015 a 19/01/2015, 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 26/04/2013 a 25/04/2014, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e o servidor.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2015.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 008/2015

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 42, inciso I da Constituição do Estado, c/c art. 19, inciso XXI da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, resolve:

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, a fruição das férias legais da servidora RAIMUNDA FRANCISCA ROCHA SILVA, número funcional nº 291599-6, previstas para o período de 05/01/2015 a 19/01/2015, 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 12/05/2013 a 11/05/2014, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a servidora.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2015.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 009/2015

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 42, inciso I da Constituição do Estado, c/c art. 19, inciso XXI da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, resolve:

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, a fruição das férias legais da Procuradora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES HÖFFMANN, número funcional nº 335827-3, previstas para o período de 05/01/2015 a 03/02/2015, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 17/08/2013 a 16/08/2014, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a Procuradora.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 07 dias do mês de janeiro de 2015.

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Secretário: **GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO**

### PORTARIA Nº 1419, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014. REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no art. 42, § 1º, inciso IV, da Constituição do Estado e no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, resolve:

EXONERAR, a pedido,

ALAN CARLOS BARROS DE SOUSA, número funcional 1011430/3, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-7, da Secretaria da Administração, a partir de 05 de novembro de 2014.

FELIPE VIEIRA SOUTO, número funcional 1272772/1, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-7, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, a partir de 20 de novembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 18 de dezembro de 2014.

LUCIANO PINTO BANDEIRA, número funcional 731769/1, do Cargo de Assessor Especial - SU-04, da Secretaria da Administração, a partir de 31 de Dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 16 de dezembro de 2014.

LÚCIO MASCARENHAS MARTINS  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no art. 42, § 1º, inciso IV, da Constituição do Estado e no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, resolve:

EXONERAR, a pedido,

CLEITON CARDOSO DA SILVA, número funcional 826070/3, do Cargo de Gerente de Núcleo – PGE – DASP-2, da Procuradoria-Geral do Estado, a partir de 30 de dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 30 de dezembro de 2014.

LILIAN WALERIA DA LUZ MENEZ, número funcional 1290665/1, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-5, da Secretaria da Saúde, a partir de 1º de dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 1º de dezembro de 2014.

ARNONE HIGA DE FIGUEIREDO, número funcional 90314/4, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-4, da Agência Tocantinense de Notícias, a partir de 31 de dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 29 de dezembro de 2014.

LUCIANO BELO REZENDE, número funcional 1255045/3, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-7, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, a partir de 30 de dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 30 de dezembro de 2014.

LAISLA FERREIRA MELGAÇO SILVA, número funcional 11206241/1, do Cargo de Assessoramento Direto – FAS-4, da Agência Tocantinense de Saneamento, a partir de 30 de dezembro de 2014, atendendo à solicitação constante em Requerimento, de 30 de dezembro de 2014.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

Secretário: **ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA**

**PORTARIA-SEDUC Nº 10, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

REMOVER, a pedido

MARISPERC MASCARENHAS DE SOUSA LIMA, matrícula nº 611892-3, Professor da Educação Básica, com lotação no Centro de Ensino Médio Castelo Branco, no Município de Araguaína, para o Colégio Estadual São José, no município de Palmas, vinculado à Diretoria Regional de Ensino de Palmas, com carga horária de 180 horas mensais, a partir de 26 de janeiro de 2015.

**EDITAL Nº 001, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.**

Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, modalidade PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA, instituído pelo edital nº 068 de 20 de novembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado, e de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 11, de 16 de abril de 2014, torna público o Resultado Final do Edital nº 068, de 20 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial nº 4.265, de 26 de novembro de 2014, referente o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS nos municípios em que formarem turmas, para atuarem no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, modalidade PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA.

CARGO: EDUCADOR DE ÁREA ESPECÍFICA

DRE	MUNICÍPIO-ÁREA	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO
Araguaína	Goiatins - Ciências Humanas	Mirian Fernandes de Sousa e Silva	10	aprovada
		Dinalva Coelho Soares Resplandes	8.0	aprovada
		Elizônia Mendes da Silva	6.5	aprovada
		Edmar Carvalho de Sousa	6.5	aprovado
		Felipe Carvalho Vitoriano	6.5	classificado
		Ilena Carvalho Correia	3.0	classificada
	Goiatins - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Maria Alice Correia Lima	7.5	aprovada
		Jairo Pereira Cruz	7.0	aprovada
		Darlan Santos de Oliveira	5.0	aprovado
	Goiatins - Ciências da Natureza ou Matemática	Manoel Gomes Campos	7.0	aprovado
		Darley Santos de Oliveira	6.0	aprovado
		Lusineve Amancio Amorim Lima	4.5	aprovada
	Goiatins	Adá Teixeira Reis		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Neurilene Tavares Quixaba Correia		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Luziara Ribeiro Lima		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Marly Gomes Soares		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Lais Sousa de Oliveira		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Cleidileia Moraes da Silva		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Cleonice Moraes da Silva			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Maria da Paz Guimarães Machado Silva			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Aldecy Rocha Alencar Tomazi			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Araguatins		Araguatins Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Ileidiane Rocha da Silva	6.5
	Adailson Moreira de Sousa		6.0	aprovado
	Adeilton Alexandre da Silva		6.0	aprovado
	Edivaldo Pereira de Sousa		4.5	aprovado
	Maria da Guia Guedes		3.5	aprovada
	Joelma Rodrigues da Silva		3.0	classificada
	Maria dos Santos Saraiva da Cruz		3.0	classificada
	Sara Gabriela Silva Vieira		3.0	classificada
	Araguatins Ciências Humanas	Pauliene Lopes Araújo	8.0	aprovado
		Nagib Buzar Neto	7.0	aprovado
		Maria do Socorro Silva	6.0	aprovada
		Marcelo Urbano da Silva	6.0	aprovado
		Maria Raquel Francisco da Silva	5.5	aprovada
		Joyce de Jesus Silva	5.0	classificada
		Esio Rodrigues Torres	4.5	classificado
		Elisângela Rodrigues Torres	4.0	classificada
		Laurilete Aquino de Araújo	4.0	classificada
		José Geraldo Gomes	3.5	classificado
Udisson Martins Gomes	3.5	classificado		
Eliones Eduardo de Sousa	3.5	classificado		
Gecivaldo Vieira da Silva	3.5	classificado		
Leidilene Fernandes Frazão	3.0	classificada		
Cleide Ramalho da Silva	3.0	classificada		
Romones da Silva Monteiro	3.0	classificado		
Maise Campos Herênio Firveda	3.0	classificada		

Araguatins Ciências da natureza e Matemática	Eumar Sousa Lima	7.5	aprovado
	Edlacyr Maia Ferreira	7.0	aprovado
	Paulo Roberto Rego Cunha	6.5	aprovado
	Regiane Kessias de Sousa Lira	6.5	aprovada
	Bruno Lucio Meneses Nascimento	6.5	aprovado
	Eliane da Silva Miranda	5.5	classificada
	Eula Maia Morbach	4.5	classificada
	Jucileia Dantas Falcão dos Santos	4.0	classificada
	Vania da Silva Ramos	3.0	classificada
	Valeria Oliveira Martins	3.0	classificada
	José de Araújo N. Junior	3.0	classificado
	Magna Conceição Silva	3.0	classificada
Araguatins	Antonio Ferreira Gomes		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Lourenço José Cavalcante Neto		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Joana Lúcia da Silva Martins		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Flavio dos Anjos Sousa		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Maria dos Anjos dos Santos Negreiros		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Augustinópolis - Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Alciléias Bezerra Goudinho de Sousa	5.0	aprovada
Augustinópolis - Ciências Humanas	Vangela Queiroz Melo	4.5	aprovada
	Claudiano da Conceição Lima	4.0	classificado
	Elanne Daniela Vieira de Sousa	3.0	classificada
	Marcos Jaercio do Nascimento	3.0	classificado
Augustinópolis - Ciências da Natureza e Matemática	Antonio dos Santos Sousa	7.5	aprovado
	José Carlos Sousa Lima	5.5	classificado
	Clailton Evangelista de Almeida	5.5	classificado
Buriti do Tocantins Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Maria Aparecida Pereira de Sousa	6.0	aprovada
	Roberta Mara Doroteu de Sousa	5.0	classificada
	Rafael Gomes da Silva	4.0	classificado
	Antonia Alves Sobrinho	3.5	classificada
	Leania Martins Chaves	3.5	classificada
	Cleane Gomes da Silva	3.0	classificada
Buriti do Tocantins Ciências Humanas	Francisca Pontes Mendonça	6.0	aprovada
	Antonio Evandro de Melo Silva	5.0	classificado
	Joana D'arc da Silva	3.0	classificada
	Maria Valdirene Silva de Souza Ferraz	3.0	classificada
Buriti do Tocantins Ciências da Natureza e Matemática	Jane Nunes do Nascimento Silva	4.5	aprovada
	Gilson da Silva Lima	4.5	classificado
	Isaque Rodrigues Carvalho	4.0	classificado
	Marcia Rosa Soares	3.0	classificada
Carrasco Bonito Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Diego Pereira Costa	5.0	aprovada
	Marcos Ferreira	3.5	aprovado
Carrasco Bonito Ciências da Natureza e Matemática	Antonio Maciel Góes	3.0	classificado
	Ana Cláudia Amorim Vieira		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Janiel Pereira Costa	8.0	aprovado
Carrasco Bonito Ciências Humanas	Ediel Pereira Costa	6.5	classificado
	Inácio Alves da Conceição	6.0	classificado
	Maria Rita Alves Monteiro	5.5	classificado
	Cleudiana Silvino Matos	6.5	aprovada
Esperantina Ciências Humanas	Deusivan do Nascimento Oliveira	6.5	classificado
	Iane Cardoso da Silva	4.5	classificado
	Rosineth Leite da Costa	4.0	classificado

Palmeirante Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Karla Ferreira Alencar	9.0	aprovada	
	Kelline Ferreira Alencar	9.0	aprovada	
	Celia Ferreira da Silva Dutra	4.0	aprovada	
	Jeaneri Salete de Paula Cosobeck	3.0	classificado	
	Edvaldo Alves dos Reis	3.0	classificado	
	Palmeirante Ciências da Natureza e Matemática	Ana Paula Brito Teles	6.5	aprovada
		Lionel Oliveira de Sousa	6.5	aprovada
	Colinas do Tocantins	José Geraldo Nascentes de Azevedo	8.5	aprovado
		Jany Resplandes Lima Medrado	8.0	aprovada
		Cleide Miranda da Silva	6.5	aprovada
		Dilma Ribeiro da Luz Soares	6.0	classificado
		Maria de Fatima daCruz	5.0	classificado
Lauri Eduardo Rosler		5.0	classificado	
Isaú Flaviano Queiroz Diniz		5.0	classificado	
Joanilson Pereira de Farias		3.5	classificado	
Rachel Teles da Silva		3.0	classificado	
Loamy Alves Martins		3.0	classificado	
Jocivânia Messias Lima		3.0	classificado	
Maria Aparecida Messias Lima		3.0	classificado	
Luzimeire Pereira de Sousa		3.0	classificado	
Andreza Rafaela Correia de Vasconcelos		3.0	classificado	
Gleiciane Sousa Ribeiro		3.0	classificado	
Palmeirante Ciências Humanas				indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Daianne Rodrigues Silva Bueno		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Edleusa Machado de Melo		indeferido conforme item 4.7 do Edital
		Jair Aguiar da Silva		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Porto Nacional				indeferido conforme item 4.7 do Edital
			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Tocantinópolis	Breinho de Nazaré		Não houve Candidato	
	Santa Rita do TO		Não houve Candidato	
	Aguiarnópolis Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Mirele Jácome Silva	5.5	aprovada
	Aguiarnópolis Ciências Humanas	Raimundo Borges da Silva	4.5	aprovada
	Aguiarnópolis Ciências da natureza e Matemática	João Joviano de Medeiros Neto	7.0	aprovada
	Angico Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Suelane Rodrigues Dias Lima	5.5	aprovada
		Jakeane Gonçalves da Silva	5.0	classificada
		Rosimar Rodrigues Lima	3.0	classificada
		Silvandira Oliveira da Silva		indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Angico - Ciências Humanas	Ana Patricia dos Santos	6.5	aprovada
		Sâmia Souza Teixeira	6.5	classificada
		Zilma Alves da Costa Silva	4.5	classificada
Lucineide Rocha Barros Sousa		4.5	classificada	
Rosiane Conceição dos Santos		4.5	classificada	
Maria Ozeni Barbosa Lima		3.5	classificada	
Anne Solange Gonçalves de Oliveira Alvarenga			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Jeide Pereria da Silva			indeferido conforme item 4.7 do Edital	
Angico - Ciências da Natureza e Matemática	Jacione Dias de Araujo	7.0	aprovado	
	Francisca Pereira dos Reis Silva		indeferido conforme item 4.7 do Edital	

Darcinópolis - Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Marcela Pereira Lima	7.0	aprovada
	Oracio da Silva Negreiros	6.5	classificado
Darcinópolis - Ciências Humanas	Vicente Valdison Aires da Silva	7.5	aprovado
	Otávio Caetano Jacome	6.5	classificado
Darcinópolis - Ciências da Natureza e Matemática	João Ivan Sá do Vale	8.0	aprovado
Itaguatins Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Geyse Sayonara Vieira Eloi	5.5	aprovada
	Nice Pereira de Oliveira		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Itaguatins Ciências Humanas	Elias de Sousa Fernandes	5.0	aprovado
Itaguatins Ciências da Natureza e Matemática	Arnaldo Vieira de Melo	7.0	aprovado
	Armando Gomes da Silva	6.5	classificado
	Janescler da Silva Andrade	3.0	classificada
	Valéria Aguiar e Silva Castro		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Luzinópolis Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Sandra Maria de Sá Pereira	8.5	aprovada
Luzinópolis Ciências Humanas	Maria Nunes de Sousa	7.0	aprovada
	Maria Carmem Conceição da Silva	6.5	aprovada
	Veralucia Costa Lucas	4.5	classificada
Luzinópolis Ciências da Natureza e Matemática	Elienne Pereira da Costa	6.5	aprovada
Nazaré Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Raimunda Alves de Sousa Costa	7.0	aprovada
	Ildecy Gonçalves Cabral Bessa	4.5	aprovada
Nazaré - Ciências Humanas	Cícero Lima Chimango	7.0	aprovada
	Regiane Almeida dos Santos	6.5	aprovada
	Arlete Maria Silva Araujo	6.0	aprovada
	João Santos de Oliveira	6.0	classificado
	Francisco Wellington Lima de Araújo	6.0	classificado
	Marileuza Maria Brito de Queiroz	5.0	classificado
	Iracineide Rego dos Santos	5.0	classificado
	Hevorlanda Sousa Alves	4.5	classificado
	Francyelly Sousa Ribeiro-	3.5	classificado
	Marcina de Sousa Fernandes		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Nazaré - Ciências da Natureza e Matemática	Liege Araújo de Miranda	6.5	aprovada
	Maria Dilva da Rocha Almeida	3.5	aprovada
	Heltony Antonio Rodrigues da Silva	3.0	aprovado
Palmeiras do Tocantins Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Elisandra Alves Braga Aires	8.5	aprovada
	Ludmyla Maria Farias Maciel Duarte	6.5	aprovada
	Maria Martins de Souza Paula	6.5	aprovada
	Sebastião Neto Lopes de Almeida	3.5	aprovado
Palmeiras do Tocantins Ciências Humanas	Francisca Celma Oliveira Silva	8.0	aprovada
	Maria da Paz da Silva Sousa Alves	6.5	aprovada
	Maria José de Nazaré dos Reis Menezes	6.0	aprovada
	Taynara Bandeira Aguiar Leal	5.5	aprovado
	Adalmir Pereira da Silva	4.5	classificado
	Queila Delta Rodrigues de Oliveira	1.0	classificado
			indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Valdirene Claaro da Silva		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Palmeiras do Tocantins Ciências da Natureza e Matemática	Isadora Cardoso de Sousa	8.0	aprovada
	Maria Luiza Rodrigues de Sousa Nascimento	6.5	aprovada
	Aurelina Dias Negreiros Nascimento	6.0	aprovada
	Patrícia Rodrigues de Sousa Moura	4.5	aprovada
	Jeferson Lira de Sousa	4.5	classificado
	Renata Barbosa da Silva	4.0	classificada
	Francisco Walter de Lima Gomes	3.0	classificado
	Antonia Vieira de Lima	3.0	classificada
	Helena Antonieta da Silveira	3.0	classificada
	Izaiane Rodrigues Neres Almeida		indeferido

			conforme item 4.7 do Edital
Santa Terezinha do Tocantins Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Odineia Nogueira dos Santos-	7.5	aprovada
	Valmirene Saraiva de Sousa	7.0	aprovada
	Maria Martins Oliveira	6.5	classificada
	Antonio Ronaldo Rodrigues Veloso	6.5	classificado
	Adriana Mendes Moreira	5.0	classificada
	Maria Francisca Alves de Araújo	3.5	classificada
	Claudia Francisca Gomes da Silva Mauch	3.0	classificada
			indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Eva Tavares de Freitas		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Santa Terezinha do Tocantins Ciências Humanas	Rosilane Martins da Silva	10.0	aprovada
	Ana Cleres Mendes da Costa Leal	8.5	aprovada
	Elza Alves da Silva	8.0	classificada
	Lidiane Lopes Baião	4.5	classificada
Santa Terezinha do TO Ciências da Natureza e Matemática	Maria Conceição Pereira de Almeida	9.5	aprovada
	Edleuza de Souza Miranda	8.0	aprovada
	Maria Brenda Pereira de Almeida	4.5	classificada
Tocantinópolis Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Keyle Karoline Pereira da Silva	7.5	aprovada
	Francisca Neide Amancio Alves	5.0	classificada
			indeferido conforme item 4.7 do Edital
	Celia Maranhão Ribeiro		indeferido conforme item 4.7 do Edital
Tocantinópolis Ciências Humanas	Marinéia Ribeiro Belizario	8.0	aprovada
	Elzira Coelho Brito de Souza	7,5	classificada
Tocantinópolis Ciências da natureza e Matemática	Sonia Paula Santos do Nascimento Ferreira	8.0	aprovada
	Iraciana Lima Carneiro	6.5	classificada

CARGO: EDUCADOR DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

DRE	MUNICÍPIO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO	
Araguaina	Goiatins	Ewalter Santos de Oliveira	4.0	aprovado	
		Sostenes Teixeira de Oliveira	4.0	aprovado	
		Renan da Costa Lima		indeferido conforme item 4,7 do Edital	
Araguatins	Araguatins	José Pereira da Silva Neto	5.0	aprovado	
		Josevaldo dos Santos Lima	4.0	aprovado	
		Marcelo Santos Alves	3.0	aprovado	
		Edilson Resplandes dos Santos	3.0	aprovado	
		Natanael Cardoso dos Reis	2.0	aprovado	
		Jardeilson Barros dos Santos		indeferido conforme item 4,7 do Edital	
		Thalita Rodrigues Silva		indeferido conforme item 4,7 do Edital	
	Augustinópolis	Antonio Marcos Nunes Bandeira	3.0	aprovado	
		Angêla Pereira de Lima	3.0	classificada	
	Buriti do Tocantins	Yara Gabriela de Freitas	2.0	aprovada	
Paula Roberta de Oliveira		1.5	classificada		
Carrasco Bonito		Não houve candidato			
Esperantina		Não houve candidato			
Colinas do Tocantins	Palmeirante	Cesio Silva Pinho	6.0	aprovado	
		José Gomes de Oliveira Neto	4.0	aprovado	
		Vitor da Silva Azevedo	4.0	aprovado	
		Moacy Lima do Carmo	3.0	classificado	
		Gracilene Ferreira Xavier	3.0	classificada	
		Marcio Hercules Espirito Santo Sousa	3.0	classificado	
				indeferido conforme item 4,7 do Edital	
			Renan da Costa Lima		indeferido conforme item 4,7 do Edital
			Antonio Vitor Ribeiro Gonçalves		indeferido conforme item 4,7 do Edital



## SECRETARIA DA FAZENDA

Secretário: PAULO AFONSO TEIXEIRA

## PORTARIA SEFAZ Nº 04, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10.º, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2.º, § 2.º do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e correção fazendária, resolve:

DESIGNAR,

o Auditor Fiscal da Receita Estadual, abaixo relacionado, para executar serviços especiais, junto a Diretoria de Fiscalização, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de janeiro de 2015, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhas.

Nº	Nome	Matrícula	Descrição
1	Carlos Eduardo Zagallo da Silva	482666	Atividade Interna

## 05 RESUMO IPI MENSAL DEZ 2014

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições legais e em observância ao disposto no artigo 162, da Constituição

Federal. INFORMA os valores correspondentes as receitas IPI, referente ao mês dezembro/2014, repassado aos municípios.

ORDEM	MUNICÍPIOS	IPI 25%
1	ABREULÂNDIA	152,25
2	AGUIARNÓPOLIS	538,34
3	ALIANÇA DO TOCANTINS	277,87
4	ALMAS	370,81
5	ALVORADA	458,81
6	ANANÁS	426,79
7	ANGICO	231,68
8	APARECIDA DO RIO NEGRO	195,06
9	ARAGOMINAS	227,53
10	ARAGUACEMA	326,81
11	ARAGUAÇU	710,66
12	ARAGUAÍNA	7.823,87
13	ARAGUANÃ	341,05
14	ARAGUATINS	597,44
15	ARAPOEMA	391,34
16	ARRAIAS	413,50
17	AUGUSTINÓPOLIS	469,06
18	AURORA DO TOCANTINS	150,34
19	AXIXÁ DO TOCANTINS	197,07
20	BABAÇULÂNDIA	261,52
21	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	732,83
22	BARRA DO OURO	117,23
23	BARROLÂNDIA	215,42
24	BERNARDO SAYÃO	280,91
25	BOM JESUS DO TOCANTINS	137,96
26	BRASILÂNDIA	140,31
27	BREJINHO DE NAZARÉ	276,70
28	BURITI DO TOCANTINS	210,95
29	CACHOEIRINHA	240,45
30	CAMPOS LINDOS	965,25
31	CARIRI DO TOCANTINS	807,32
32	CARMOLÂNDIA	190,78
33	CARRASCO BONITO	202,72
34	CASEARA	331,16
35	CENTENÁRIO	121,56
36	CHAPADA DA NATIVIDADE	159,99
37	CHAPADA DE AREIA	112,31
38	COLINAS DO TOCANTINS	1.447,54
39	COLMÉIA	344,73

40	COMBINADO	194,35
41	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	179,40
42	COUTO MAGALHÃES	264,59
43	CRISTALÂNDIA	374,26
44	CRIXÁS DO TOCANTINS	166,51
45	DARCINÓPOLIS	242,14
46	DIANÓPOLIS	1.584,18
47	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	365,89
48	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	311,31
49	DUERÉ	413,62
50	ESPERANTINA	125,90
51	FÁTIMA	216,97
52	FIGUEIRÓPOLIS	473,26
53	FILADÉLFIA	371,64
54	FORMOSO DO ARAGUAIA	1.468,56
55	FORTALEZA DO TABOÃO	341,56
56	GOIANORTE	227,73
57	GOIATINS	301,24
58	GUARAÍ	1.544,09
59	GURUPI	5.361,39
60	IPUEIRAS	146,30
61	ITACAJÁ	422,52
62	ITAGUATINS	180,52
63	ITAPIRATINS	201,02
64	ITAPORÃ DO TOCANTINS	240,61
65	JAÚ DO TO	250,79
66	JUARINA	194,60
67	LAGOA DA CONFUSÃO	985,57
68	LAGOA DO TOCANTINS	107,96
69	LAJEADO	2.538,62
70	LAVANDEIRA	95,13
71	LIZARDA	185,07
72	LUZINÓPOLIS	104,37
73	MARIANÓPOLIS	364,01
74	MATEIROS	614,91
75	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	420,48
76	MIRACEMA DO TOCANTINS	2.816,37
77	MIRANORTE	438,71
78	MONTE DO CARMO	536,82
79	MONTE SANTO	140,27
80	MURICILÂNDIA	252,88
81	NATIVIDADE	436,73
82	NAZARÉ	117,64
83	NOVA OLINDA	929,20
84	NOVA ROSALÂNDIA	152,10
85	NOVO ACORDO	206,95
86	NOVO ALEGRE	143,50
87	NOVO JARDIM	199,20
88	OLIVEIRA DE FÁTIMA	99,40
89	PALMAS	16.395,75
90	PALMEIRANTE	181,22
91	PALMEIRAS DO TOCANTINS	143,12
92	PALMEIRÓPOLIS	361,21
93	PARAÍSO DO TOCANTINS	2.995,65
94	PARANÃ	2.019,06
95	PAU D'ARCO	238,13
96	PEDRO AFONSO	677,75
97	PEIXE	3.612,73
98	PEQUIZEIRO	287,37
99	PINDORAMA DO TOCANTINS	149,16
100	PIRAQUÉ	287,87
101	PIUM	707,54
102	PONTE ALTA BOM JESUS	145,75
103	PONTE ALTA DO TOCANTINS	426,92
104	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	121,39
105	PORTO NACIONAL	2.355,27
106	PRAIA NORTE	378,19
107	PRESIDENTE KENNEDY	183,48
108	PUGMIL	207,49
109	RECURSOLÂNDIA	133,30
110	RIACHINHO	219,69
111	RIO DA CONCEIÇÃO	310,25
112	RIO DOS BOIS	160,25
113	RIO SONO	203,66

114	SAMPAIO	157,80
115	SANDOLÂNDIA	346,25
116	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	421,53
117	SANTA MARIA DO TOCANTINS	144,74
118	SANTA RITA DO TOCANTINS	201,62
119	SANTA ROSA DO TOCANTINS	232,31
120	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	126,12
121	SANTA TEREZINHA	95,94
122	SÃO BENTO DO TOCANTINS	149,32
123	SÃO FELIX DO TOCANTINS	250,60
124	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	211,49
125	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	164,67
126	SÃO SEBASTIAO DO TOCANTINS	196,90
127	SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	238,63
128	SILVANÓPOLIS	193,83
129	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	251,60
130	SUCUPIRA	191,11
131	TAGUATINGA	868,66
132	TAIPAS DO TOCANTINS	107,73
133	TALISMÃ	307,59
134	TOCANTÍNIA	847,90
135	TOCANTINÓPOLIS	1.439,86
136	TUPIRAMA	180,08
137	TUPIRATINS	124,03
138	WANDERLÂNDIA	278,30
139	XAMBIOÁ	1.475,24
	TOTAL GERAL	91.754,81

Palmas (TO), 05 de Janeiro de 2015.

PAULO AFONSO TEIXEIRA  
Secretário

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**ATO DECLARATÓRIO Nº 134, DE 07 DE AGOSTO DE 2009.  
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 10, Inciso I, do Decreto n.º 432, de 28 de abril de 1997,

DECLARA:

1. Fica autorizado para uso fiscal no Estado do Tocantins, o equipamentos Emissor de Cupom Fiscal – ECF, a seguir especificado:

Marca	Tipo	Modelo	Versão Inicial	Número do Documento de Homologação	
				N.º TDF(*)	Data
DARUMA	ECF-IF	FS2100T	01.00.05	027/2008	01/12/2008

LEGENDA: (\*) TDF – Termo Descritivo Funcional

2. Este Ato entra em vigor nesta data.

ISMARLEY VAZ DA SILVA  
Superintendência de Administração Tributária

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA INTERVENÇÃO TÉCNICA EM EQUIPAMENTO ECF (ETCI-ECF)**

**Nº 001/2008  
PAT N.º 2014/6040/504924**

Cumpro o dever de, na forma do disposto no §2º do art. 325, Regulamento do ICMS, com a redação dada pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, COMUNICAR a todos os contribuintes, órgãos estaduais públicos e de classes e às autoridades competentes, cuja jurisdição estão subordinadas a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, que a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, por meio do Departamento de Gestão Tributária/Diretoria de Informações Econômico Fiscais/Coordenadoria de Automação Fiscal, DEFERIU o Décimo Primeiro Termo Aditivo de Credenciamento para

Intervenção Técnica em equipamento Emissor de Cupom Fiscal (TACIT-ECF) correspondente ao PAT N.º 2014/6040/504924, do Termo de Credenciamento para Intervenção Técnica em equipamento Emissor de Cupom Fiscal (TCIT-ECF) N.º 001/2008, PAT N.º 2008/6040/500180, da empresa ORTOMAQ LTDA – ME, para realizar INTERVENÇÃO TÉCNICA, exclusivamente, em EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF), identificados no ANEXO, do respectivo Termo de Credenciamento para Intervenção Técnica em ECF (TCIECF).

Esclareço, ainda, que o Termo de Credenciamento Para Intervenção Técnica em ECF (TDIT-ECF), supracitado reveste-se de caráter normativo e, portanto, de cumprimento obrigatório por parte da EMPRESA CREDENCIADA EM INTERVIR EM ECF.

ISMARLEY VAZ DA SILVA  
Diretor do Departamento de Gestão Tributária

**ANEXO A QUE SE REFERE À CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA INTERVENÇÃO TÉCNICA EM ECF (TCI-ECF)**

Nº 001/2008

TERMO DE CREDENCIAMENTO – TC – ECF Nº 001/2008	Nº PAT 2008 6040 500180
PRIMEIRO ADITIVO	Nº PAT 2008 6040 503450
SEGUNDO ADITIVO	Nº PAT 2009 6040 502627
TERCEIRO ADITIVO	Nº PAT 2010 6040 500222
QUARTO ADITIVO	Nº PAT 2011 6040 500691
QUINTO ADITIVO	Nº PAT 2011 6040 500899
SEXTO ADITIVO	Nº PAT 2011 6040 501602
SÉTIMO ADITIVO	Nº PAT 2012 6040 502616
OITAVO ADITIVO	Nº PAT 2013 6040 500689
NONO ADITIVO	Nº PAT 2013 6040 501602
DECIMO ADITIVO	Nº PAT 2014 6040 503221
DECIMO PRIMEIRO ADITIVO	Nº PAT 2014 6040 504924

N.º de Ordem	TÉCNICO CREDENCIADO	ATO HOMOLOGATÓRIO	MARCA	MODELO	TIPO
001	Alfredo Rodrigues dos Reis	TDF Nº 027/2008	FS-2100T	DARUMA AUTOMAÇÃO	ECF-IF
		TDF Nº 026/2008	FS600		
		TDF Nº 025/2008	FS700H		
		TDF Nº 024/2008	FS700M		
		TDF Nº 004/2010	MACH2		
		TDF Nº 005/2010	MACH3		
		TDF Nº 003/2010	MACH4		
002	Bruno Sheslon Lima dos Santos	TDF Nº 027/2008	FS-2100T	DARUMA AUTOMAÇÃO	ECF-IF
		TDF Nº 026/2008	FS600		
		TDF Nº 025/2008	FS700H		
		TDF Nº 024/2008	FS700M		
		TDF Nº 004/2010	MACH2		
		TDF Nº 005/2010	MACH3		
		TDF Nº 003/2010	MACH4		
003	Carlos Jean Quirino dos Santos	TDF Nº 027/2008	FS-2100T	DARUMA AUTOMAÇÃO	ECF-IF
		TDF Nº 026/2008	FS600		
		TDF Nº 025/2008	FS700H		
		TDF Nº 024/2008	FS700M		
		TDF Nº 004/2010	MACH2		
		TDF Nº 005/2010	MACH3		
		TDF Nº 003/2010	MACH4		

Palmas – TO, aos 02 de janeiro de 2015.

ISMARLEY VAZ DA SILVA  
Assinatura do Superintendente de Gestão Tributária da SEFAZ – TO

WILSON CHARLES SOUSA DE SEIXAS  
Assinatura do sócio, responsável ou representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome: Neuza de Jesus Carneiro Silva  
Carteira de Identidade: 418.774 – SSP/TO MAT: 90002844-1  
Assinatura \_\_\_\_\_

Nome: Guilherme Sales de Carvalho  
Carteira de Identidade: 7053 – SSP/TO MAT: 692255-4  
Assinatura \_\_\_\_\_

**PORTARIA SEFAZ/DGT Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.**

Dispõe sobre intimação para regularização cadastral.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, § 4º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Intimar nos termos do § 1º, do Art. 101, do RICMS, os contribuintes relacionados no Anexo Único, para, no prazo de dez dias da data de publicação desta Portaria, apresentarem à Delegacia Regional de sua circunscrição, os documentos necessários à regularização de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Parágrafo único. O contribuinte que não regularizar sua situação cadastral, no prazo previsto, terá sua inscrição suspensa e seus documentos fiscais considerados inidôneos.

Art. 2º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 3º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 4º As Delegacias Regionais deverão informar à Diretoria de Informações Econômico-Fiscais, da Superintendência de Gestão Tributária, dentro do prazo fixado no art. 1º, acerca dos contribuintes relacionados no Anexo que regularizarem sua situação cadastral perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISMARLEI VAZ DA SILVA  
Superintendente

**ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 001, de 06 de janeiro de 2015.**

00950 DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.064.612-0	A C BARBOSA ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.064.898-0	A DA SILVA VICENTE ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.067.926-5	A A DE OLIVEIRA ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.070.221-6	A B S SANTANA ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.398.487-5	HAGATTA COM. DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.408.139-9	A. L. S. VIEIRA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		
29.409.591-8	A FERRARI FILHO	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

00954 DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.063.092-4	JOÃO MOREIRA PIMENTA	1702109 ARAGUAINA
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "C" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.447.296-7	CLEBER R DA SILVA	1701002 ANANAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

00955 DELEGACIA DA RECEITA DE GURUPI

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.011.641-4	JOSE ILARIO DE OLIVEIRA	1707306 DUERE
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.011.734-8	PEDRO SERRATO	1707306 DUERE
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.011.750-0	RAIMUNDO SOUZA AGUIAR	1707306 DUERE
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.011.785-2	WALTER ROCHA MOREIRA	1707306 DUERE
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.012.620-7	RIBAMAR FERREIRA DE MELO	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.014.168-0	A C JORGE	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.014.816-2	DOMINGOS JARDIM SOUZA	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.014.843-0	DROGARIA SOARES LTDA	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.015.133-3	HAMILTON DE MELO	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.015.583-5	LUCI TEOTONIO RIBEIRO- ME	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.016.059-6	HILARIO E RIBEIRO LTDA - ME	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.016.068-5	PEDRO VIEIRA DA CRUZ	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.016.230-0	RUIBERVAL J R MORAES	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.016.313-7	SILVERIO MACIEL FILHO - ME	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.016.450-8	VENEZA PLAZA HOTEL LTDA	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.023.749-1	WESLEY DA SILVA FERNANDES E CIA LTDA - ME	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.027.965-8	RODOVIARIO GURUPI ENCOMENDAS E CARGAS LTDA	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.028.750-2	EGLEYFARMA - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	1709500 GURUPI
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.029.431-2 A MARIA DA SILVA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.032.112-3 RAIMUNDO BATALHA NETO 1707306 DUERE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.034.688-6 MAGAZINE GURUPI LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.040.394-4 MANOELINA FERREIRA MOREIRA ME AMBULANTE 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.040.611-0 AILTON M DOS SANTOS 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.041.532-2 LOJA IPANEMA LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.045.320-8 COMERCIAL PECAS E ACESS P/ VEICULOS LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.047.038-2 MODULO INFORMATICA LTDA - ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.048.953-9 LIGIA MILHOMEM DA MOTA PEREIRA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.049.176-2 ROBSON ANTONIO CHAVES ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.050.311-6 ANTONIO ALVES BARBOSA ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.050.319-1 PEREIRA & BRITO LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.050.326-4 A N NAZARENO ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.051.346-4 CERAMICA BOA SORTE LTDA 1707306 DUERE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.051.385-5 M F MATOS 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.061.924-6 CASA DE CARNES E FRIOS ALTERNATIVA LTDA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.062.955-1 VALDETE DE OLIVEIRA ROCHA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.063.386-9 APLIK COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.064.088-1 SANTINA PEREIRA DE SOUZA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.069.374-8 SILVINO LOPES DA SILVA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.070.647-5 DANTAS GONCALVES E DANTAS LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.070.671-8 JOSE EMILIO IZZO 1720499 SAO VALERIO DA NATIVIDADE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.985-0 S S NASCIMENTO 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.373.661-8 MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA 1716604 PEIXE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.376.582-0 WN COMÉRCIO DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA - ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.381.962-9 NOLETO & NOLETO LTDA 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.383.370-2 U M BARBOSA ME 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.383.527-6 D. L. PEREIRA 1720499 SAO VALERIO DA NATIVIDADE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.386.497-7 VARIANI E CAMILO LTDA - ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.388.838-8 J ARNALDO DA SILVA 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.392.292-6 DÉCIO CONVENIENCIA GURUPI LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.393.350-2 MONALIZA FERREIRA CARVALHO 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.394.727-9 LANCHONETE E CHURRASCARIA CASA DO CAMINHONEIRO LTDA 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.395.750-9 IRON JOSE DOURADO 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.396.085-2 AGUIAR E LIMA LTDA ME 1707306 DUERE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.396.326-6 ROSALICE LOPES DE MORAIS 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.396.406-8 MOTO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.397.726-7 PANIFICADORA E LANCHONETE MARINHO LTDA 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.398.387-9 WAGNER DA SILVA - ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.398.582-0 GEUCELY DE JESUS E CIA LTDA 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.398.621-5 IDEAL COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME 1709500 GURUPI  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.078.015-2 MOACIR DE OLIVEIRA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.400.069-0 L. M. FERREIRA - EIRELI - ME 1716604 PEIXE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.080.646-1 DOMINGOS RODRIGUES NETO 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.400.889-6 J B DE CASTRO ESPIRITO SANTO 1720499 SAO VALERIO DA NATIVIDADE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.080.648-8 DIVINA MACEDO RUIZ 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.402.124-8 GISLENE M. DA SILVA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.080.655-0 JOAO MENDES DE SOUZA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.402.318-6 EVA NERES PEREIRA 1700350 ALIANCADOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.083.300-0 JOSE PEREIRA DE SOUZA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.402.381-0 E S M LEMOS 1720499 SAO VALERIO DANATIVIDADE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.083.305-1 JOAQUIM ALVES ROSA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.406.596-2 CHURRASCARIA E LANCHONETE FARROUPILHA LTDA 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.340.395-3 ILDA MARIA MARQUES OLIVEIRA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.408.564-5 SAMPAIO & FERREIRA LTDA 1703867 CARIRI DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.751-2 MARIA MEIRE CASTRO DOS SANTOS 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.408.714-1 DEUZANI FERNANDES DA SILVA 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.753-9 ADAO FRANCISCO DE OLIVEIRA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.409.070-3 D' ESSENCIA COM VAREJISTA DE ROUPAS LTDA 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.754-7 MANOEL MESSIAS DE AMORIM 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.409.351-6 ISMAEL ALVES FEITOSA 1706258 CRIXASDOTOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.757-1 ISMAEL PORTELA MESSIAS 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.410.779-7 B. RODRIGUES - - ME 1707306 DUERE  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.758-0 ANTONIO LUIS PEREIRA DA COSTA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

00959 DELEGACIA DA RECEITA DE COLINAS

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.760-1 CONSTANCIO BRITO DE SOUSA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.461.583-0 FRANCISCO DOS SANTOS LEÃO TOCANTINS 1703057 BANDEIRANTES DO TOCANTINS  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "M" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.764-4 LOURIVAL LOPES DA SILVA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

00961 DELEGACIA DA RECEITA DE ALVORADA

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.382.388-0 MEIRELES & RIBEIRO LTDA 1700707 ALVORADA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.771-7 MARIA DO CARMO RODRIGUES DOS SANTOS 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.415.607-0 SANTOS & REIS LTDA - ME 1700707 ALVORADA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "H" DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.341.773-3 ROBERTO DOS SANTOS OLIVEIRA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

**PORTARIA SEFAZ/DGT Nº 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.**

Dispõe sobre a suspensão cadastral dos contribuintes que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, § 4º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender o cadastro dos contribuintes relacionados no Anexo Único.

Parágrafo único. Considera-se como data da suspensão, a indicada no Anexo Único, no item "data do evento cadastral".

00962 DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.072.633-6 JOAQUIM LIMIRO FERREIRA 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.075.542-5 HELIO ALVES CAETANO 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Insc. Estadual Razão social Município  
 29.077.329-6 BENEDITO STELLA & OUTRO 1701903 ARAGUACEMA  
 Fundamentação legal  
 ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z4" DO RICMS - DEC.2912/06

Art. 2º São inidôneos, os documentos fiscais de contribuinte cuja inscrição estadual esteja suspensa.

Art. 3º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 4º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISMARLEI VAZ DA SILVA  
Superintendente

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 002, de 06 de janeiro de 2015.

00950 - DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS

Insc. Estadual Razão social Município  
29.041.048-7 LUIZ SERGIO CEREZOLI ME 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.069.572-4 ANTONIO OLIVEIRA DE ALMEIDA 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 22/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.404.491-4 RIBEIRO E SENA LTDA - ME 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 22/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.408.840-7 DIOGO FERRAZ B. LINS 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 22/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.411.226-0 RAFFINATO ARTEFATOS FINOS DE MADEIRA LTDA - ME 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 22/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.418.963-7 RABELO EMPREENDIMENTOS - COMÉRCIO DE CELULARES LTDA - ME 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 19/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.440.849-5 M V MARRA DA SILVA 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.458.275-4 MELK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA 1721000 PALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Z6" DO RICMS - DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

00951 - DELEGACIA DA RECEITA DE PORTO NACIONAL

Insc. Estadual Razão social Município  
29.413.487-5 PAULO ROBERTO MOLENA 1718204 PORTO NACIONAL  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.419.197-6 DENIZARD NETO CAMPOS CAMELO 1718204 PORTO NACIONAL  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.452.731-1 EMILTON SANTOS MILHOMEM 1718204 PORTO NACIONAL  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

00955 - DELEGACIA DA RECEITA DE GURUPI

Insc. Estadual Razão social Município  
29.377.033-6 WEISTON FERREIRA MARTINS 1720499 SAO VALERIO DA NATIVIDADE  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.381.176-8 TAIRONE ALVES MARTINS 1720499 SAO VALERIO DA NATIVIDADE  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.396.570-6 NONATO COSTA MELO 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 16/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.434.103-0 MAURO DE OLIVEIRA 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.436.207-0 MANOEL SALOMÃO DA SILVA ASSUNÇÃO 1707306 DUERE  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 23/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.445.243-5 GRACIELA GIACOMOLLI OLIVEIRA 1707306 DUERE  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 23/12/2014

00957 - DELEGACIA DA RECEITA DE TAGUATINGA

Insc. Estadual Razão social Município  
29.419.257-3 ADÃO MOURA DOS SANTOS ME 1700400 ALMAS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "A" DO RICMS - DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 18/12/2014

00962 - DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO

Insc. Estadual Razão social Município  
29.395.638-3 JACKSON WALLACE ANDRADE DA SILVA ME 1701903 ARAGUACEMA  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.418.640-9 MARKA ENGENHARIA LTDA 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 15/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.426.224-5 LAVOURA PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA 1701903 ARAGUACEMA  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 17/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.437.131-1 CAMILA FENOLI ALI- ME 1711902 LAGOA DA CONFUSAO  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 19/12/2014

Insc. Estadual Razão social Município  
29.448.237-7 MARCELO ALVES PEREIRA 1711902 LAGOA DA CONFUSAO  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "V" DO RICMS - DEC. 2912/06  
Data do Evento Cadastral: 19/12/2014

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS**

Secretária: **LUZIMEIRE RIBEIRO DE MOURA CARREIRA**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 44/2014  
 Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMADES  
 Contratado: MARCA MOTORS VEÍCULOS LTDA  
 Processo nº 2014.3900.000162  
 Objeto do Contrato:  
 Do objeto: A presente contratação decorre da implementação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMADES, INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS (NATURATINS) e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no âmbito do Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Parque Estadual do Jalapão - PEJ.  
 Desta forma, visa adquirir 03 (três) veículos (veículo utilitário tipo pick up), para atender as necessidades da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMADES, com motivação e finalidade descritas no termo de referência constante dos autos nº 2014.3900.000162.  
 Do valor: O valor do presente Contrato é estimado em R\$ R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais).  
 As despesas com a execução deste contrato correrão à conta de créditos disponibilizados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, em virtude do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS (NATURATINS) e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no âmbito do Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Parque Estadual do Jalapão - PEJ.  
 Do Local e prazo de entrega: Os Veículos deverão ser entregues na sede da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aos cuidados da Diretoria Geral de Meio Ambiente, localizada na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas – TO, CEP 77.001-002, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.  
 Data da assinatura: 23 de dezembro de 2014.  
 Signatários: ALEXANDRE TADEU M. RODRIGUES – Representante da Contratante  
 MARCO ZANCANER GIL - Representante da Contratada

**SECRETARIA DA SAÚDE**

Secretário: **SAMUEL BRAGA BONILHA**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2014**

PROCESSO: 2014 3055 004390  
 CONTRATO: 353/2014  
 CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
 CONTRATADA: VIBEL COMERCIAL LTDA  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO (CADEIRAS DE RÓDAS, MULETAS E ANDADORES)  
 VALOR: R\$ 1.660,00 (MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS)  
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1021.4136  
 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.32  
 FONTE: 250  
 VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TEM SUA VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME JUSTIFICATIVA À FL. 69.  
 DATA DA ASSINATURA: 16/12/2014  
 SIGNATÁRIOS: MÁRCIO CARVALHO DA SILVA CORREIA P/ CONTRATANTE  
 VIBEL COMERCIAL LTDA P/CONTRATADA

**ERRATA Nº 001**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2014**

O Superintendente de Compras e Central de Licitação da Secretaria de Estado de Saúde comunica aos interessados que, através desta, fica corrigido o valor unitário do item 100 da Ata de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 118/2014, republicada por incorreção no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.292, de 08 de janeiro de 2015, conforme segue:

Onde se lê:

GRUPO 10: ITENS 91 A 101 – PRÓTESE JOELHO PRIMÁRIO - REVISÃO MATERIAL DE ÓRTESES E PRÓTESES CONSIGNÁVEL							
ITEM	QTD MENSAL	QTD ANUAL	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
100	7	84	COMPONENTE TIBIAL REVISÃO METÁLICO CIMENTADO OU FIXAÇÃO BIOLÓGICA EM CUNHA - ENGLOBA TODAS DAS MEDIDAS	BAUMER	1.316,57	9.216,69	110.600,28

Leia-se:

GRUPO 10: ITENS 91 A 101 – PRÓTESE JOELHO PRIMÁRIO - REVISÃO MATERIAL DE ÓRTESES E PRÓTESES CONSIGNÁVEL							
ITEM	QTD MENSAL	QTD ANUAL	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
100	7	84	COMPONENTE TIBIAL REVISÃO METÁLICO CIMENTADO OU FIXAÇÃO BIOLÓGICA EM CUNHA - ENGLOBA TODAS DAS MEDIDAS	BAUMER	1.316,67	9.216,69	110.600,28

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO, Palmas (TO), 09 de janeiro de 2015.

GUSTAVO BOTTÓS DE PAULA  
 Superintendente de Compras e Central de Licitação

**ADAPEC**

Presidente: **HUMBERTO VIANA CAMELO**

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

INTERESSADOS: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC/TO. e FUNDO PRIVADO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - FUNDEAGRO.  
 OBJETO: indenizar o produtor rural/proprietário dos animais, diagnosticados positivos para tuberculose, que forem sacrificados durante a realização do estudo de prevalência da tuberculose bovina no Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei 569/48, regulamentada pelo Decreto 27.932/50 e Portaria ADAPEC nº 342, de 09 de setembro de 2014.  
 VIGÊNCIA: até o término dos testes diagnosticados, durante o estudo de prevalência da tuberculose bovina no Estado do Tocantins.  
 DATA DA ASSINATURA: 24/11/2014.  
 SIGNATÁRIOS: MARCELO AGUIAR INOCENTE.  
 Presidente - ADAPEC/TOCANTINS.  
 SADDIM BUCAR FIGUEIRA.  
 Presidente - FUNDEAGRO.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

INTERESSADOS: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC/TO. e FUNDO PRIVADO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - FUNDEAGRO.  
 OBJETO: Monitoramento sorológico para peste suína clássica em Granjas de suínos do Estado do Tocantins em conformidade com a Norma Interna DAS Nº. 05/2009 do MAPA.  
 VIGÊNCIA: até a conclusão dos exames sorológicos e recebimento dos resultados.  
 DATA DA ASSINATURA: 24/11/2014.  
 SIGNATÁRIOS: MARCELO AGUIAR INOCENTE.  
 Presidente - ADAPEC/TOCANTINS.  
 SADDIM BUCAR FIGUEIRA.  
 Presidente - FUNDEAGRO.

**AEM-TO**

Presidente: **RAIMUNDO ARRUDA BUCAR**

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 02/2014  
 PROCESSO Nº: 2013/3661/000093  
 CONTRATANTE: Agencia de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM/TO.  
 CONTRATADA: Prime Solution Soluções em Impressões Ltda – ME.  
 OBJETO: Serviços de cópias, impressões para atender esta AEM/TO.  
 VALOR: R\$ 41.760,00 (quarenta e um mil, setecentos e sessenta reais).  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20610.04.122.1055.4365, Natureza de Despesa 33.90.39  
 MODALIDADE: Carona ao Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 013/2013 da SEDUC/TO  
 RECURSOS: Convênio/INMETRO  
 FONTE: 0225002608  
 VIGÊNCIA: 20/01/2015 a 20/01/2016  
 DATA DA ASSINATURA: 19/12/2014  
 SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: RAIMUNDO COSTA PARRIÃO JÚNIOR – Presidente da AEM/TO.  
 Pela contratada: CLÉSIO ANTUNYS PEREIRA MENDONÇA – Representante da Contratada.

**DETRAN**Presidente: **EUDILON DONIZETE PEREIRA****PORTARIA Nº 007/2015/GAP, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

Dispõe sobre a designação de servidores para assinarem provisoriamente CRV (Certificado de Registro de Veículo) e CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo).

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere art. 40, inciso X da Constituição do Estado, alínea atribuída pelo Ato nº 22 NM de 1º de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 4.289, na data 05 de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade de emissão de CRV (Certificado de Registro de Veículo) e CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo);

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados nesta Portaria, para assinarem provisoriamente a partir de 02 de janeiro do corrente ano, até que seja realizada a confecção definitiva da chancela eletromecânica em nome do Presidente deste Órgão, os seguintes documentos:

CRV (Certificado de Registro de Veículo);  
CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo).

NOME	CPF	MATRÍCULA	CIDADE
WILMAN COELHO DE ALMEIDA	233.478.481-87	300771	PALMAS - SEDE
SIDNEY REIS DE FARIAS	526.422.321-15	634910	PALMAS - SEDE

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando disposições em contrário.

**PORTARIA Nº 008/2015/GAP, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

Dispõe sobre a designação de servidores para assinarem provisoriamente CRV (Certificado de Registro de Veículo) e CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo).

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere art. 40, inciso X da Constituição do Estado, alínea atribuída pelo Ato nº 22 NM, de 1º de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 4.289, na data 05 de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade de emissão de CRV (Certificado de Registro de Veículo) e CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo);

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados nesta Portaria, para assinarem provisoriamente a partir de 06 de janeiro do corrente ano, até que seja realizada a confecção definitiva da chancela eletromecânica em nome do Presidente deste Órgão, os seguintes documentos:

- a) CRV (Certificado de Registro de Veículo);  
b) CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo).

NOME	CPF	MATRÍCULA	CIDADE
CAMILA THAIS MIRANDA DA CRUZ	042.236.101-12	1115991-5	ALIANÇA DO TOCANTINS
ELIZABETE TORZECKI	521.883.021-68	632317	ALVORADA
MARIA JOSÉ SALES DE QUEIROZ	956.331.461-15	832979-6	ARAGUAÇU
OSVALDO RODRIGUES SILVA JR.	549.598.611-34	665219	ARAGUAÍNA
ANDRÉ CHAVES DA SILVA	986.237.961-87	1115981-2	ARAGUATINS
FRANCISCO DE ASSIS ABREU ARAÚJO	252.377.131-49	320484-2	ARRAIAS
JOAICE ARAUJO MORAES	028.155.811-67	11226390-1	AUGUSTINÓPOLIS
JOSILENE OLÍMPIO ARAUJO SILVA	533.938.561-20	649949-3	COLINAS DO TOCANTINS
JULIO CESAR SOARES E SILVA	388.442.301-00	697273-0	COMÉIA
ANA PAULA NOLASCO PEREIRA	007.053.441-18	1114194-0	COMBINADO
ADRIANA CRISTINA AIRES DE OLIVEIRA	014.421.651-54	866648-2	CRISTALANDIA
ELDA CRISTINA MARTINS RODRIGUES	439.500.431-87	549580-2	DIANÓPOLIS
RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS	358.365.551-68	4506879-1	FIGUEIRÓPOLIS
WAGNA SAMARA VERAS DE OLIVEIRA	002.523.671-70	127577-1	FORMOSO DO ARAGUAIA
MEIRE APARECIDA ROCHA	476.328.441-04	7093012	GUARAI
LUIZ ELIAS SOARES DA SILVA	161.776.303-91	228592-4	GURUPI
PAULA FRANCIELLE SOARES ARAUJO DUARTE	028.810.161-89	11159723-1	ITACAJÁ
DIVINA HELENA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	292.301.441-34	547123	LAGOA DA CONFUSÃO
DARQUE ANE R. DOS SANTOS DE CASTRO ALVES	847.647.161-00	832601-1	MIRACEMA
TELMA LOPES DA SILVA	790.307.001-06	88543-8	MIRANORTE
ELIANE MACHADO DE OLIVEIRA	916.383.301-82	103161-9	NATIVIDADE
JANUARIO CORREIA CANGUSSU	547.053.121-04	663077-2	PALMEIRÓPOLIS
SOLIMEIRY DANTAS DE ARAUJO VILA NOVA	485.383.451-68	597494	PARAÍSO
THYNESKA NOLETO ARAUJO	023.976.811-61	12814-1	PEDRO AFONSO
GEOVANE BARBOSA FRAZAO	770.809.041-53	860405	PORTO NACIONAL
MARIA DE JESUS RODRIGUES DE OLIVEIRA	918.727.231-87	830281-2	POSTO CENTRO
RAPHAEL MARQUES LIMA VAZ	008.728.501-02	11169303	POSTO TAQUARALTO
MARIA DAS DORES ALMEIDA SILVA	030.797.273-98	1119194-5	SÍTIO NOVO
NEUSELINA PEREIRA COSTA	006.053.191-62	60516-1	TAGUATINGA
EDNELMA GOMES DA ROCHA	963.693.451-72	867394-2	TOCATINÓPOLIS
ISMENIA WANDERLEY ALMEIDA	988.803.303-49	1088602-1	XAMBIOÁ

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando disposições em contrário.

**JUCETINS**Presidente: **CARLOS ALBERTO DIAS DE MORAES****PORTARIA JUCETINS Nº 121, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.**

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS, no uso de suas atribuições legais, pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato n.º 69 NM, de 01 de janeiro de 2011, publicado no DOE n.º 3.292, de 02 de janeiro de 2011, e consoante o disposto no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º REMOVER, por necessidade do serviço, o servidor THIAGO LEAL DA SILVA, Contador, matrícula nº 11140178-1, da Diretoria de Registro de Comércio, para a Diretoria de Administração e Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Milhomem de Castro  
Presidente

**DEFENSORIA PÚBLICA**Defensor Público-Geral: **MARLON COSTA LUZ AMORIM****ATO Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 055, de 27 de novembro de 2009;

CONSIDERANDO a realização do I Concurso Público para provimento de vagas nos cargos de nível médio e superior do Quadro de Servidores Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a Analista Jurídico de Defensoria Pública Érica Ventura Costa protocolou pedido de remoção por motivo de saúde, conforme Processo GAB/DPG n.º 137/2014;

CONSIDERANDO que o referido processo ainda não foi concluído e que a Analista Jurídico necessita de acompanhamento médico nesta capital;

CONSIDERANDO que a aplicação do Princípio da Eficiência implica na organização do serviço público de maneira que melhor possa cumprir seus objetivos e atender a comunidade,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR, provisoriamente, a Analista Jurídico de Defensoria Pública, ERICA VENTURA COSTA, em Palmas, a partir do dia 07 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 07 dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 002, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 055, de 27 de maio de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear MARCOS ANTÔNIO DA SILVA JUNIOR no cargo em comissão de Assessor I, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2015.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 003, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009;

RESOLVE:

Art.1º- Ceder, ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Oficial de Diligências de Defensoria Pública ANDIARA LOEFFLER GEZONI, integrante do quadro de servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, com ônus para órgão cedente, pelo interstício de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos oito dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 004, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 055, de 27 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a homologação do III Concurso de Defensor Público Substituto do Estado do Tocantins, conforme o Edital nº 21/2013 – DPE/TO, publicado no DOE nº 3.997, de 04 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO o deferimento nos Autos do processo SEI nº14.0.000000276-4 do pedido de final de lista de classificação do candidato LEONARDO DANTAS CERQUEIRA MONTEIRO (36º colocado);

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Nomear no cargo efetivo de Defensor Público Substituto, observada a ordem final de classificação, JOICE MAYARA DE OLIVEIRA SILVA, inscrição 10001844, 37º Classificado.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos oito dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 006, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 055, de 27 de maio de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar JOSAFÁ MACHADO PEREIRA do cargo em comissão de Coordenador de Inspeção e Avaliação Técnica da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, aos oito dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 007, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 055, de 27 de maio de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ROSE DAYANNE SANTANA NOGUEIRA no cargo em comissão de Coordenador de Jornalismo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a partir de 7 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 7 de janeiro de 2015.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 008, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 055, de 27 de maio de 2009, RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a pedido, LUCAS BRITO SANTANA, Analista Jurídico de Defensoria Pública, matrícula nº. 907368-0, Classe 1-A, integrante do Quadro de Servidores Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a partir de 12 de janeiro de 2015;

Art. 2 - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 003, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. IV, do Ato nº 42/2013, publicado no D.O.E. nº 3.812 de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a autorização de acumulações e substituições no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

Considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato nº 285, de 16 de setembro de 2014;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Defensor Público de 1ª Classe, FREDDY ALEJANDRO SOLORZANO ANTUNES, para substituir, sem prejuízo de suas funções, a Defensora Pública de 1ª Classe, ROSE MAIA RODRIGUES MARTINS, em suas atribuições na 6ª Defensoria Pública de Família e Sucessões de Palmas - TO, em razão de licença médica para tratamento de saúde, no período de 07 a 19 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 004, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 42, de 29 de janeiro de 2013, publicado no D.O.E. nº 3.812 de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública de 1ª Classe, KÊNIA MARTINS PIMENTA FERNANDES, para responder pela Coordenação do Núcleo Especializado de Conciliação do Núcleo Regional de Porto Nacional, da Defensoria Pública do Tocantins, em razão de folgas autorizadas referentes a dias de trabalho em regime de plantão, do titular, o Defensor Público de 1ª Classe, FABRÍCIO SILVA BRITO, no período de 07 a 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 007, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. IV, do Ato nº 42/2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 11 de janeiro de 2015, a Portaria nº 1.111, de 08 de agosto de 2014, publicada no DOE nº 4.190, de 12 de agosto de 2014, em que designou o Defensor Público de 2ª Classe, LEANDRO DE OLIVEIRA GUNDIM para responder exclusivamente pela Defensoria Pública de Formoso do Araguaia – TO, a partir de 11 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 008, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. IV, do Ato nº 42/2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a autorização de acumulações e substituições no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

Considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato nº 285, de 16 de setembro de 2014;

Considerando a Resolução - CSDP nº 095, de 21 de março de 2013, publicada no DOE nº 3.848, de 05 de abril de 2013;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública Substituta, CARINA QUEIROZ DE FARIAS VIEIRA, para responder pela Defensoria Pública de Formoso do Araguaia – TO, a partir de 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 010, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. IV, do Ato nº 42/2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 590, de 01 de julho de 2013, republicada por incorreções no DOE nº 3.926, de 29 de julho de 2013, em que designou a Defensora Pública de 2ª Classe, LUCIANA OLIANI BRAGA, ora lotada na Defensoria Pública de Paraná – Núcleo Regional de Porto Nacional, conforme Ato nº 316/2013, para responder exclusivamente pela 12ª Defensoria Pública do Juizado Cível e Criminal – Núcleo Regional de Palmas, a partir de 01 julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 011, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. IV, do Ato nº 42/2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a autorização de acumulações e substituições no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

Considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato nº 285, de 16 de setembro de 2014;

Considerando a Resolução - CSDP nº 095, de 21 de março de 2013, publicada no DOE nº 3.848, de 05 de abril de 2013;

Considerando que as Defensorias Públicas denominadas vagas na referida Resolução só serão objeto de remoção e/ou promoção com a criação de novos cargos de Defensor Público;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública de 2ª Classe, LUCIANA OLIANI BRAGA, para responder cumulativamente pela 12ª Defensoria Pública do Juizado Cível e Criminal de Palmas - TO, a partir de 07 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 012, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 42, de 29 de janeiro de 2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública de 1ª Classe, MARY DE FÁTIMA PEREIRA DE PAULA, para responder, sem prejuízo de suas funções, pela Coordenadoria do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - NUDEM, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, em razão de férias legais autorizadas por meio da Portaria nº. 1765/2014, referente ao exercício 2014/2, da titular, a Defensora Pública de 1ª Classe, VANDA SUELI MACHADO DE SOUSA NUNES, no período de 07 de janeiro a 05 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 013, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 42, de 29 de janeiro de 2013, publicado no D.O.E. nº 3.812, de 07 de fevereiro de 2013;

Considerando que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública de 2ª Classe, FRANCIANA DI FÁTIMA CARDOSO, para responder pela Coordenação do Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso - NADEP, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, em razão de licença maternidade da titular, a Defensora Pública de 2ª Classe, LETÍCIA CRISTINA AMORIM S. DOS SANTOS, no período de 07 a 21 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos sete dias do mês de janeiro de 2015.

ALEXANDRE AUGUSTUS LOPES ELIAS EL ZAYEK  
Subdefensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 195, de 22 de maio de 2013, publicado no DOE nº 3.887, de 04 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 07/01/2015 a 21/01/2015, das férias da servidora LUCÉLIA MANAIA COSTA DA SILVA, Analista em Gestão Especializado - Administração, matrícula nº 908012-1, relativas ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2015.

Superintendência de Administração e Finanças, aos oito dias do mês de janeiro de 2015.

LUCIENE DAS GRAÇAS DANTAS  
Superintendente de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 016, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso X, da Lei Complementar nº 055, de 27 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor RENAN GOMES DE CARVALHO FONTES, matrícula nº 894839-9 para, no período de 07/01/2015 à 09/01/2015, exercer a função de Pregoeiro, podendo elaborar editais nos termos da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, na modalidade licitação denominada Pregão;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2015.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos oito dias do mês de janeiro de 2015.

MARLON COSTA LUZ AMORIM  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 021, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.**

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 195, de 22 de maio de 2013, publicado no DOE nº 3.887, de 04 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 12/01/2015 a 21/01/2015, das férias do servidor JOSÉ HÉLIO ADACHI, Analista Jurídico de Defensoria Pública, matrícula nº 907315-9, relativas ao período aquisitivo 2013/2014, concedidas pela Portaria nº 1607/2014, publicada no Diário Oficial nº 4.255 de 13 de novembro de 2014, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 19/02.2015 a 28/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Superintendência de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de janeiro de 2015.

LUCIENE DAS GRAÇAS DANTAS  
Superintendente de Administração e Finanças

**ERRATA**

A Comissão Permanente de Licitação da Defensoria Pública, nomeada pelas Portarias nºs 403, de 31 de março de 2014 e 1.779, de 15 de dezembro de 2014 e 016, de 09 de janeiro de 2015; tendo em vista o equívoco na digitação do objeto do Pregão Presencial nº 30/2014, nos seguintes documentos: Minuta do Edital fls. 32, Aviso de Licitação fls. 75, Edital fls. 78, Ata da Sessão fls. 175, Mapa de Julgamento fls. 176 e o Relatório de Julgamento fls. 182; RETIFICA tais termos, devendo proceder da seguinte forma:

Onde se lê: AQUISIÇÃO/INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO,  
Leia-se: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.

Palmas-TO, 09 de janeiro de 2015.

Renan Gomes de Carvalho Fontes  
Pregoeiro

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Procuradora-Geral: **CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**

**PORTARIA Nº 026/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação, a partir de 7 de janeiro de 2015, à servidora EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES, matrícula nº 8542180, na Controladoria Interna.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 07 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 027/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais em cumprimento ao disposto no art. 17, V, alínea “n”, 1, da Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008,

Considerando a decisão do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, tomada na 90ª Sessão Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR a Tabela de Substituição Automática dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, observadas as regras constantes nesta Portaria.

Art. 2º Substituir-se-ão, em primeira e segunda substituição, os Procuradores de Justiça:

CARGO	1ª SUBSTITUIÇÃO	2ª SUBSTITUIÇÃO
1º Procurador de Justiça	12º Procurador de Justiça	2º Procurador de Justiça
2º Procurador de Justiça	6º Procurador de Justiça	1º Procurador de Justiça
3º Procurador de Justiça	4º Procurador de Justiça	5º Procurador de Justiça
4º Procurador de Justiça	3º Procurador de Justiça	7º Procurador de Justiça
5º Procurador de Justiça	7º Procurador de Justiça	4º Procurador de Justiça
6º Procurador de Justiça	2º Procurador de Justiça	8º Procurador de Justiça
7º Procurador de Justiça	5º Procurador de Justiça	3º Procurador de Justiça
8º Procurador de Justiça	1º Procurador de Justiça	9º Procurador de Justiça
9º Procurador de Justiça	8º Procurador de Justiça	6º Procurador de Justiça
10º Procurador de Justiça	11º Procurador de Justiça	12º Procurador de Justiça
11º Procurador de Justiça	9º Procurador de Justiça	10º Procurador de Justiça
12º Procurador de Justiça	10º Procurador de Justiça	11º Procurador de Justiça

Art. 3º Ausentes o primeiro e o segundo substitutos, responderão, em terceira, quarta, quinta e sexta substituição automática, na seguinte ordem, o primeiro substituto da 1ª substituição, o segundo substituto da 1ª substituição, o primeiro substituto da 2ª substituição e o segundo substituto do 2ª substituição.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 028/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando o art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, bem como os dispostos no §2º da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, em substituição, exercerem os cargos comissionados especificados durante o recesso natalino e/ou férias dos respectivos titulares, conforme a seguir:

CARGO	SUBSTITUTO (A)	PERÍODO	DEPARTAMENTO
Chefe de Departamento	Jadson Martins Bispo	01 a 06/01/2015	Departamento Administrativo
Chefe de Secretaria do Colégio de Procuradores	Maria Helena Rocha Siqueira	12 a 26/01/2015	Colégio de Procuradores de Justiça
Encarregado de Área	Rostana de Oliveira Campos	29/12/2014 a 15/01/2015	Departamento Financeiro
Encarregado de Área	Mychella Helena Andrade de Souza	07a 15/01/2015	Coordenadoria de Cartório (E-proc)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 029/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação, a partir de 1º de janeiro de 2015, à servidora NALU RIBEIRO BEZERRA GUARDA, Encarregada de Área, no Cartório de Registro, Distribuição e Diligência da 2ª Instância.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 030/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas no artigo 17, inciso V, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e com fulcro na Lei Nº 2.580, de 03 de maio de 2012, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 07 de janeiro de 2015, os servidores relacionados para provimento dos cargos comissionados especificados, estabelecendo lotações nos respectivos Departamentos:

CARGO	SÍMB./NÍVEL	NOME	LOTAÇÃO
Encarregado de Área	DAM 4	Karoline SetubaSilva Coelho	Departamento Administrativo
Encarregado de Área	DAM 4	Jadson Martins Bispo	Departamento Administrativo Área de Manutenção e Segurança
Encarregado de Área	DAM 4	Roberta Barbosa da Silva	Departamento Administrativo Área de Almoxarifado
Encarregado de Área	DAM 4	Hitalo Silva Bastos	Departamento Administrativo
Encarregado de Área	DAM 4	Leandro Ferreira da Silva	Departamento Administrativo Área de Patrimônio

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 031/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ADAILTON SARAIVA SILVA para responder, cumulativamente, pela 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Guaraí - TO, no período de 07 a 21 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 032/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA para responder, cumulativamente, pela 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no período de 07 a 31 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 033/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LUCÍDIO BANDEIRA DOURADO para integrar, provisoriamente, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, sem prejuízo das atribuições na Promotoria de Justiça da qual é titular.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 034/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LUCÍDIO BANDEIRA DOURADO para atuar nos autos nº 0032694-68.2014.827.2729.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 035/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o art. 2º, inciso III, da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e alterações constantes da Lei nº 2.888, de 26/06/2014, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 07 de janeiro de 2015, a servidora PATRÍCIA DE OLIVEIRA CABRAL, Analista Ministerial Especializado, matrícula nº 96109, para provimento da Função de Confiança de Assistente de Gabinete de Subprocurador-Geral de Justiça - FC 4.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 036/2015**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei 8.666 de 21.01.1993,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR Comissão Permanente de Licitação, tendo como função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, de acordo com os poderes/atribuições conferidos pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

Art. 2º DESIGNAR para compor a Comissão Permanente de Licitação, sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo relacionados:

I – Membros:  
Ricardo Azevedo Rocha - Presidente  
Ceir Oliveira Neto  
Elizangela Rodrigues Ribeiro  
Hamilton Farias Lima Júnior  
Jailson Pinheiro da Silva  
João da Silva Macedo  
Kamila Laranjeira Sodré

II – Suplentes:  
Renato Alves do Couto  
Rosimar Alves de Brito

Art. 3º O Presidente será substituído na sua ausência e impedimentos pelos servidores Elizangela Rodrigues Ribeiro ou Renato Alves do Couto.

Parágrafo único. Os membros suplentes atuarão sempre que verificados impedimentos de quaisquer dos membros titulares, mediante registro em ata.

Art. 4º Ficam designados os servidores Elizangela Rodrigues Ribeiro, Renato Alves do Couto e Ricardo Azevedo Rocha para exercerem a função de PREGOEIROS, podendo elaborar editais nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, na modalidade de licitação denominada Pregão.

Parágrafo único. A equipe de apoio no Pregão é a mesma da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 018/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: MILTON QUINTANA

**DESPACHO Nº 003/2015** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MILTON QUINTANA para conceder-lhe 01 (um) dia de afastamento, a ser usufruído no dia 06 de fevereiro de 2014, para compensar os dias 16 e 17/08/2014, que permaneceu de plantão na 8ª Regional.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de janeiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

#### EXTRATO DA ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 1º de setembro de 2014.  
Horário de início: 14h30min

Deliberações:

1 – Ata da 82ª Sessão Ordinária. Deliberação: aprovada à unanimidade;

2 – Proposta de expedição de recomendação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para que os Promotores de Justiça formulem, na denúncia, pedido expresso de condenação em valor mínimo para a indenização dos danos causados pela infração, reforçando-o nas alegações finais, reportando-se às provas dos autos. Proponente: Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães. Votação: a proposta restou acolhida por maioria; e

3 – Proposta de expedição de recomendação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para que os Promotores de Justiça, ao dar ciência de sentenças criminais condenatórias, examinem, com maior critério, a fundamentação lançada pelo juiz singular em todas as fases da dosimetria da pena, especialmente no tocante às circunstâncias judiciais para, se for o caso, opor Embargos Declaratórios, a fim de evitar que, no segundo grau de jurisdição, a dosimetria seja modificada, de ofício, por ausência de fundamentação idônea, culminando na redução significativa da reprimenda imposta ao condenado. Proponente: Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães. Votação: a proposta restou acolhida por maioria.

Julgamentos de feitos:

1 – Autos CPJ nº. 021/2013. Relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais. Interessado: Dr. Adriano César Pereira das Neves. Assunto: Sugestão de criação do Núcleo do Patrimônio Público. Parecer: “Considerando que, após o pedido, foi criada mais uma Promotoria de Justiça com atuação especializada na defesa do patrimônio público (a 9ª PJC), e, ainda, a decisão do Colegiado, de fortalecer a Força-Tarefa, a existência do GAEP, que continua instituído, e o papel do Centro de Apoio do Patrimônio Público, que já atua como órgão auxiliar das Promotorias de Justiça nesta área especializada, a CAI se manifesta pelo arquivamento dos autos”. Votação: o parecer restou acolhido à unanimidade; e

2 – Autos CPJ nº. 029/2014 e apensos (Autos CPJ nº. 012/2010 e Processos PGJ nºs. 2011/9174 e 2011/15467). Relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais. Interessados: Drs. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira e Marco Antonio Alves Bezerra. Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar visando à criação do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público – FUMP. Parecer: “(...) aprovação da alteração legislativa na sua íntegra, apenas sugerindo correções materiais na redação dos incisos VI, com a retirada da expressão ‘do Ministério Público’ após ‘FUMP’, uma vez que a sigla já a incorpora, e no inciso VII, com a substituição da expressão ‘concedida ao’ por ‘em favor do’, face ao entendimento de expressar melhor técnica redacional e propriedade terminológica, ficando a redação final redigida conforme o anexo a esta ata”. Votação: o parecer restou acolhido à unanimidade.

Horário de Encerramento: 16h35min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

#### EXTRATO DA ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 3 de novembro de 2014.  
Horário de início: 14h30min.

Deliberações:

1 – Proposta de alteração da data da posse de Procurador-Geral de Justiça para o dia 12 de dezembro, às 16h. Proponente: Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira. Deliberação: a proposta restou acolhida à unanimidade;

2 – Apreciação das Atas da 84ª Sessão Ordinária e da 86ª e 87ª Sessões Extraordinárias. Deliberação: atas aprovadas à unanimidade;

3 – Regulamentação da eleição de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, para o biênio 2015/2016. Deliberação: à unanimidade, pela realização do pleito no dia 12/11/2014, às 10h30min, em sessão extraordinária; as inscrições deverão ser dirigidas à Presidente do CPJ entre os dias 5, 6 e 7 do mês corrente e eventuais impedimentos e impugnações serão decididos na própria sessão;

4 – Ofícios nºs. 277 e 297/2014-PJItaguatins. Interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assuntos: (1) solicitação de alterações na Lei Orgânica do Ministério Público e (2) proposta de reestruturação/desmembramento da 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína, respectivamente. Proposta formulada pelo Dr. José Maria: que os documentos fossem encaminhados à Procuradora-Geral de Justiça para que apresente propostas originárias sobre as questões suscitadas e, se for o caso, determine a remessa posterior à Comissão de Assuntos Institucionais, com base no que dispõe o artigo 17, inciso I, alínea “b”, número 3, da Lei Complementar Estadual nº 51/2008. Votação: a proposta restou acolhida à unanimidade;

5 – Requerimento de designação de outros Promotores de Justiça para auxílio nas investigações envolvendo o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/TO. Requerente: Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves. Decisão: o pedido foi prontamente deferido pela Procuradora-Geral de Justiça, que se comprometeu a proceder às designações o mais breve possível; e

6 – Minuta de uma nova resolução visando à regulamentação do pagamento do auxílio-moradia no âmbito do MPTO. Proponente: Procuradora-Geral de Justiça. Votação: a minuta restou aprovada à unanimidade, com uma ressalva, de ordem material, na sua redação.

Julgamentos de feitos:

1 – Autos CPJ nº. 026/2014. Relatoria: Comissão de Assuntos Administrativos. Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público. Assunto: Resolução CNMP nº 109/2014, que revogou a Resolução CNMP nº 60/2010, que, por sua vez, disciplinava a estrutura dos serviços auxiliares do Ministério Público. Parecer da CAA: pela prejudicialidade dos autos, pois, de acordo com a resposta à consulta realizada junto ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos, a estrutura administrativa deste parquet é devidamente regulamentada por leis próprias. Votação: o parecer restou acolhido à unanimidade; e

2 – Autos CPJ nº. 033/2014. Relatoria: Comissão de Assuntos Administrativos. Interessado: Dr. José Omar de Almeida Júnior. Assunto: Proposta de suspensão do desconto contido no artigo 6º, inciso IV, do Ato PGJ nº 121/2012, que “Regulamenta a concessão de diárias no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins”. Parecer da CAA: “Considerando que o Conselho Nacional do Ministério Público, através da Portaria PGR nº 666/1996, no seu artigo 1º, § 2º, dispõe que os membros e servidores não farão jus ao auxílio-alimentação nos afastamentos a serviço com percepção de diárias, a CAA deliberou, à unanimidade, pela impossibilidade da suspensão do referido desconto, também, no âmbito deste MPTO”; e recomendação, ao Colegiado, de aumento do valor das diárias, sobretudo dos servidores dos níveis mais baixos da estrutura administrativa. Após amplo debate sobre a matéria, os Membros da CAA refluíram de seus posicionamentos. Votação: a proposta originária restou acolhida à unanimidade, sob o fundamento de (1) autonomia institucional e (2) constituírem verbas distintas, pois uma tem caráter auxiliar e alimentar, de cunho social (auxílio-alimentação), e a outra tem caráter iminentemente indenizatório (diária).

Horário de Encerramento: 18h10min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 86ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 29 de setembro de 2014.  
Horário de início: 10h15min.

Apresentação do Relatório da Força-Tarefa do Ministério Público

Deliberações:

1 – Pedido de dispensa da Força-Tarefa, formulado pelo Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves, 28º Promotor de Justiça da Capital. Deliberação: pedido acolhido à unanimidade;

2 – Indicação do Dr. Edson Azambuja, 9º Promotor de Justiça da Capital, como substituto do Dr. Adriano Neves na Força-Tarefa. Deliberação: indicação referendada à unanimidade;

3 – Deliberação, à unanimidade, no sentido de que o novo Presidente da Força-Tarefa será escolhido em reunião a ser realizada entre seus integrantes, ad referendum do Colegiado;

4 – Proposta no sentido de que a própria Força-Tarefa delibere acerca da necessidade ou não da dedicação exclusiva do seu presidente. Proponente: Dr. Marco Antonio Alves Bezerra. Deliberação: proposta acolhida por maioria;

5 – Proposta para que o Colégio de Procuradores se posicione no sentido de que (1) a Força-Tarefa foi criada pelo Colegiado e está a ele vinculada, (2) como a portaria de instauração do ICP foi subscrita de forma coletiva, o seu arquivamento não poderia ser promovido unilateralmente e (3) que esta decisão seja submetida ao Conselho Superior do Ministério Público. Proponente: Dr. José Maria da Silva Júnior. Deliberação: proposta acolhida por maioria;

6 – Proposta para que a nova portaria de designação dos membros da Força-Tarefa seja sem data específica para seu término. Proponente: Dra. Elaine Marciano Pires. Deliberação: proposta acolhida à unanimidade;

7 – Proposta no sentido de que o prazo para a apresentação de novo relatório seja decidido após reunião da Força-Tarefa para definir o seu novo presidente, a necessidade de dedicação exclusiva dele e de indicação de novos membros. Proponente: Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães. Deliberação: proposta acolhida à unanimidade; e

8 – Deliberação, à unanimidade, para que a Secretaria do Colegiado encaminhe, aos setores pertinentes, ofícios de reconhecimento ao valoroso trabalho desempenhado por todos que contribuíram com a Força-Tarefa do Ministério Público até o presente momento, sob a presidência do Dr. Adriano Neves, inclusive por este último.

Horário de Encerramento: 12h05min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 87ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 23 de outubro de 2014.  
Horário de início: 10h20min.

Deliberações:

1 – Ponto omissis no julgamento dos Autos CPJ nº. 002/2014, ocorrido na 84ª Sessão Ordinária do CPJ, em 06/10/2014, referente à proposta de inclusão dos §§ 3º, 4º e 5º ao artigo 102, da LOMPE, de iniciativa da ATMP e encampada no parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, que ensejou dúvidas acerca da sua aprovação na votação ocorrida na última sessão ordinária do Colegiado. Deliberação: por maioria, a matéria foi considerada julgada na sessão anterior;

1.1 – Redação final aprovada: “Art. 9º. (...) § 2º. O Procurador-Geral de Justiça designará, dentre os membros do Ministério Público, observados os requisitos do § 1º, do art. 10, desta lei, o Subprocurador-Geral, a quem caberá substituí-lo, para todos os efeitos, nos seus impedimentos, férias, licenças, afastamentos e ausências. (...) Art. 10. (...) § 1º. Os integrantes da lista tripartite serão os membros vitaliciados do Ministério Público, em exercício na instituição, mais votados, em eleição realizada para essa finalidade, mediante voto secreto e plurinominal dos membros do Ministério Público do quadro ativo na carreira. (...) I – são inelegíveis membros do Ministério Público: (...) IV – encerrada a votação,

proceder-se-á a apuração e proclamação dos nomes dos três candidatos mais votados, sendo que no primeiro dia útil subsequente à eleição, o Chefe da Instituição encaminhará a lista tripartite ao Governador do Estado, que procederá a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao respectivo encaminhamento, sendo investido automaticamente no cargo, o membro mais votado, caso a opção de nomeação não seja exercida no referido prazo quinzenal; (...) Art. 102. (...) § 3º. Durante o exercício do mandato de Procurador-Geral de Justiça, o membro não poderá ser indicado em lista de merecimento. § 4º. O membro que tenha exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça somente poderá ser indicado em lista de merecimento depois de passados 2 (dois) anos do término do mandato e, nesse mesmo interstício, não poderá ser removido ou promovido por antiguidade para cargo que tenha sido criado ou instalado durante a sua gestão. § 5º. Aplicam-se as vedações dos §§ 3º e 4º, deste artigo, ao membro que exercer o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça.”.

2 – Proposta no sentido de que o Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves, 28º Promotor de Justiça da Capital, seja convocado a prestar esclarecimentos a respeito das investigações referentes às ações do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/TO, na próxima sessão ordinária deste Colegiado. Deliberação: proposta acolhida à unanimidade.

Horário de Encerramento: 11h45min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 88ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 12 de novembro de 2014.  
Horário de início: 10h20min.

Eleição de Membro do Conselho Superior do Ministério Público:

1 – Registro da candidatura única e tempestivas do Dr. José Demóstenes de Abreu;

2 – Apuração do total de 12 (doze) votos ao candidato único, que restou proclamado como eleito à unanimidade para o cargo de Membro do CSMP, para mandato de 2 (dois) anos.

Horário de Encerramento: 10h25min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 89ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 12 de novembro de 2014.  
Horário de início: 10h25min.

Eleição de Corregedor-Geral do Ministério Público:

1 – Registro das candidaturas tempestivas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior e João Rodrigues Filho;

2 – Ofício nº. 325/2014-PJITGS. Interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Impugnação do registro de candidatura do Dr. João Rodrigues Filho ao cargo de Corregedor-Geral. Defesa oral do impugnado. Apreciação das preliminares de intempestividade e de ilegitimidade do impugnante, suscitadas pelo candidato impugnado: o Dr. José Omar se absteve de votar; a preliminar de intempestividade restou acolhida à unanimidade; já a de ilegitimidade restou acolhida por maioria.

3 – Apuração do total de 5 (cinco) votos ao Dr. José Omar e de 7 (sete) votos ao Dr. João Rodrigues, que restou proclamado como eleito para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, para mandato de 2 (dois) anos.

Horário de Encerramento: 11h05min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 90ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 13 de novembro de 2014.  
Horário de início: 16h25min.

Deliberações:

1 – Proposta Orçamentária do ano de 2015. Interessada: Procuradora-Geral de Justiça. Votação: a proposta restou aprovada à unanimidade.

2 – Proposta consensual da tabela de substituição automática da 2ª instância, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015. Interessada: Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça. Votação: a proposta restou acolhida à unanimidade.

Horário de Encerramento: 17h20min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no *site* institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS APROVADOS NO IX CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Data: 5 de novembro de 2014.  
Horário de Início: 16h15min.

Empossandos: Drs. Leonardo Valério Pulis Ateniense e Priscilla Stival Ferreira.

Procedimentos:

1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro;

2 – Os empossandos prestaram o juramento legal, comprometendo-se a “desempenhar com retidão os deveres do cargo e cumprir as Constituições e as Leis”;

3 – Leitura, pelo Secretário Substituto do Colegiado, Dr. Ricardo Vicente da Silva, dos Termos de Posse dos Drs. Leonardo Valério Pulis Ateniense e Priscilla Stival Ferreira, ao cargo de Promotor de Justiça Substituto, aprovados no IX Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins;

4 – Assinatura dos respectivos Termos de Posse; e

5 – Entrega das carteiras funcionais, pelo Presidente da ATMP.

Discursos:

1 – Dr. Leonardo Valério Pulis Ateniense, em nome dos empossandos;

2 – Dr. José Omar de Almeida Júnior, em nome dos Procuradores de Justiça;

3 – Dr. João Rodrigues Filho, em nome da ATMP; e

4 – Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Presidente.

Horário de Encerramento: 17h.

Obs.: A ata dessa sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores de Justiça, no *site* institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária

**PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

**RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014**

A Prefeitura Municipal de Palmas-TO, por meio da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria de Finanças, torna público o JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014, que trata da contratação de empresa especializada para a construção do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, localizado em Taquaruçu, Palmas/TO, de interesse da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Processo nº 2014039707. Após exame da documentação apresentada e com base no Parecer Técnico da Secretaria de Educação, a Comissão proferiu o julgamento, declarando HABILITADAS as empresas ECB – EMPRESA DE CONSTRUÇÃO BRASILEIRA LTDA e IRKA CONSTRUÇÕES LTDA-ME, por apresentarem toda a documentação conforme exigido no Edital e INABILITAR as empresas CONSTRUTORA VISÃO LTDA, por não atendimento da alínea “f” do item 3.1.4 do Edital, o valor de 1/12 avos do valor total dos contratos declarados ultrapassam o Patrimônio Líquido da empresa; por não atendimento da alínea “g” do item 3.1.4 do Edital, por não ter apresentado cópia dos contratos e não atendimento da alínea “a” do item 3.15 do Edital, a licitante não apresentou Registro/Certidão de inscrição dos responsáveis técnicos no conselho profissional competente e a empresa CONSTRUTORA SAMANA, não atendimento da alínea “b” do item 3.1.2 do Edital, por ter apresentado CRC vencido; por não atendimento da alínea “d” do item 3.1.3, por não apresentar o CND emitida pelo INSS; por não atendimento da alínea “g” do item 3.1.4 do Edital, por não ter apresentado cópia dos contratos; não atendimento da alínea “a” do item 3.15 do Edital, a licitante não apresentou Registro/Certidão de inscrição dos responsáveis técnicos no conselho profissional competente e não atendimento da alínea “c” do item 3.1.5, por não ter apresentado atestado de capacidade técnico-operacional. A Ata de Julgamento e documentos complementares estão à disposição dos licitantes na Superintendência de Compras e Licitações, no endereço constante no edital, em horário comercial, em dias úteis, pelos telefones (63) 2111-2736/2737 ou pelo e-mail: cplpalmas@gmail.com. Caso não haja interposição de recursos, fica marcada a sessão para abertura das Propostas de Preços das empresas habilitadas para o dia 20/01/2015 às 09:00 horas, no mesmo local da abertura da licitação.

Palmas, 08 de janeiro de 2015.

Antonio Luiz Cardozo Brito  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÇU

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL**

O Município de Araguaçu – TO, através da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada a Praça Raul de Jesus Lima, 08, centro - Araguaçu – TO:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 ADM – para o dia 21 de Janeiro de 2015, às 09h30min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (merenda escolar), DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 ADM – para o dia 21 de Janeiro de 2015, às 10h30min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS MÁQUINAS LEVES E PESADAS E IMPLEMENTOS PERTENCENTES À FROTA DESTE MUNICÍPIO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 ADM – para o dia 21 de Janeiro de 2015, às 13h00min, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUARIA, VISANDO FOMENTAR A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 ADM – para o dia 21 de Janeiro de 2015, às 15h00min, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE GÁS GLP-13 KG DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE HABITAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 ADM – para o dia 21 de Janeiro de 2015, às 16h00min, tipo MENOR PREÇO POR KM RODADO, visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 08h00min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS E SERVIÇOS DE RECAPAGEM PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULO DESTA MUNICIPALIDADE.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 09h30min, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DESTINADO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 10h30min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E JUVENTUDE PARA O ANO DE 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 13h00min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE VIDROS, MADEIRAS (tábuas, vigotas, ripão, tarugo), MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 16h00min, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU, PARA O ANO DE 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 ADM – para o dia 22 de Janeiro de 2015, às 17h00min, tipo MENOR PREÇO MENSAL POR LOTE, visando a LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE PARA DAR SUPORTE A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, UM VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL PARA DAR SUPORTE A SECRETARIA DE FINANÇAS, UM VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL COM CARROCERIA ABERTA PARA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, UM VEÍCULO TIPO CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA PARA TRABALHAR NA COLETA E TRANSPORTE DE LIXO, GALHADAS E ENTULHOS, UM VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PARA DAR SUPORTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015.

Retirada do Edital Junto a Comissão de Licitações, pelo representante legal da empresa, das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e informação através do fone (63) 3384-1026, restando desde já informado aos interessados que o edital não será enviado/fornecido via e-mail e/ou fax símile.

Araguaçu - TO, 09 de Janeiro de 2015.

HIÔNICA ROCHA  
Presidente da Comissão de Licitação

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 OBJETO: Locação de Veículos para atender as necessidades das Secretarias do município de Axixá do Tocantins - TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 09:00h (nove horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por Item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 OBJETO: Aquisição de merenda escolar para atender as necessidades dos alunos da rede de ensino municipal da cidade de Axixá do Tocantins - TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 10:00h (dez horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por Item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustível e lubrificantes para atender as necessidades das secretarias do Município de Axixá do Tocantins - TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 14:00h (quatorze horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por Item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 OBJETO: Contratação de empresa, para prestação de serviço especializado em assessoria e consultoria nos processos licitatórios do município de Axixá do Tocantins/TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 15:00h (quinze horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço Global. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 OBJETO: Aquisição de Material de expediente para atender as necessidades das Secretarias do Município de Axixá do Tocantins - TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 16:00h (dezesseis horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 OBJETO: Aquisição de Material de didático para atender as necessidades das Secretarias do Município de Axixá do Tocantins - TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 17:00h (dezessete horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS – TO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de produtos de panificação e *coffee break* para atender as necessidades das Secretarias do Município de Axixá do Tocantins-TO. ABERTURA: 23 (vinte e três) de janeiro de 2015 às 18:00h (dezoito horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. ENDEREÇO: Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Três Poderes, 335, Centro, Axixá do Tocantins - TO – para consulta gratuita, ou podem ser obtidos através do pagamento da taxa de R\$ 50,00 a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. CARLOS ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO OURO

#### AVISO DE LICITAÇÕES

Pregão Presencial Nº 01/2015 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica do ramo por menor preço por lote para o Registro de Preço, visando à aquisição de combustíveis e derivados de petróleo para atender a Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra do Ouro – TO. O recebimento das propostas será em 22/01/2015, às 09h00min. O edital e os anexos estão disponíveis para análise e retirada pessoal junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Barra do Ouro, sito Avenida Anselmo Sousa, s/n, centro, Barra do Ouro – TO.

Pregão Presencial Nº 02/2015 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica do ramo por menor preço por lote para o Registro de Preço, visando à aquisição de material de expediente para atender a Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, e material pedagógico para atender a Secretaria Municipal de Educação e o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra do Ouro – TO. O recebimento das propostas será em 22/01/2015, às 11h00min. O edital e os anexos estão disponíveis para análise e retirada pessoal junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Barra do Ouro, sito Avenida Anselmo Sousa, s/n, centro, Barra do Ouro – TO.

Barra do Ouro – TO, 08 de Janeiro de 2015.

Renato Lopes Vasconcelos  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO/TO, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público que fará realizar na Sala de Licitações desta Prefeitura, situada na Avenida Antônio Pescone, 378, Centro: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP PM- BS 05/2015, Dia 20 às 09h30min (horário local), OBJETO DA LICITAÇÃO: A Contratação De Engenheiro Civil Para Elaboração De Projetos De Engenharia, Memoriais Na Área De Engenharia Civil, Acompanhamento E Fiscalização De Obras Conforme A Demanda Do Município. Solicitado pela Secretaria Municipal de Administração. O Edital com seus ANEXOS estarão disponíveis a todos os interessados na Sala de Licitações por meios magnéticos (CD Rom, Pen Drive e Impressos, E-mail), no horário compreendido entre as 07:00 às 13h, com custos adicionais. Maiores informações pelo telefone (63) 3422-1241.

Bernardo Sayão - TO, 09 de Dezembro de 2014.

Aldenora Vieira Xavier  
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMOLÂNDIA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMOLÂNDIA - TO, através de seu Pregoeiro, torna público que na data, horário e local abaixo indicado, estará promovendo a abertura do Pregão Presencial nº 002/2015, do tipo menor Preço POR LOTE, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores editadas. Data da Abertura 23/01/2015 às 11h00min, Aquisição de material de limpeza, expediente e consumo para atender a demanda das Secretarias de Administração e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Juventude e Esportes do Município de Carmolândia – TO, no exercício de 2015. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital.

Edital e maiores informações se encontram á disposição no seguinte endereço: Rua José Pedro de Oliveira, s/n, Centro – Horário entre 07h00 as 13h00. Mais informações através do fone 63 3430 - 1145.

Carmolândia – TO, 08 de Janeiro de 2015.

Renato Nogueira Rego  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP

A Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins-TO, atendendo ao principio da publicidade, torna público que realizará as licitações abaixo discriminada, na modalidade pregão presencial para registro de preços, nas datas e horários a seguir, estando o edital disponível no endereço eletrônico: [www.crixas.to.gov.br](http://www.crixas.to.gov.br), link licitações assim como na sede da Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins-TO, endereço Avenida Marechal Rondon, s/nº, Centro, Crixás do Tocantins-TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2015 - Abertura: 27 de Janeiro de 2015 às 07:00hs, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de Pneus, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2015 - Abertura: 27 de Janeiro de 2015 às 08:00hs, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de Pneus, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2015 - Abertura: 27 de Janeiro de 2015 às 09:00hs, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de Pneus, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2015 - Abertura: 28 de Janeiro de 2014 às 07:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (expediente) para Prefeitura Municipal/secretaria de Educação de Crixás do Tocantins –TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2015 - Abertura: 28 de Janeiro de 2015 às 14:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (expediente) para Fundo Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2015 - Abertura: 29 de Janeiro de 2015 às 07:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (expediente) para Fundo Municipal de Assistência Social de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 007/2015 - Abertura: 29 de Janeiro de 2015 às 10:00h, visando à aquisição combustíveis para Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação de Crixás do Tocantins –TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2015 - Abertura: 29 de Janeiro de 2015 às 12:00hs, visando à aquisição combustíveis para Fundo Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2015 - Abertura: 29 de Janeiro de 2015 às 13:00hs, visando à aquisição combustíveis para Fundo Municipal de Assistência Social de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2015 - Abertura: 03 de fevereiro de 2015 às 07:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (informática) para Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação de Crixás do Tocantins -TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2015 - Abertura: 03 de fevereiro de 2015 às 10:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (informática) para Fundo Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins - TO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2015 - Abertura: 03 de fevereiro de 2015 às 14:00hs, visando à aquisição de materiais de consumo (informática) para Fundo Municipal de Assistência Social de Crixás do Tocantins - TO.

Crixás do Tocantins-TO, 08 de Janeiro de 2015.

Gean Ricardo mendes Silva  
Prefeito Municipal

*PREFEITURA MUNICIPAL DE DARCIÓPOLIS*

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DARCIÓPOLIS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Darcinópolis-TO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, que realizará na sede da Prefeitura a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014 – Às 08h00min, do dia 26 de janeiro de 2015, para contratação de empresa para Fornecimento de Material de Expediente para a Secretaria Municipal de Saúde de Darcinópolis, para o Exercício de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014 – Às 10h00min, do dia 26 de janeiro de 2015, para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e peças para a Secretaria Municipal de Saúde de Darcinópolis.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014 – Às 11h30min, do dia 26 de janeiro de 2015, para contratação de empresa para Fornecimento de Pneus para a Secretaria Municipal de Saúde de Darcinópolis.

Editais e maiores informações se encontram a disposição na Prefeitura Municipal, na Praça Antonio Dias da Silveira, S/N, CEP: 77.910-000, Darcinópolis-TO.

Darcinópolis-TO, 06 de Janeiro de 2015.

Maria Emilia de Sousa Moura Neta Paranaguá  
Pregoeira

*PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI*

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2014**

Processo nº 2486/2014. Pregão Presencial nº 045/2014-SRP. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Órgãos Participantes: Secretarias Municipais: Assistência Social, Planejamento e Finanças, Comunicação, Educação, Produção e Cooperativismo, Idoso, Habitação, Gabinete do Prefeito e Fundo Municipal de Saúde. Detentora: PRIMÉ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 05.340.639/0001-30. Assinatura: 22/12/2014. Vigência: 12 meses contados desta publicação. Íntegra da ARP: www.gurupi.to.gov.br. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 7.892/2013.

Gurupi - TO, 09 de Janeiro de 2015.

Gerson José de Oliveira  
Secretário de Infraestrutura

*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS*

**AVISO DE LEILÃO**

A Prefeitura Municipal de Itapiratins - TO, torna público para amplo conhecimento dos interessados que, realizará LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL (Leilão Público nº 001/2015), do tipo maior Lance por Lote. Tendo por finalidade leiloar Veículos e Maquinários.

A abertura do Leilão será no dia 27 de janeiro de 2015 às 09h00min, no Pátio da Prefeitura Municipal de Itapiratins - TO, localizada, na Rua Pedro Soares Leite, Nº 50, Centro, Itapiratins - TO. O Edital completo estará à disposição dos interessados, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 18h00min no mesmo endereço acima citado. Informações: (63) 3465 – 1162 ou pelo e-mail: cpl.itapiratins@outlook.com.br

Itapiratins – TO, 12 de Janeiro de 2015.

MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

*PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS*

**REAVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Tocantins-TO, através da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, que realizará na sala de reuniões da CPL na sede da Prefeitura, situada na Praça José Nestor, nº 287, Centro, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014, dia 21 de Janeiro de 2015, às 14:00 horas, tipo menor preço por item, visando aquisição de combustíveis, Óleos Lubrificantes e filtros para atender demanda da frota de veículos da Prefeitura.

O edital deverá ser retirado junto a CPL, na sede da Prefeitura, sito à praça José Nestor, nº 287, centro das 13:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, Tel. (63) 3355-1212, (63) 9996-4822.

Lagoa do Tocantins – TO, 08 de Janeiro de 2015.

MARLENE FERREIRA LIRA  
Pregoeiro

**REAVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa do Tocantins-TO, através da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, que realizará na sala de reuniões da CPL na sede da Prefeitura, situada na Praça José Nestor, nº 287, Centro, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014, dia 21 de Janeiro de 2015, às 15:00 horas, tipo menor preço por item, visando aquisição de combustíveis, Óleos Lubrificantes e filtros para atender demanda dos veículos do Fundo Municipal de Assistência Social.

O edital deverá ser retirado junto a CPL, na sede da Prefeitura, sito à Praça José Nestor, nº 287, centro das 13:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, Tel. (63) 3355-1212, (63) 9996-4822.

Lagoa do Tocantins – TO, 08 de Janeiro de 2015.

Marlene Ferreira Lira  
Pregoeiro

**REAVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Lagoa do Tocantins –TO, através da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, que realizará na sala de reuniões da CPL na sede da Prefeitura, situada na Praça José Nestor, nº 287, Centro, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, dia 21 de Janeiro de 2015, às 16:00 horas, tipo menor preço por item, visando aquisição de combustíveis, Óleos Lubrificantes e filtros para atender demanda dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.

O edital deverá ser retirado junto a CPL, na sede da Prefeitura, sito à Praça José Nestor, nº 287, centro das 13:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, Tel. (63) 3355-1212, (63) 9996-4822.

Lagoa do Tocantins – TO, 08 de Janeiro de 2015.

Marlene Ferreira Lira  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZINÓPOLIS

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZINÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, RESOLVE: HOMOLOGAR, a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, objetivando de empresa para prestação de serviço técnico administrativo junto ao setor de licitação e contratos do município de Luzinópolis –TO. A ser contratado com a empresa LICITECON CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 17.265.890/0001-66, venceu o item 01, perfazendo um valor total de R\$ 43.800,00 (Quarenta e três mil e oitocentos reais). Portanto desde a data desta publicação o proponente acima citado deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato com esta municipalidade, sob pena de cair o direito de contratar com este município.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZINÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, RESOLVE: HOMOLOGAR, a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014, objetivando a Locação de um veículo tipo camionete cabine dupla para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito deste município. A ser contratado com a empresa P W DE S DAMASCENO, CNPJ nº 13.335.240/0001-99, venceu o item 01, perfazendo um valor total de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais). Portanto desde a data desta publicação o proponente acima citado deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato com esta municipalidade, sob pena de cair o direito de contratar com este município.

Luzinópolis – TO, 02 de Janeiro de 2015.

JOSÉ DE ARIMATEIA COELHO DAMACENO  
Prefeito

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZINÓPOLIS – TO****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL DE LUZINÓPOLIS - TO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, RESOLVE: HOMOLOGAR, a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014, objetivando Locação de veículo, tipo passeio Hatch, com ar condicionado, destinado aos serviços do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Luzinópolis - TO. A ser contratado com a empresa ARAUJO E NOGUEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 13.403.193/0001-73, venceu o item 01, perfazendo um valor total de R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais). Portanto desde a data desta publicação os proponentes acima citado deverão comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato com esta municipalidade, sob pena de cair o direito de contratar com este município.

Luzinópolis – TO, 02 de Janeiro de 2015.

RITA BAINO DA PENHA  
Secretaria de Promoção e Ação Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO**

O pregoeiro designado pela Prefeitura Municipal de Monte do Carmo, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, na sede administrativa da Prefeitura Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, objetivando objeto é a Aquisição de Combustível para manutenção da frota de automóveis que atendem às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Monte do Carmo, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência que é parte integrante do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 21 de janeiro de 2015, às 09:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015, tipo MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MENOR PREÇO POR SERVIÇO HORA/HOMEM, objetivando a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, mecânica geral, elétrica, troca de óleo, serviços de guincho, funilaria, pintura em geral, bem como reposição de peças e acessórios originais, com prazo de garantia de fábrica e quando necessário, realizar serviços de recuperação de peças e acessórios nos veículos de propriedade do Município, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência que é parte integrante do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 21 de janeiro de 2015, às 11:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, objetivando objeto é a Contratação de Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da zona rural para as escolas municipais Brigadas Che Guevara, Zezé Pedreira, Durval Silva, e para o Município de Palmas, durante os meses de fevereiro a dezembro/2015, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência. Com abertura das propostas prevista para o dia 21 de janeiro de 2015, às 14:00 horas (horário local).

Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria Municipal da Administração, através do telefone: (63) 3540 1142.

Monte do Carmo - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Murillo Negre Silva  
Pregoeiro

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE DO CARMO****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015**

O Pregoeiro designado pelo Fundo Municipal de Saúde de Monte do Carmo, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - tipo menor preço por item, cujo objeto é a Aquisição de Combustível para manutenção da frota de automóveis que atendem ao Fundo Municipal de Saúde do Município MONTE DO CARMO/TO, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência que é parte integrante do Edital, no dia 21 de janeiro de 2015 às 10:00 hs, na sede da Prefeitura.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 - tipo MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MENOR PREÇO POR SERVIÇO HORA/HOMEM, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, mecânica geral, reposição de peças e acessórios originais de veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Monte do Carmo, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência que é parte integrante do Edital, no dia 21 de janeiro de 2015 às 13:00 hs, na sede da Prefeitura.

Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria Municipal da Administração, através do telefone: (063) 3540.1283.

Monte do Carmo - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Marcos Aurélio Coelho Soares  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Nova Olinda – TO, Torna público que fará realizar na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura;

Pregão Presencial nº 01/2015, com abertura dia 26 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, visando a contratação de serviços de transporte escolar, para atender a rede municipal de ensino do Município de Nova Olinda, durante o ano calendário de 2015.

Pregão Presencial para Registro de Preço nº 02/2015, com abertura dia 26 de janeiro de 2015, às 14:00 horas, visando a aquisição futura e parcelada de Pães e Derivados, para atender a merenda escolar e os programas do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde e Demais Secretarias no período de fevereiro a dezembro de 2015.

O edital e anexos estão a disposição para consulta e retirada PESSOAL por meio de protocolo, com antecedência mínima de 24 hs (vinte e quatro) horas, da abertura do certame, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olinda, maiores informações através do telefone (63) 3452.1408, durante horário de expediente ao público de 08:00 as 12:00 horas.

Nova Olinda - TO, 09 de Janeiro de 2015.

MARCIENE INES MARTINS  
Pregoeira

*PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE*

**EXTRATO DE 1º. TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 002-2014**

PROCESSO Nº. 100-30/2013.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2013.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE - TO.  
CONTRATADO: MASTER CONSULTORIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº. 10.545.577/0001-32.  
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 02/01/2014, nos termos previstos em Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo, sendo por igual período 12 (doze) meses. Ficando ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.  
VALOR: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2014.  
SIGNATARIOS: WILSON SOUZA E SILVA - Prefeito Municipal.  
EDUARDO SILVA AMORIM – Representante Legal da Contratada.

Município de Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2014.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE 1º. TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 011-2014**

PROCESSO Nº. 005/2014.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE - TO.  
CONTRATADO: SETFOCUS SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 01.689.869/0001-58.  
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 10/02/2014, e REAJUSTE de valor, nos termos previstos em Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo, sendo por igual período 11 (onze) meses. Ficando ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.  
VALOR: R\$ 28.763,57 (vinte e oito mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2014.  
SIGNATARIOS: WILSON SOUZA E SILVA - Prefeito Municipal.  
WILTON MAROTA SOUZA – Representante Legal da Contratada.

Município de Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE 1º. TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 013-2014**

PROCESSO Nº. 003/2014.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE - TO.  
CONTRATADO: ALTAMIRANDO ZEQUINHA GONÇALVES TAGUATINGA, inscrito no CPF Nº. 294.956.011-34.  
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 10/02/2014, nos termos previstos em Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo, sendo por igual período 11 (onze) meses. Ficando ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.  
VALOR: R\$ 68.200,00 (sessenta e oito mil e duzentos reais).  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2014.  
SIGNATARIOS: WILSON SOUZA E SILVA - Prefeito Municipal.  
ALTAMIRANDO ZEQUINHA GONÇALVES TAGUATINGA – Representante Legal.

Município de Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 047/2014**

O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 021/2014, objetivando a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos e Reposição de Peças, Para Atender as Necessidades da Frota do Município de Novo Alegre - TO, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 09:00 horas, onde chegou-se aos seguintes resultados: a Empresa WANDAYK GOMES PAIXAO SOUTO, inscrito no CNPJ Nº. 13.793.509/0001-80, foi vencedora dos itens objeto deste certame conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 544.100,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil e cem reais), sendo R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), para aquisição de peças com desconto de 7% (sete por cento), e R\$ 224.100,00 (duzentos vinte e quatro mil e cem reais), para prestação de serviços mecânicos. Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 dias para assinatura da Ata com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

**RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 050/2014**

O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 023/2014, objetivando a Aquisições de Combustíveis e Lubrificantes, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre, em sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 10:30 horas, onde chegou-se aos seguintes resultados: a Empresa AUTO POSTO NOVO ALEGRE LTDA, inscrito no CNPJ Nº. 07.738.276/0001-05, foi vencedor de todos os itens julgados com o respectivo montante de: R\$ 607.942,80 (seiscentos e sete mil novecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos). Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 dias para assinatura da Ata com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

**RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 051/2014**

O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 024/2014, objetivando a Aquisições de Combustíveis, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre, Fora de Sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 13:00 horas, onde chegou-se aos seguintes resultados: a Empresa POSTO TREVO 3 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ Nº. 05.749.128/0001-76, foi vencedora dos dois os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais). Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 dias para assinatura da Ata com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

**RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014  
PROCESSO Nº 059/2014**

O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 025/2014, objetivando a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos Administrativo Para Atuar Junto ao setor de Licitações e Compras deste Município, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 11:00 horas, onde chegou-se aos seguintes resultados: a Empresa LICITECON TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ Nº. 17.265.890/0001-66, foi vencedora do item objeto deste certame conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais). Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 dias para assinatura do Contrato com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014  
ATA Nº. 001-2015**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o Extrato de Ata de Registro de Preço, referente ao processo licitatório Pregão Presencial 021/2014.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos e Reposição de Peças, Para Atender as Necessidades da Frota do Município de Novo Alegre - TO, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 09:00 horas. CONTRATADO: WANDAYK GOMES PAIXAO SOUTO, inscrito no CNPJ Nº. 13.793.509/0001-80, foi vencedora dos itens objeto deste certame conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 544.100,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil e cem reais), sendo R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), para aquisição de peças com desconto de 7% (sete por cento), e R\$ 224.100,00 (duzentos vinte e quatro mil e cem reais), para prestação de serviços mecânicos.

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Dec. Mun. 245/2013, Lei Complementar 123-06, 147/2014 e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014  
ATA Nº. 006-2015**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o Extrato de Ata de Registro de Preço, referente ao processo licitatório Pregão Presencial 023/2014.

OBJETO: Aquisições de Combustíveis e Lubrificantes, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre, em sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 10:30 horas.

CONTRATADO: AUTO POSTO NOVO ALEGRE LTDA, inscrito no CNPJ Nº. 07.738.276/0001-05, foi vencedor de todos os itens julgados com o respectivo montante de: R\$ 607.942,80 (seiscentos e sete mil novecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Dec. Mun. 245/2013, Lei Complementar 123/06, 147/2014 e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014  
ATA Nº. 003-2015**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o Extrato de Ata de Registro de Preço, referente ao processo licitatório Pregão Presencial 024/2014.

OBJETO: Aquisições de Combustíveis, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre, Fora de Sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 13:00 horas.

CONTRATADO: POSTOTREVO3COMÉRCIODECOMBUSTÍVEISLTDA-ME, inscrito no CNPJ Nº. 05.749.128/0001-76, foi vencedora dos dois os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais).

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Dec. Mun. 245/2013, Lei Complementar 123/06, 147/2014 e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014  
CONTRATO Nº. 001-2015**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o Extrato de Ata de Registro de Preço, referente ao processo licitatório Pregão Presencial 025/2014.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos Administrativo Para Atuar Junto ao setor de Licitações e Compras deste Município, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 11:00 horas.

CONTRATADO: LICITECON TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ Nº. 17.265.890/0001-66, foi vencedora do item objeto deste certame conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Dec. Mun. 245/2013, Lei Complementar 123/06, 147/2014 e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

WILSON SOUZA E SILVA  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO**

APREFEITURAMUNICIPALDENOVOALEGREDOTOCANTINS-TO, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público que fará realizar na sala de reuniões da CPL, situada na R. 12 de Março, Qd. 07, Lt. 03, Centro, Novo Alegre do Tocantins:

PROCESSO Nº. 001-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, no (SRP), dia 26 de Janeiro de 2015 às 08h00min horas Local, Tipo Menor Preço por Item, visando a Aquisições de Materiais de Expediente, Papelaria e Outros, no (SRP), Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre -TO.

PROCESSO Nº. 002/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, no (SRP), dia 26 de janeiro de 2015 às 10h00min horas Local, tipo menor preço por Item, visando Aquisições de Materiais de Consumo, Limpeza e Outros, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre -TO.

PROCESSO Nº. 003/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, no (SRP), dia 26 de janeiro de 2015 às 12h00min horas Local, tipo menor preço por Item, visando Aquisições de Materiais de Consumo, Limpeza e Outros, Para atender as Necessidades do Município de Novo Alegre -TO.

Os editais deverão ser retirado junto a CPL, das 08h00min às 12h00min, 14h00 as 1700, de Segunda a Sexta-Feira, Tel. (63) 3695-1279 / 1133.

Novo Alegre - TO, 07 de janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes de Souza  
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVO ALEGRE -TO, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público que fará realizar na sala de reuniões da CPL, situada na R. 12 de Março, Qd. 07, Lt. 03, Centro, Novo Alegre do Tocantins:

PROCESSO Nº. 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, no (SRP), dia 27 de Janeiro de 2015 às 16h00min, tipo menor preço por Item, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não Perecíveis, para Atender as Necessidades do Fundo de Assistência Social deste Município.

PROCESSO Nº. 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, no (SRP), dia 28 de Janeiro de 2015 às 08h00min, tipo menor preço por Item, visando a Aquisição de Materiais de Expediente e Limpeza em Geral, para Atender as Necessidades do Fundo de Assistência Social deste Município.

PROCESSO Nº. 011/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, no (SRP), dia 28 de Janeiro de 2015 às 10h00min, tipo menor preço por Item, visando a Aquisição de Móveis e Materiais Permanentes, para Atender as Necessidades do Fundo de Assistência Social deste Município. Os editais deverão ser retirado junto a CPL, das 08h00min às 12h00min, 14h00 as 1700, de Segunda a Sexta-Feira, Tel. (63) 3695-1279 / 1133.

Novo Alegre -TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes de Souza  
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE/TO

EXTRATO DE 1º. TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 001-2014

PROCESSO Nº. 100-042/2013.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2013.  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE - TO.  
CONTRATADO: MASTER CONSULTORIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº. 10.545.577/0001-32.  
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 02/01/2014, nos termos previstos em Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo, sendo por igual período 12 (doze) meses. Ficando ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.  
VALOR: R\$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais).  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2014.  
SIGNATARIOS: SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS - Gestora Municipal.  
EDUARDO SILVA AMORIM – Representante Legal da Contratada.

Município de Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS  
Gestora do Fundo de Saúde

EXTRATO DE 1º. TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 012-2014

PROCESSO Nº. 002/2014.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014.  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE - TO.  
CONTRATADO: SETFOCUS SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ Nº. 01.689.869/0001-58.  
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 10/02/2014, e REAJUSTE de valor, nos termos previstos em Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo, sendo por igual período 11 (onze) meses. Ficando ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.  
VALOR: R\$ 9.023,85 (nove mil vinte e três reais e oitenta e cinco centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2014.  
SIGNATARIOS: SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS - Gestora Municipal.  
EDUARDO SILVA AMORIM – Representante Legal da Contratada.

Município de Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS  
Gestora do Fundo de Saúde

RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 048/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 009/2014 NO (SRP), (REPUBLICADO), objetivando a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos e Reposição de Peças, Para Atender as Necessidades da Frota do Fundo de Saúde de Novo Alegre - TO, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 10:00 horas, onde chegou-se ao seguinte resultado: A empresa WANDAYK GOMES PAIXAO SOUTO, inscrito no CNPJ Nº. 13.793.509/0001-80, foi a única vencedora de todos os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 325.500,00 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), sendo R\$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais), com 7% (sete por cento) de desconto para aquisição de peças e R\$ 94.500 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para serviços mecânicos. Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 cinco dias para assinatura da ATA com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 053/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 012/2014 NO (SRP), objetivando a Aquisições de Combustíveis e Lubrificantes, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre em sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 11:30 horas, onde chegou-se ao seguinte resultado: A empresa: AUTO POSTO NOVO ALEGRE LTDA, inscrito no CNPJ Nº. 07.738.276/0001-05, foi vencedora de todos os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 324.390,00 (trezentos e vinte e quatro mil trezentos e noventa reais). Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 cinco dias para assinatura da ATA com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

RESULTADO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014 (SRP)  
PROCESSO Nº 054/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 013/2014 NO (SRP), objetivando a Aquisição de Combustíveis, Para Atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre - TO, Fora de Sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 às 14:00 horas, onde chegou-se ao seguinte resultado: A empresa POSTO TREVO 3 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ Nº. 05.749.128/0001-76, foi vencedora dos dois itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais). Portanto desde a data desta publicação a empresa acima citada deverá comparecer no prazo máximo de 05 cinco dias para assinatura da ATA com este Município.

NOVO ALEGRE - TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes De Souza  
PREGOEIRA

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 (SRP)  
ATA Nº. 005/2015**

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVOALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público os Extratos das Atas referente ao processo licitatório Pregão Presencial 012/2014.

OBJETO: Aquisições de Combustíveis e Lubrificantes, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre em sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 as 11:30 horas.

CONTRATADO: POSTOTREVO3COMÉRCIODECOMBUSTÍVEISLTDA-ME, inscrito no CNPJ Nº. 05.749.128/0001-76, foi vencedora dos dois os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais).

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Lei Complementar 123/06, 147/2014, Dec. Mun. 245/2013 e Dec. 3.555/00, e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS  
Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014 (SRP)  
ATA Nº. 004/2015**

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVOALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público os Extratos das Atas referente ao processo licitatório Pregão Presencial 013/2014.

OBJETO: Aquisição de Combustíveis, Para Atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre - TO, Fora de Sua Sede, realizado em 11 de Dezembro de 2014 as 14:00 horas.

CONTRATADO: POSTOTREVO3COMÉRCIODECOMBUSTÍVEISLTDA-ME, inscrito no CNPJ Nº. 05.749.128/0001-76, foi vencedora dos dois os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais).

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Lei Complementar 123/06, 147/2014, Dec. Mun. 245/2013 e Dec. 3.555/00, e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS  
Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 (SRP)  
ATA Nº. 002/2015**

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVOALEGRE-TO, ESTADO DO TOCANTINS, torna público os Extratos das Atas referente ao processo licitatório Pregão Presencial 009/2014.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos e Reposição de Peças, Para Atender as Necessidades da Frota do Fundo de Saúde de Novo Alegre - TO, realizado em 29 de Dezembro de 2014 às 10:00 horas.

CONTRATADO: WANDAYK GOMES PAIXAO SOUTO, inscrito no CNPJ Nº. 13.793.509/0001-80, foi a única vencedora de todos os itens julgados conforme Mapa, perfazendo um montante de: R\$ 325.500,00 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), sendo R\$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais), com 7% (sete por cento) de desconto para aquisição de peças e R\$ 94.500 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para serviços mecânicos.

BASE LEGAL: Lei 10.520-02, Lei 8.666-93, Lei Complementar 123/06, 147/2014, Dec. Mun. 245/2013 e Dec. 3.555/00, e alterações.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de sua Assinatura / Publicação.

Novo Alegre - TO, 07 de Janeiro de 2015.

SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS FARIAS  
Fundo Municipal de Saúde

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ALEGRE -TO, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna Público que fará realizar na sala de reuniões da CPL, situada na R. 12 de Março, Qd. 07, Lt. 03, Centro, Novo Alegre do Tocantins:

PROCESSO Nº. 004/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, no (SRP), dia 26 de Janeiro de 2015 às 14h00min horas Local, visando a Aquisições de Gêneros Alimentícios, Limpeza e Outros, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre.

PROCESSO Nº. 005/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, no (SRP), dia 26 de Janeiro de 2015 às 16h00min horas Local, visando a Aquisições de Materiais de Papelaria em Geral, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre.

PROCESSO Nº. 006/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, no (SRP), dia 27 de Janeiro de 2015 às 08h00min horas Local, visando a Aquisições de Materiais de Construção, Elétrico e Hidráulico, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre.

PROCESSO Nº. 007/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015, no (SRP), dia 27 de Janeiro de 2015 às 10h00min horas Local, visando a Aquisições de Materiais Hospitalares e Permanentes, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre.

PROCESSO Nº. 010/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, no (SRP), dia 27 de Janeiro de 2015 às 14h00min horas Local, visando a Aquisições de Medicamentos e Materiais Hospitalares em Geral, e produtos de Insulina, Para atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre.

Os Editais deverão ser retirados junto a CPL, das 08h00min às 12h00min, 14h00 às 17h00, de Segunda a Sexta-Feira, Tel. (63) 3695-1279/1133/1339.

Novo Alegre -TO, 07 de Janeiro de 2015.

Rozimar Fernandes de Souza  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RECURSOLÂNDIA**

**AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RECURSOLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, mediante Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Recursolândia – TO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, objetivando Aquisição de Materiais de Limpeza, Utensílios Domésticos e Consumo para manutenção das Secretarias de Administração, Assistência Social e Educação de Recursolândia, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, com abertura das propostas prevista para o dia 26 janeiro de 2015, as 08:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção da merenda Escolar das Escolas Municipais de Recursolândia, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 26 janeiro de 2015, às 10:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, objetivando a Aquisição de Materiais Escolares, Materiais Pedagógicos, Materiais de Expediente, Materiais Permanentes, Materiais Esportivos, para a manutenção das Secretarias de Administração, Educação e Assistência Social, Desporto e Lazer do Município de Recursolândia, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência. Com abertura das propostas prevista para o dia 26 de janeiro de 2015, às 14:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015, objetivando Locação de ônibus e Van em bom estado de Conservação e com itens exigidos pelo Código de Transito Nacional, para o transporte de alunos da zona rural para a zona urbana e vice-versa, durante o período letivo de 2015 adotado pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 28 de janeiro de 2015, às 09:00 horas (horário local).

Maiores informações pelo fone: (063) 3438-1213.

RECURSOLÂNDIA – TO, 08 de Janeiro de 2015.

LEONARDO CHAVES FRANCO  
Pregoeiro

**AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RECURSOLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, mediante Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Recursolândia – TO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, objetivando a Aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, materiais odontológicos para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Recursolândia, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 27 de janeiro de 2015, às 08:00 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, objetivando Aquisição de materiais de limpeza, utensílios domésticos e gêneros alimentícios para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Recursolândia, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 27 janeiro de 2015, às 10:30 horas (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, objetivando a Aquisição de Materiais de Expediente, Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde e Consultório Odontológico, Equipamentos Fisioterápicos e Materiais para a Academia da Saúde, de acordo com especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital. Com abertura das propostas prevista para o dia 27 de janeiro de 2015, às 14:00 horas (horário local).

Maiores informações pelo fone: (063) 3438-1213.

RECURSOLÂNDIA – TO, 08 de Janeiro de 2015.

LEONARDO CHAVES FRANCO  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS****AVISO DE LICITAÇÃO**

A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS, torna público a realização dos seguintes Processos Licitatórios, para ao exercício financeiro 2015, na modalidade Pregão Presencial, conforme relação abaixo: 015/2014/RP – Contratação de empresa especializada para fornecimento continuado de Combustíveis para a frota municipal; Data: 22/01/2015; hora: 09:00hs; Republicação; 016/2014/RP – Contratação de empresa especializada para fornecimento continuado de material de consumo em geral para manutenção das atividades municipais, compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais; Data: 22/01/2015; hora: 11:00hs; 001/2015 – Contratação de prestação de serviços, na forma de diária, de pedreiro, auxiliar de pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro, para execução de serviços diversos visando a manutenção de bens públicos; Data: 22/01/2015; hora: 16:00hs; 002/2015/RP – Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de recauchutagem de pneumáticos da frota municipal; Data: 23/01/2015; hora: 09:00hs; 003/2015/RP – Contratação de empresa especializada para fornecimento de estrutura e animação para eventos municipais; Data: 23/01/2015; hora: 11:00hs. 004/2015/RP – Locação de veículos e máquinas pesadas para manutenção dos logradouros públicos, bem como, execução de serviços diversos; Data: 23/01/2015; hora: 14:00hs. Edital e maiores informações na CPL ou pelo telefone: (63) 3396-1122.

Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE****AVISO DE LICITAÇÃO**

A(O) PREGOEIRA(O) DO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE, torna público a realização dos seguintes Processos Licitatórios, para ao exercício financeiro 2015, na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, conforme relação abaixo: 012/2014 – Contratação de empresa especializada para fornecimento continuado de Combustíveis para a frota municipal, compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais; Data: 27/01/2015; hora: 09:00hs (Republicação); 013/2014 – Contratação de empresa especializada para fornecimento continuado de material de consumo em geral para manutenção das atividades municipais, compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais; Data: 27/01/2015; hora: 10:00hs (Republicação); 015/2014 – Contratação de empresa especializada para fornecimento continuado de produtos alimentícios para merenda escolar (Republicação); Data: 27/01/2015; hora: 10:00hs; Edital e maiores informações na CPL ou pelo telefone: (63) 3359-1433.

Tânia Graziela Kerber  
Pregoeira(o)

**PUBLICAÇÕES PARTICULARES****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA Nº 32**

Ficam pelo presente, convocados na forma da Lei e das disposições estatutárias, todos os(as) Cooperados(as) da Unimed Gurupi - Cooperativa de Trabalho Médico, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em sua sede, situada a Avenida Alagoas, nº 2125, Lote nº 01, Quadra A, Loteamento Dom Pedro I, CEP 77.410-070, nesta cidade, no dia 29 (Vinte e Nove) de Janeiro de 2015 (Quinta-feira) às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de dois terços dos cooperados, ou às 18:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais um dos cooperados; ou às 19:00 horas em terceira convocação com no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem a seguinte ordem do dia:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Compra de imóvel para construção do Laboratório Unimed
- 2 – Alteração do Estatuto Social
- 3 – Apresentação do Regulamento do FACO para discussão e votação
- 4 – Ingresso e Saída de Cooperados e Prestadores de Serviços
- 5 – Substituição de Membro do Conselho de Administração
- 6 – Rediscussão do rateio da sinistralidade dos agregados do FACO (07/2013 à 08/2014)
- 7 – Outros Assuntos de Interesse da Cooperativa

Em 29 de Dezembro a Unimed-Gurupi possui 80 cooperados.

Gurupi-TO, 29 de Dezembro de 2014.

Unimed Gurupi Cooperativa de Trabalho Médico  
Dr. Luiz Paulo da Silveira  
Presidente

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa W J DOURADO – TRANSPORTES - ME, CNPJ Nº 17.804.300/0001-26, sito à Rua Antônio de Almeida Veras, nº 761, Quadra 27, Lote 06, Loteamento Alto da Boa Vista, Gurupi - TO, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, Autorização para Transporte de Cargas Perigosas (ATCP) para atividade de transporte rodoviário de gás liquefeito de petróleo - GLP. A atividade se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997e Resolução COEMA/TO 007/2005.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Srº Arlindo José Carvalho da Silva, inscrito no CPF de nº 645.219.741-04 e RG nº 199250 SSP-TO, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins a obtenção da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para o empreendimento denominado Lava Jato Silva, com endereço na Av. Posto Ipê, Nr 601, Centro, Miranorte/TO. A atividade se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Destilaria Alvorada Ltda, CNPJ: 07.894.647/0001-53, torna público que requereu ao Instituto Natureza Tocantins – NATURATINS, a emissão das Licenças Prévia, Instalação e Operação para atividade de carvoaria, localizada na fazenda Dois Córregos, Zona Rural do município de Alvorada-TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA 07/2005 que dispõe sobre Licença Ambiental.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Empresa: Dismaq Comércio de Materiais de Escritório LTDA-ME, CNPJ: 09.667.043/0001-08, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos - SEMASP as Licenças Ambiental L.M.P, L.M.I E L.M.O para a atividade principal de Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificado anteriormente. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1987 e 1986. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1987 e de 1986 (em cruzados)**

Ativo	1987	1986	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1987 e de 1986.		
<b>Circulante</b>	<b>145.733,37</b>	<b>233.965,02</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser. Cap.</b>	<b>Prej. Acumul. Total</b>
Caixa e equiv.caixa	70.157,19	161.055,16	<b>S. 31.12.85</b>	<b>12974283477,00</b>	<b>24278189790,77.</b>
Créditos Diversos	2.236,02	2.247,70	Pad. Monet 1986	12.974.283,48	24.278.189,79
Desp. Antecipadas	854,98	854,98	Au.Cap Cor Monet.	24.218.662,49	(24.218.662,49)
Estoques	72.485,18	69.807,18	Correção Mon.Cap.		25.784.868,69
<b>Permanente</b>	<b>140.749.107,39</b>	<b>67.753.551,46</b>	Resultados Ex. 1986		(6.461.169,05)
Investimentos	149.921,74	64.180,22	Absorção de Prejuízo		(6.461.169,05)
Imobilizado	135.244.185,13	65.396.762,55	<b>S. 31.12.86</b>	<b>37.192.945,97</b>	<b>19.383.226,94</b>
Diferido	5.355.000,52	2.292.608,69	Aum. Cap.	19.344.000,00	(19.344.000,00)
<b>Total do ativo</b>	<b>140.894.840,76</b>	<b>67.987.516,48</b>	Corr.Monet.Cap.	75.572.604,57	75.572.604,57

PASSIVO	1987	1986
<b>Circulante</b>	<b>1.673.626,71</b>	<b>1.675.283,39</b>
Outras Obrig.	95.792,21	100.126,89
Instituições fin.	1.372.090,16	1.372.090,16
Fornecedores	205.744,34	203.066,34
<b>Exig. l/Prazo</b>	<b>37.800.868,84</b>	<b>9.736.060,18</b>
Credores Diversos	37.800.868,84	9.736.060,18
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>101.420.345,21</b>	<b>56.576.172,91</b>
Capital Social	56.536.945,97	37.192.945,97
Reser. de Capital	44.883.399,24	19.383.226,94
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>140.894.840,76</b>	<b>67.987.516,48</b>

Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1987 e 1986.	1987	1986
<b>Rec. Bruta</b>	<b>---</b>	<b>1.162.900,00</b>
Deduções	---	(102.367,47)
Rec. Líquida	---	1.060.532,53
CPV	---	(887.305,62)
Lucro Bruto	---	173.226,91
<b>Desp. Operac. (19.242.505,88)</b>	<b>(10.322.171,67)</b>	
Desp. Admin.	(1.376.473,23)	(1.470.412,91)
Desp. Gerais	(349.351,79)	(238.417,26)
Deprec./Amort.	(17.507.437,65)	(7.882.411,51)
Desp. Finan.	(9.243,21)	(730.929,99)
<b>Outras Rec.</b>	<b>----</b>	<b>2.661.182,99</b>
<b>Res. Não Op. (11.485.926,39)</b>	<b>(1.026.592,72)</b>	
Correção Monet.	14.930.377,33	4.157.522,90
Desp. n operac.	(26.416.303,72)	(3.130.930,24)
<b>Lucro/Prej. (30.728.432,27)</b>	<b>(6.461.169,05)</b>	

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1987 e 1986	1987	1986
<b>Origens dos Recursos Das Operações</b>		
Prej.do Exercício	(59.523,00)	(6.461.169,05)
Valores q não afetam o Capital Circulante		
Deprec. E Amort.	52.945,35	7.882.411,51
Cor. Monet.	---	(4.157.522,90)
	(6.578,00)	---
<b>De terceiros</b>		
Aum.Exig.L/Prazo	---	9.736.071,77
<b>T. das origens</b>	<b>(6.578,00)</b>	<b>6.999.791,33</b>
<b>Aplic. dos recursos</b>		
<b>Red. cap. Circul.</b>	<b>(6.578,00)</b>	<b>(6.999.779,74)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1987 e de 1986. 1. Contexto Operacional.** A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. **2.2 Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.

3-Caixa e equivalentes de caixa.	1987	1986
<b>Descrição</b>		
Caixa	70.157,19	161.055,16
<b>Total</b>	<b>70.157,19</b>	<b>161.055,16</b>

4-Imobilizado	1987	1986
<b>Descrição</b>		
Imóveis	35.034.209,45	14.999.014,97
Construções e benfeitorias	146.986.603,42	62.928.614,62
Instalações	28.563.970,97	12.228.945,22
Maq., equip. / ferramentas	63.290.006,52	27.096.023,29
Veículos / equip. transporte	1.868.082,35	799.772,44
Sistema de irrigação	27.055.661,77	11.583.200,59
Moveis e utensílios	2.253.936,10	964.966,01
Outras imobilizações	4.422.818,15	181.018,95
<b>Total</b>	<b>305.475.288,73</b>	<b>130.781.556,09</b>
Depreciação	(170.231.103,60)	(65.384.793,54)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>135.244.185,13</b>	<b>65.396.762,55</b>

**5 -Patrimônio Líquido Capital Social** O capital social subscrito e integralizado de Cz\$56.536.945,97, está representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto - Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809

Variação cap. circulante	1987	1986
Ativo Circulante	1987	1986
Fim do exerc.	19.874.83	233.965,02
Início do exerc.	26.452,83	197.464,28
	(6.578,00)	36.500,74
<b>R.cap.Circ.</b>	<b>(6.578,00)</b>	<b>(6.999.791,33)</b>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1987 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1988 e 1987. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1988 e de 1987 (em cruzados)**

Ativo	1988	1987	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1988 e de 1987.			
<b>Circulante</b>	<b>473.089,01</b>	<b>145.733,37</b>	<b>Cap. Social Reser. Cap. Prej. Acumul. Total</b>			
Caixa e equiv.caixa	397.512,83	70.157,19	<b>Saldos 31.12.1986</b>	<b>37.192.945,97</b>	<b>19.383.226,94</b>	<b>56.576.172,91</b>
Créditos Diversos	74.721,20	2.236,02	Au. Cap. Corr. Monet.	19.344.000,00	(19.344.000,00)	
Desp. Antecipadas	854,98	854,98	Correção Mon. Cap.		75.572.604,57	75.572.604,57
Estoques	0	72.485,18	Resultados Ex. 1987		(30.728.432,27)	(30.728.432,27)
<b>Permanente</b>	<b>1416210211,42</b>	<b>140.749.107,39</b>	Absorção de Prejuízo		(30.728.432,27)	30.728.432,27
Investimentos	1578638,65	149.921,74	<b>Saldos 31.12.1987</b>	<b>56536945,97</b>	<b>44.883.399,24</b>	<b>101.420.345,21</b>
Imobilizado	1358240355,94	135.244.185,13	Correção Mon. Capital		966.593.869,04	966.593.869,04
Diferido	56391216,83	5.355.000,52	Resultados Ex. 1988		(37.859.564,37)	(37.859.564,37)
<b>Total do ativo</b>	<b>1416683300,43</b>	<b>140.894.840,76</b>	Absorção de Prejuízo		(37.859.564,37)	37.859.564,37

PASSIVO	1988	1987
<b>Circulante</b>	<b>1467882,37</b>	<b>1.673.626,71</b>
Outras Obrig.	95.792,21	95.792,21
Instituições fin.	1.372.090,16	1.372.090,16
Fornecedores		205.744,34
<b>Exig. l/Prazo</b>	<b>385.060.768,18</b>	<b>37.800.868,84</b>
Cretores Diversos	385.060.768,18	37.800.868,84
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>1030154649,88</b>	<b>101.420.345,21</b>
Capital Social	56.536.945,97	56.536.945,97
Reser. de Capital	973.617.703,91	44.883.399,24
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>1416683300,43</b>	<b>140.894.840,76</b>

Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1988 e 1987.	1988	1987
<b>Desp. Operac. (75.712.903,42)</b>	<b>(19.242.505,88)</b>	
Desp. Admin.	(9.666.299,28)	(1.376.473,23)
Desp. Gerais	0	(349.351,79)
Deprec./Amort.	(65.958.228,74)	(17.507.437,65)
Desp. Finan.	(88.375,40)	(9.243,21)
<b>Res. Não Op.</b>	<b>37.853.339,05</b>	<b>(11.485.926,39)</b>
Correção Monetária	37.853.339,05	14.930.377,33
Despesas n operacionais		(26.416.303,72)
<b>Lucro/Prejuízo (37.859.564,37)</b>	<b>(30.728.432,27)</b>	

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1988 e 1987	1988	1987
<b>Origens dos Recursos</b>		
<b>Das Operações</b>		
Prej.do Exercício	(37.859.564,37)	(59.523,00)
Valores q não afetam o Capital Circulante		
Deprec. E Amort.	65.958.228,74	52.945,35
Cor. Monet.	(37.853.339,05)	----
	(9.754.674,68)	(6.578,00)
<b>De terceiros</b>		
Aum.Exig.L/Prazo	347.259.899,30	----
<b>T. das origens</b>	<b>337.505.224,62</b>	<b>(6.578,00)</b>
<b>Aplic. dos recursos</b>		
Aum. Ativo perm.	336.972.124,64	----

<b>Aum. cap. Circul.</b>	<b>533.099,98</b>	----
<b>Varição cap. circulante</b>	----	----
Ativo Circulante		

Descrição	1988	1987
Caixa	397.512,83	70.157,19
<b>Total</b>	<b>397.512,83</b>	<b>70.157,19</b>
<b>4-Imobilizado</b>		
<b>Descrição</b>	<b>1988</b>	<b>1987</b>
Imóveis	368.930.253,61	35.034.209,45
Construções e benfeitorias	1.547.852.962,18	146.986.603,42
Instalações	300.794.943,57	28.563.970,97
Maq., equip. / ferramentas	666.479.949,79	63.290.006,52
Veículos / equip. transporte	19.671.975,10	1.868.082,35
Sistema de irrigação	284.911.585,20	27.055.661,77
Moveis e utensílios	23.735.235,65	2.253.936,10
Outras imobilizações	4.452.516,86	422.818,15
<b>Total</b>	<b>3.216.829.421,96</b>	<b>305.475.288,73</b>
Depreciação	(1.858.589.066,02)	(170.231.103,60)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>1.358.240.355,94</b>	<b>135.244.185,13</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1988 e de 1987. 1. Contexto Operacional.** A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. **2.2 Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.

5 - Patrimônio Líquido Capital Social	1988	1987
O capital social subscrito e integralizado de Cz\$56.536.945,97, está representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto - Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809		
Ativo Circulante		
Fim do exerc.	473.089,01	19.874,83
Início do exerc.	145.733,37	26.452,83
	327.355,64	(6.578,00)
Passivo Circulante		
Fim exerc.	1.467.882,37	590.424,03
Início exerc.	1.673.626,71	590.424,03
	(205.744,34)	(6.578,00)
<b>Red.cap.Circ.</b>	<b>533.099,98</b>	<b>(6.578,00)</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA **Companhia Industrial de Produtos Alimentícios**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1988 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1989 e 1988. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31/12/ 1989(em cruzados novos) e 1988 (em cruzados)**

<b>Ativo</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1989 e de 1988.</b>			
	<b>1989</b>	<b>1988</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser. Cap.</b>	<b>Prej. Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>	<b>25.295,77</b>	<b>473.089,01</b>	<b>56536945,97</b>	<b>44.883.399,24</b>		<b>101.420.345,21</b>
Caixa e equiv.caixa	25.200,51	397.512,83				
Créditos Diversos	93,75	74.721,20				
Desp. Antecipadas	1,51	854,98				
<b>Permanente</b>	<b>22.421.305,67</b>	<b>1416210211,42</b>				
Investimentos	25.283,39	1578638,65				
Imobilizado	21.492.863,75	1358240355,94				
Diferido	903.158,53	56391216,83				
<b>Total do ativo</b>	<b>22.446.601,44</b>	<b>1416210211,42</b>				

<b>PASSIVO</b>		
	<b>1989</b>	<b>1988</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.463.23</b>	<b>1467882,37</b>
Outras Obrig.	91,14	95.792,21
Instituições fin.	1.372,09	1.372.090,16
<b>Exig. l/Prazo</b>	<b>2.750.058,75</b>	<b>385.060.768,18</b>
Credores Diversos	2.750.058,75	385.060.768,18
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>19.695.079,46</b>	<b>1.030.154.649,88</b>
Capital Social	56.536,95	56.536.945,97
Reser. de Capital	19.638.542,51	973.617.703,91
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>22.446.601,44</b>	<b>1.416.683.300,43</b>

<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1989 e 1988.</b>		
	<b>1989</b>	<b>1988</b>
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(2.600.807,53)</b>	<b>(75.712.903,42)</b>
Desp. Admin.	(13.386,10)	(9.666.299,28)
Deprec./Amort.	(260.636,88)	(65.958.228,74)
Desp. Finan.	(2.326.784,55)	(88.375,40)
<b>Resultado Não Op.</b>	<b>5.796.988,45</b>	<b>37.853.339,05</b>
Correção Monetária	5.796.784,55	37.853.339,05
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>3.196.180,92</b>	<b>(37.859.564,37)</b>

<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1989 e 1988</b>		
<b>Origens dos Recursos Das Operações</b>	<b>1989</b>	<b>1988</b>
Prej.do Exercício	3.196.180,92	(37.859.564,37)
Valores q não afetam o Capital Circulante		
Deprec. E Amort.	260.636,88	65.958.228,74
Cor. Monet.	(5.796.988,45)	(37.853.339,05)
	(2.340.170,65)	(9.754.674,68)
<b>De terceiros</b>		
Aum.Exig.L/Prazo	2.364.997,98	347.259.899,30
<b>Total das origens</b>	<b>24.827,33</b>	<b>337.505.224,62</b>
<b>Aplic.dos recursos</b>		
Aum. Ativo perm.		336.972.124,64
<b>Aum. cap. Circul.</b>	<b>24.827,33</b>	<b>533.099,98</b>
<b>Variação cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
No fim do exercício	25.295,77	473.089,01
No início do exercício	473,09	145.733,37
	24.822,68	327.355,64
<b>Passivo Circulante</b>		
No fim do exercício	1.463,23	1.467.882,37
No início do exercício	1.467,88	1.673.626,71
	(4,65)	(205.744,34)
<b>Aum.cap.Circul.</b>	<b>24.827,33</b>	<b>533.099,98</b>

<b>Saldo Mon. 1989</b>				<b>Saldo Mon. 1988</b>			
Correção Mon. Capital	966.593.869,04		15.468.743,89				
Resultados Ex. 1988					(37.859.564,37)		
Absorção de Prejuízo					(37.859.564,37)		
<b>Saldos 31.12.1988</b>	<b>56536945,97</b>	<b>973.617.703,91</b>	<b>56.536,95</b>	<b>973.617,71</b>	<b>1.030.154.649,88</b>		
Correção Mon. Capital	15.468.743,89						
Resultados Ex. 1989					3.196.180,91		
Absorção de Prejuízo					(3.196.180,91)		
<b>Saldos 31.12.1989</b>	<b>56.526.953</b>	<b>19.638.542,51</b>	<b>19.638.542,51</b>	<b>19.638.542,51</b>	<b>19.695.079,46</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1989 e de 1988. 1. Contexto Operacional.** A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. **2.2 Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.

<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>		
<b>Descrição</b>	<b>1989</b>	<b>1988</b>
Caixa	25.200,21	397.512,83
<b>Total</b>	<b>25.200,51</b>	<b>397.512,83</b>
<b>4-Imobilizado</b>		
<b>Descrição</b>	<b>1989</b>	<b>1988</b>
Imóveis	5.908.766,05	368.930.253,61
Construções e benfeitorias	24.790.325,40	1.547.852.962,18
Instalações	4.817.514,78	300.794.943,57
Maq., equip. / ferramentas	10.674.305,13	666.479.949,79
Veículos / equip. transporte	315.065,24	19.671.975,10
Sistema de irrigação	4.563.127,82	284.911.585,20
Moveis e utensílios	380.142,19	23.735.235,65
Outras imobilizações	71.311,26	4.452.516,86
<b>Total</b>	<b>51.520.557,87</b>	<b>3.216.829.421,96</b>
Depreciação	(30.027.694,12)	(1.858.589.066,02)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>21.492.863,75</b>	<b>1.358.240.355,94</b>

**5 -Patrimônio Líquido Capital Social** O capital social subscrito e integralizado de NCz\$56.536,95, está representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas de ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1989 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO** **Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1990 e 1989. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31/12/1990 (em cruzeiros) e 1989 (em cruzados novos)**

Ativo		1990	1989	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1990 e de 1989.			
<b>Circulante</b>		<b>30.891,80</b>	<b>25.295,77</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser. Cap.</b>	<b>Prej. Acumul.</b>	<b>Total</b>
Caixa e equiv.caixa		30.796,54	25.200,51	<b>Saldos 31.12.1988</b>	<b>56536945,97</b>	<b>973.617.703,91</b>	<b>1.030.154.649,88</b>
Créditos Diversos		93,75	93,75	<b>Padrão Mon. 1989</b>	<b>56.536,95</b>	<b>973.617,71</b>	<b>1.030.154.649,88</b>
Desp. Antecipadas		1,51	1,51	Correção Mon. Capital		15.468.743,89	
<b>Permanente</b>		<b>139.478.285,70</b>	<b>22.421.305,67</b>	Resultados Ex. 1989		3.196.180,91	3.196.180,91
Investimentos		235.170,90	25.283,39	Absorção de Prejuízo		3.196.180,91	(3.196.180,91)
Imobilizado		130.842.475,86	21.492.863,75	<b>Saldos 31.12.1989</b>	<b>56.536</b>	<b>19.638.542,51</b>	<b>19.695.079,46</b>
Diferido		8.400.638,94	903.158,53	Correção Mon. Capital		163.496.735,73	163.496.735,73
<b>Total do ativo</b>		<b>139.509.177,50</b>	<b>22.446.601,44</b>	Resultados Ex. 1990		(70.036.903,44)	70.036.903,44
				Absorção de Prejuízo		(70.036.903,44)	70.036.903,44
				<b>Saldos 31.12.1990</b>	<b>56.536</b>	<b>113.098.374,80</b>	<b>113.154.911,75</b>

PASSIVO		1990	1989	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1990 e de 1989. 1. Contexto Operacional. A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. 2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. 2.2 Apuração do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. 2.3 Caixa O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. 2.4 Imobilizado Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. 2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
<b>Circulante</b>		<b>1.463,23</b>	<b>1.463,23</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			
Outras Obrig.		91,14	91,14	<b>Descrição</b>		<b>1990</b>	<b>1989</b>
Instituições fin.		1.372,09	1.372,09	Caixa		30.796,54	25.200,21
<b>Exig. L/Prazo</b>		<b>26.352.802,52</b>	<b>2.750.058,75</b>	<b>Total</b>		<b>30.796,54</b>	<b>25.200,51</b>
Credores Diversos		26.352.802,52	2.750.058,75	<b>4-Imobilizado</b>			
<b>Patrim. Líquido</b>		<b>113.154.911,75</b>	<b>19.695.079,46</b>	<b>Descrição</b>		<b>1990</b>	<b>1989</b>
Capital Social		56.536,95	56.536,95	Imóveis		54.959.797,47	5.908.766,05
Reser. de Capital		113.098.374,80	19.638.542,51	Construções e benfeitorias		230.584.736,51	24.790.325,40
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>		<b>139.509.177,50</b>	<b>22.446.601,44</b>	Instalações		44.809.632,76	4.817.514,78

Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1990 e 1989.		1990	1989
<b>Desp. Operac.</b>		<b>(92.668.398,14)</b>	<b>(2.600.807,53)</b>
Desp. Admin.		0	(13.386,10)
Deprec./Amort.		(69.071.250,40)	(260.636,88)
Desp. Finan.		(23.597.147,74)	(2.326.784,55)
<b>Resultado Não Op.</b>		<b>22.631.494,70</b>	<b>5.796.988,45</b>
Correção Monetária		22.631.494,70	5.796.784,55
<b>Lucro/Prejuízo</b>		<b>(70036903,44)</b>	<b>3.196.180,92</b>

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1990 e 1989		1990	1989
<b>Origens dos Recursos</b>			
<b>Das Operações</b>			
Prej.do Exercício		(70.036.903,44)	3.196.180,92
Valores q não afetam o Capital Circulante			
Deprec. E Amort.		69.071.250,40	260.636,88
Cor. Monet.		(22.631.494,70)	(5.796.988,45)
		(23.597.147,74)	(2.340.170,65)
<b>De terceiros</b>			
Aum.Exig.L/Prazo		23.602.743,77	2.364.997,98
<b>Total das origens</b>		<b>5.596,03</b>	<b>24.827,33</b>
<b>Aplic. dos recursos</b>			
<b>Aum. cap. Circul.</b>		<b>5.596,03</b>	<b>24.827,33</b>
<b>Variação cap. circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Circulante</b>			
No fim do exercício		30.891,80	25.295,77
No início do exercício		25.295,77	473,09
<b>Passivo Circulante</b>			
No fim do exercício		1.463,23	1.463,23
No início do exercício		1.463,23	1.467,88
			(4,65)
<b>Aum.cap.Circul.</b>		<b>5.596,03</b>	<b>24.827,33</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas de ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1990 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1991 e 1990. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1991 e de 1990 (em cruzeiros)**

<b>Ativo</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1991 e de 1990.</b>		
	<b>1991</b>	<b>1990</b>			
<b>Circulante</b>	<b>30.891,80</b>	<b>30.891,80</b>			
Caixa e equiv.caixa	30.796,54	30.796,54			
Créditos Diversos	93,75	93,75			
Desp. Antecipadas	1,51	1,51			
<b>Permanente</b>	<b>1546805811,75</b>	<b>139.478.285,70</b>			
Investimentos	2.691.697,17	235.170,90			
Imobilizado	1.447.962.865,45	130.842.475,86			
Diferido	96.151.249,25	8.400.638,94			
<b>Total do ativo</b>	<b>1546836703</b>	<b>139.509.177,50</b>			
<b>PASSIVO</b>			<b>Cap. Social Reser. Capital Prej. Acumul. Total</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.463,23</b>	<b>1.463,23</b>			
Outras Obrig.	91,14	91,14			
Instituições fin.	1.372,09	1.372,09			
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>152.426.600,06</b>	<b>26.352.802,52</b>			
Credores Diversos	152.426.600,06	26.352.802,52			
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>1394408.640,38</b>	<b>113.154.911,75</b>			
Capital Social	56.536,95	56.536,95			
Reser. de Capital	1.394.352.103,43	113.098.374,80			
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>1546836703,67</b>	<b>139.509.177,50</b>			
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1991 e 1990.</b>			<b>Saldo 31.12.1989 56.536 19.638.542,51 19.695.079,46</b>		
	<b>1991</b>	<b>1990</b>			
<b>Desp. Operac. (175695531,52) (92.668.398,14)</b>					
Deprec./Amort.	(49.621.733,98)	(69.071.250,40)			
Desp. Finan.	(126.073.797,54)	(23.597.147,74)			
<b>Resultado Não Op. 274966243,03 22631494,70</b>					
Correção Monetária	274.966.243,03	22.631.494,70			
<b>Lucro/Prejuízo 99.270.711,51 (70036903,44)</b>					
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1991 e 1990</b>			<b>Saldo 31.12.1991 56.536 1.394.352.103,43 1.394.408.640,38</b>		
<b>Origens dos Recursos</b>	<b>1991</b>	<b>1990</b>			
<b>Das Operações</b>					
Prej.do Exercício	99.270.711,51	(70.036.903,44)			
Valores q não afetam o Capital Circulante					
Deprec. E Amort.	49.621.733,98	69.071.250,40			
Cor. Monet.	(274.966.243,03)	(22.631.494,70)			
	(126.073.797,54)	(23.597.147,74)			
<b>De terceiros</b>					
Aum.Exig.L/Prazo	126.073.797,54	23.602.743,77			
<b>Total das origens</b>	<b>---</b>	<b>5.596,03</b>			
<b>Aplic.dos recursos</b>					
<b>Redução cap. Circul.</b>					
<b>Variação cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			
<b>Ativo Circulante</b>					
No fim do exercício	30.891,80	30.891,80			
No início do exercício	30.891,80	25.295,77			
Passivo Circulante					
No fim do exercício	1.463,23	1.463,23			
No início do exercício	1.463,23	1.463,23			
<b>Aum.cap.Circul.</b>	<b>-</b>	<b>5.596,03</b>			
<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1991 e de 1990. 1. Contexto Operacional.</b>		
<b>Descrição</b>			<b>A</b>		
Caixa	30.796,54	30.796,54	companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.		
<b>Total</b>	<b>30.796,54</b>	<b>30.796,54</b>			
<b>4-Imobilizado</b>			<b>Descrição</b>		
<b>Descrição</b>			<b>1991</b>	<b>1990</b>	
Imóveis	629.053.720,86	54.959.797,47			
Construções e benfeitorias	2.639.205.258,13	230.584.736,51			
Instalações	512.877.912,87	44.809.632,76			
Maq., equip. / ferramentas	1.136.398.243,85	99.285.983,46			
Veículos / equip. transporte	33.542.191,32	2.930.547,87			
Sistema de irrigação	485.795.596,88	42.443.477,78			
Moveis e utensílios	40.470.354,94	3.535.854,63			
Outras imobilizações	7.591.874,83	663.294,56			
<b>Total</b>	<b>5.484.935.153,68</b>	<b>479.213.325,04</b>			
Depreciação	(4.036.972.288,23)	(348.370.849,18)			
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>1.447.962.865,45</b>	<b>130.842.475,86</b>			
<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			<b>O capital social subscrito e integralizado de Cr\$56.536,95, está representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais.</b>		
			a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809		

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores e Acionistas de ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1991 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1992 e 1991. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991 (em cruzeiros)**

Ativo		1992	1991	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1992 e de 1991.			
Circulante		30.891,80	30.891,80	Cap. Social	Reser. Capital	Prej. Acumul.	Total
Caixa e equiv.caixa		30.796,54	30.796,54	<b>Saldos 31.12.1990</b>	<b>56.536</b>	<b>113.098.374,80</b>	<b>113.154.911,75</b>
Créditos Diversos		93,75	93,75	Correção Mon. Capital		1.181.983.017,12	1.181.983.017,12
Desp. Antecipadas		1,51	1,51	Resultados Ex. 1991		99.270.711,51	99.270.711,51
<b>Permanente</b>	<b>16737358255</b>	<b>1546805811,75</b>	<b>1546805811,75</b>	Absorção de Prejuízo		99.270.711,51 (99.270.711,51)	-
Investimentos		29.963.855,97	2.691.697,17	<b>Saldos 31.12.1991</b>	<b>56.536</b>	<b>1.394.352.103,43</b>	<b>1.394.408.640,38</b>
Imobilizado		15637042870,53	1.447.962.865,45	Correção Mon. Capital		14128087752,22	14128087752,22
Diferido		1070351528,57	96.151.249,25	Resultados Ex. 1992		(657082218,94)	(657082218,94)
<b>Total do ativo</b>	<b>16737389146</b>	<b>1546836703</b>	<b>1546836703</b>	Absorção de Prejuízo		(657082218,94) 657082218,94	-
				<b>Saldos 31.12.1992</b>	<b>56.536</b>	<b>14.865.357.636</b>	<b>14.865.414.173</b>

PASSIVO		1992	1991
<b>Circulante</b>	<b>1.463,23</b>	<b>1.463,21</b>	<b>1.463,21</b>
Outras Obrig.		91,14	91,14
Instituições fin.		1.372,09	1.372,09
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>1871973509,99</b>	<b>152.426.600,06</b>	<b>152.426.600,06</b>
Credores Diversos		1871973509,99	152.426.600,06
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>14865414173</b>	<b>1.394.408.640,38</b>	<b>1.394.408.640,38</b>
Capital Social		56.536,95	56.536,95
Reser. de Capital		14865357636	1.394.352.103,43
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>16737389146</b>	<b>1.546.836.703,67</b>	<b>1.546.836.703,67</b>

**Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1992 e 1991.**

	1992	1991
<b>Desp. Operac. (2201163738)</b>	<b>(175.695.531,52)</b>	<b>(175.695.531,52)</b>
Deprec./Amort.	(481616828,31)	(49.621.733,98)
Desp. Finan.	(1719546909,93)	(126.073.797,54)
<b>Resultado Não Op. 1544081519</b>	<b>274.966.243,03</b>	<b>274.966.243,03</b>
Correção Monetária	1544081519,29	274.966.243,03
<b>Lucro/Prejuízo (657082218,95)</b>	<b>99.270.711,51</b>	<b>99.270.711,51</b>

**Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1992 e 1991**

Origens dos Recursos	1992	1991
<b>Das Operações</b>		
Prej.do Exercício	(657082218,95)	99.270.711,51
Valores q não afetam o Capital Circulante		
Deprec. E Amort.	481.616.828,31	49.621.733,98
Cor. Monet.	(1544081519,29)	(274.966.243,03)
Desp.Financ.	1.719546909,93	---
		(126.073.797,54)
<b>De terceiros</b>		
Aum.Exig.L/Prazo		126.073.797,54
<b>Aplic.dos recursos</b>		
<b>Redução cap. Circul.</b>		
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Circulante		
No fim do exercício	30.891,80	30.891,80
No início do exercício	30.891,80	30.891,80
Passivo Circulante		
No fim do exercício	1.463,23	1.463,23
No início do exercício	1.463,23	1.463,23
<b>Red.cap.Circul.</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991. 1. Contexto Operacional.**

A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. **2.2 Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.

**3-Caixa e equivalentes de caixa.**

Descrição	1992	1991
Caixa	30.796,54	30.796,54
<b>Total</b>	<b>30.796,54</b>	<b>30.796,54</b>

**4-Imobilizado**

Descrição	1992	1991
Imóveis	7.002.598.686,04	629.053.720,86
Construções e benfeitorias	29.379.518.250,44	2.639.205.258,13
Instalações	5.709.334.639,68	512.877.912,87
Maq., equip. / ferramentas	12.650.335.870,01	1.136.398.243,85
Veículos / equip. transporte	373.390.216,25	33.542.191,32
Sistema de irrigação	5.407.844.474,85	485.795.596,88
Moveis e utensílios	450.514.2.2,66	40.470.354,94
Outras imobilizações	84.512.420,58	7.591.874,83
<b>Total</b>	<b>61.058.059.790,51</b>	<b>5.484.935.153,68</b>
Depreciação	(45.421.016.919,98)	(4.036.972.288,23)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>15.637.042.870,53</b>	<b>1.447.962.865,45</b>

**5 -Patrimônio Líquido Capital Social** O capital social subscrito e integralizado de Cr\$56.536,95, está representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas de ARAGUAIA**

- Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**



**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**– CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas.as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1994 e 1993. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por venturajulguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1994(em reais) e 1993(em cruzeiros reais)**

Ativo			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1994 e de 1993.			
	1994	1993	Cap.Social	Reser. Capital	Prej.Acumul.	Total
<b>Circulante</b>	<b>181.521,01</b>	<b>554.969,39</b>	<b>56.536</b>	<b>14.865.357,636</b>		<b>14.865.414.173</b>
Caixa e equiv.caix	153.028,61	554.969,30				
Estoques	28.492,40	---				
Créditos Diversos	---	0,09				
<b>Permanente</b>	<b>785.022,47</b>	<b>371.991.736</b>	<b>56,54</b>	<b>14.865.357,64</b>		<b>14.865.357,64</b>
Investimentos	1.495,88	674.232,51		319.629.102,64		319.629.102,64
Imobilizado	730.091,62	347.232.959,62			(6.564.436,50)	(6.564.436,50)
Diferido	53.434,97	24.084.543,71			6.564.436,50	-
<b>Total do ativo</b>	<b>966.543,48</b>	<b>372.546.705,39</b>	<b>56,54</b>	<b>327.930.023</b>		<b>327.930.080</b>
			<b>0,02</b>	<b>119.247,28</b>		<b>119.247,28</b>
				608.312,04		608.312,04
					(504.518,07)	(504.518,07)
					504.518,07	504.518,07
			<b>0,02</b>	<b>223.041,25</b>		<b>223.041,27</b>

PASSIVO			Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1994 e de 1993. 1. Contexto Operacional. A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. 2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. 2.2 Apuração do resultado. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. 2.3 Caixa O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. 2.4 Imobilizado. Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. 2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
	1994	1993	3-Caixa e equivalentes de caixa.			
<b>Circulante</b>	<b>15.584,71</b>	<b>42.015.748,50</b>	<b>Descrição</b>	<b>1994</b>	<b>1993</b>	
Fornecedores	906,67	---	Caixa	153.028,61	554.969,30	
Outras Obrig.	14.678,04	40.364.602,14	<b>Total</b>	<b>153.028,61</b>	<b>554.969,30</b>	
Instituições financeiras	---	1.651.146,36	<b>4-Imobilizado</b>			
<b>Exig. l/Prazo</b>	<b>727.917,50</b>	<b>2.600.876,57</b>	<b>Descrição</b>	<b>1994</b>	<b>1993</b>	
Credores Diversos	727.917,50	2.600.876,57	Imóveis	349.589,51	157.569.162,79	
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>223.041,27</b>	<b>327.930.080,32</b>	Construções e benfeitorias	1.466.708,55	661.084.020,04	
Capital Social	0,02	56,54	Instalações	285.026,12	128.468.746,94	
Reser. de Capital	223.041,25	327.930.023,78	Maquinas, equipamentos e ferramentas	631.540,51	284.651.872,79	
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>966.543,48</b>	<b>372.546.705,39</b>	Veículos e equipamentos de transporte	18.640,70	8.401.850,00	
			Sistema de irrigação	269.975,42	121.685.005,40	
			Moveis e utensílios	22.490,95	10.137.258,12	
			Outras imobilizações	4.219,10	1.901.658,50	
			<b>Total</b>	<b>3.048.190,86</b>	<b>1.373.899.574,45</b>	
			Depreciação	(2.318.099,24)	(1.026.666.614,67)	
			<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>730.091,62</b>	<b>347.232.959,78</b>	

Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1994 e 1993.		
	1994	1993
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(586.252,67)</b>	<b>(46.814.092,51)</b>
Desp. Admin.	167.329,71	1.651.144,99
Desp. Gerais	(115.886,63)	---
Deprec./Amort.	(40.293,91)	(4.624.380,91)
Desp. Financeiras	(262.742,42)	(40.538.566,61)
<b>Result.Não Op.</b>	<b>81.734,60</b>	<b>40.249.656,01</b>
Correção Monetária	81.734,60	40.249.656,01
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>(504.518,07)</b>	<b>(6.564.436,50)</b>

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1994 e 1993		
	1994	1993
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>		
Prejuízo do Exercício	(6564436,50)	(6564436,50)
Valores q não afetam o Capital Circulante		
Depreciação e Amort.	4.624.380,91	4.624.380,91
Cor. monetária	(40249656,01)	(40249656,01)
<b>Tot. das Origens</b>	<b>(42189711,60)</b>	<b>(42189711,60)</b>
Red.Passivo L/Prazo	728.903,06	728.903,06
	(41460808,54)	(41460808,54)
<b>Aplic dos recursos</b>		
<b>Redução cap. Circul.</b>		
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Circulante		
No fim do exercício	(41460808,54)	(41460808,54)
No inicio do exercício		
<b>Passivo Circulante</b>		
No fim do exercício	554.969,39	554.969,39
No inicio do exercício	30,89	30,89
<b>Red.cap.Circul.</b>	<b>(42.015.748,50)</b>	<b>(42.015.748,50)</b>
	1,46	1,46
	(42.015.747,04)	(42.015.747,04)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA** -Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA **Companhia Industrial de Produtos Alimentícios**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1994 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**



**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1996 e 1995. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1996 e de 1995 (em Reais)**

Ativo		1996	1995	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1996 e de 1995.			
<b>Circulante</b>	<b>26.452,83</b>	<b>181.521,01</b>	<b>Cap. Social Reser. Capital Prej. Acumul. Total</b>				
Caixa e equiv.caixa	26.452,83	153.028,61	<b>Saldos 31.12.1994</b>	<b>0,02</b>	<b>223.041,25</b>	<b>0</b>	<b>223.041,27</b>
Estoques	-	28.492,40	Correcao Mon. Capital		48.481,85		
<b>Permanente</b>	<b>856.274,86</b>	<b>909.220,21</b>	Resultados Ex. 1995			75.715,89	75.715,89
Investimentos	1.821,04	1.821,04	Absorção de Prejuízo		75.715,89	(75.715,89)	-
Imobilizado	795.908,83	842.349,19	<b>Saldos 31.12.1995</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>0</b>	<b>347.239,01</b>
Diferido	58.544,99	65.049,98	Prej. Acumulados			(54.935,35)	(54.935,35)
<b>Total do ativo</b>	<b>882.727,69</b>	<b>1.090.741,22</b>	<b>Saldos 31.12.1996</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(54.935,35)</b>	<b>292.303,66</b>
<b>PASSIVO</b>				<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1996 e de 1995. 1. Contexto Operacional.</b>			
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>15.584,71</b>	A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.				
Fornecedores	-	906,67	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>				
Outras Obrig.	-	14.678,04	<b>Descrição</b>				
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>727.917,50</b>	<b>1996</b>				
Credores Diversos	590.424,03	727.917,50	<b>1995</b>				
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>292.303,66</b>	<b>347.239,01</b>	<b>Caixa</b>				
Capital Social	0,02	0,02	26.452,83				
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>Total</b>				
Prej. Acumulados	(54.935,35)	0	<b>26.452,83</b>				
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>882.727,69</b>	<b>1.090.741,22</b>	<b>153.028,61</b>				
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1996 e 1995.</b>				<b>4-Imobilizado</b>			
<b>Desp. Operac.</b>				<b>Descrição</b>			
<b>Desp. Admin.</b>				<b>1995</b>			
<b>Depreciação</b>				<b>1995</b>			
<b>Amortização</b>				<b>1995</b>			
<b>Resultado Não Op.</b>				<b>1995</b>			
<b>Correção Monetária</b>				<b>1995</b>			
<b>Lucro/Prejuízo</b>				<b>1995</b>			
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1996 e 1995</b>				<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			
<b>Origens dos Recursos</b>				O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este é representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809			
<b>Prejuízo do Exercício</b>							
<b>Valores q não afetam o Capital Circulante</b>							
<b>Depreciação e Amort.</b>							
<b>Correção monetária</b>							
<b>Total das Origens</b>							
<b>Red.Passivo L/Prazo</b>							
<b>Aplic. dos recursos</b>							
<b>Variação cap. circulante</b>							
<b>Ativo Circulante</b>							
<b>No fim do exercício</b>							
<b>No inicio do exercício</b>							
<b>Passivo Circulante</b>							
<b>No fim do exercício</b>							
<b>No inicio do exercício</b>							
<b>Red.cap.Circulante</b>							

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA **Companhia Industrial de Produtos Alimentícios**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1996 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** - CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1997 e 1996. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e de 1996 (em Reais)**

<b>Ativo</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1997 e de 1996.</b>			
	<b>1997</b>	<b>1996</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser.</b>	<b>Capital Prej. Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.874,83</b>	<b>26.452,83</b>	<b>Saldos 31.12.1995</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>0</b>
Caixa e equiv.caixa	19.874,83	26.452,83	Prej. Acumulados		(54.935,35)	(54.935,35)
<b>Permanente</b>	<b>803.329,51</b>	<b>856.274,86</b>	<b>Saldos 31.12.1996</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(54.935,35)</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04	Prej. Acumulados		(59.523,35)	(59.523,35)
Imobilizado	749.468,47	795.908,83	<b>Saldos 31.12.1997</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(114.458,70)</b>
Diferido	52.040,00	58.544,99				<b>232.780,31</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>823.204,34</b>	<b>882.727,69</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e de 1996. 1. Contexto Operacional.</b> A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
<b>PASSIVO</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>Descrição</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>	
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	Caixa	19.874,83	26.452,83	
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>232.780,31</b>	<b>292.303,66</b>	<b>Total</b>	<b>19.874,83</b>	<b>26.452,83</b>	
Capital Social	0,02	0,02	<b>4-Imobilizado</b>			
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>Descrição</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>	
Prej. Acumulados	(114.458,70)	(54.935,35)	Imóveis	425.578,79	425.578,79	
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>823.204,34</b>	<b>882.727,69</b>	Construções e benfeitorias	1.785.522,82	1.785.522,82	
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1997 e 1996.</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>	Instalações	346.981,44	346.981,44	
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(59.523,35)</b>	<b>(54.935,35)</b>	Maquinas, equipamentos e ferramentas	768.816,68	768.816,68	
Desp. Admin.	(6.578,00)	(1.990,00)	Veículos e equipamentos de transporte	22.692,57	22.692,57	
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)	Sistema de irrigação	328.659,21	328.659,21	
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)	Moveis e utensílios	27.379,74	27.379,74	
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(59.523,35)</b>	<b>(59.935,35)</b>	Outras imobilizações	5.136,20	5.136,20	
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1997 e 1996</b>			<b>Total</b>	<b>3.710.767,45</b>	<b>3.710.767,45</b>	
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>	Depreciação	(2.961.298,98)	(2.914.858,62)	
Prejuízo do Exercício	(59.523,35)	(54.935,35)	<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>749.468,47</b>	<b>795.908,83</b>	
Valores q não afetam o Capital Circulante			<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b> O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este á representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto - Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809			
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22	<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> Aos Administradores e Acionistas de <b>ARAGUAIA</b> - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA <b>Companhia Industrial de Produtos Alimentícios</b> , que compreendem o			
<b>Total das Origens</b>	<b>(6.578,00)</b>	<b>(1.990,00)</b>	balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1997 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.</b> A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. <b>Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO</b>			
<b>Aplicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>137.493,47</b>				
<b>Variação cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Ativo Circulante						
No fim do exercício	19.874,83	26.452,83				
No início do exercício	<u>26.452,83</u>	<u>181.521,01</u>				
	<b>(6.578,00)</b>	<b>(155.068,18)</b>				
Passivo Circulante						
No fim do exercício	590.424,03	-				
No início do exercício	590.424,03	15.584,71				
<b>Red. cap.Circulante</b>	<b>(6.578,00)</b>	<b>(139.483,47)</b>				

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** - CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1998 e 1997. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1998 e de 1997 (em Reais)**

<b>Ativo</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997.</b>			
	<b>1998</b>	<b>1997</b>				<b>Total</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.547,30</b>	<b>19.874,83</b>				
Caixa e equiv.caixa	7.547,30	19.874,83				
<b>Permanente</b>	<b>750.384,16</b>	<b>803.329,51</b>	<b>Saldos 31.12.1996</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(54.935,35)</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04	Prej. Acumulados			(59.523,35)
Imobilizado	703.028,11	749.468,47	<b>Saldos 31.12.1997</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(114.458,70)</b>
Diferido	45.535,01	52.040,00	Prej. Acumulados			(65.272,88)
<b>Total do ativo</b>	<b>757.931,46</b>	<b>823.204,34</b>	<b>Saldos 31.12.1998</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(179.731,58)</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1998 e de 1997. 1. Contexto Operacional.</b> A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03				
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>167.507,43</b>	<b>232.780,31</b>	<b>Descrição</b>			
Capital Social	0,02	0,02				
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99				
Prej. Acumulados	(179.731,58)	(114.458,70)				
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>757.931,46</b>	<b>823.204,34</b>				
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1998 e 1997.</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>				
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(65.272,88)</b>	<b>(59.523,35)</b>				
Desp. Admin.	(12.327,53)	(6.578,00)				
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)				
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)				
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(65.272,88)</b>	<b>(59.523,35)</b>				
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.1998 e 1997</b>						
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>				
Prejuízo do Exercício	(65.272,88)	(59.523,35)				
Valores q não afetam o Capital Circulante						
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22				
<b>Total das Origens</b>	<b>(12.327,53)</b>	<b>(6.578,00)</b>				
<b>Aplicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Ativo Circulante</b>						
No fim do exercício	7.547,30	19.874,83				
No inicio do exercício	19.874,83	26.452,83				
	<b>(12.327,53)</b>	<b>(6.578,00)</b>				
<b>Passivo Circulante</b>						
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03				
No inicio do exercício	590.424,03	590.424,03				
<b>Red. cap.Circulante</b>	<b>(12.327,53)</b>	<b>-</b>				
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores e Acionistas de <b>ARAGUAIA</b> - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de <b>ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios</b> , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1998 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.</b> A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. <b>Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO.</b>						

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** - CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1999 e 1998. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1999 e de 1998 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1999 e de 1998.</b>				
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>7.547,30</b>	<b>Cap. Social Reser. Capital Prej. Acumul. Total</b>				
Caixa e equiv.caixa	970,30	7.547,30	<b>Saldos 31.12.1997</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(114.458,70)</b>	<b>232.780,31</b>
<b>Permanente</b>	<b>697.438,81</b>	<b>750.384,16</b>	Prej. Acumulados			(65.272,88)	(65.272,88)
Investimentos	1.821,04	1.821,04	<b>Saldos 31.12.1998</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(179.731,58)</b>	<b>167.507,43</b>
Imobilizado	656.587,75	703.028,11	Prej. Acumulados			(59.522,35)	(59.522,35)
Diferido	39.030,02	45.535,01	<b>Saldos 31.12.1999</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(239.253,93)</b>	<b>107.985,08</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>698.409,11</b>	<b>757.931,46</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1999 e de 1998. 1. Contexto Operacional.</b>				
<b>PASSIVO</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>	A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.				
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>				
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	<b>Descrição</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>		
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>107.985,08</b>	<b>167.507,43</b>	Caixa	970,30	7.547,30		
Capital Social	0,02	0,02	<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>7.547,30</b>		
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>4-Imobilizado</b>				
Prej. Acumulados	(239.253,93)	(179.731,58)	<b>Descrição</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>		
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>698.409,11</b>	<b>757.931,46</b>	Imóveis	425.578,79	425.578,79		
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.1999 e 1998.</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>	Construções e benfeitorias	1.785.522,82	1.785.522,82		
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(59.522,35)</b>	<b>(65.272,88)</b>	Instalações	346.981,44	346.981,44		
Desp. Admin.	(6.577,00)	(12.327,53)	Maquinas, equipamentos e ferramentas	768.816,68	768.816,68		
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)	Veículos e equipamentos de transporte	22.692,57	22.692,57		
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)	Sistema de irrigação	328.659,21	328.659,21		
<b>PREJ.ACUMULADOS (59.522,35)(65.272,88)</b>			Moveis e utensílios	27.379,74	27.379,74		
			Outras imobilizações	5.136,20	5.136,20		
			<b>Total</b>	<b>3.710.767,45</b>	<b>3.710.767,45</b>		
			Depreciação	(3.054.179,70)	(3.007.739,34)		
			Imobilizado Líquido	<b>656.587,75</b>	<b>703.028,11</b>		
			<b>5 -Patrimônio Líquido</b>				
			Capital Social				
			O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este é representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto - Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809				
			<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> Aos Administradores e Acionistas de <b>ARAGUAIA</b> - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA - <b>Companhia Industrial de Produtos Alimentícios</b> , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1999 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.</b> A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. <b>Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO</b>				

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000 e 1999. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2000 e de 1999 (em Reais)**

Ativo	2000	1999	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2000 e de 1999.				
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	<b>Cap. Social Reser. Capital Prej. Acumul. Total</b>				
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30	<b>SalDOS 31.12.1998</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(179.731,58)</b>	<b>167.507,43</b>
<b>Permanente</b>	<b>644.493,46</b>	<b>697.438,81</b>	Prej. Acumulados			(59.522,35)	(59.522,35)
Investimentos	1.821,04	1.821,04	<b>SalDOS 31.12.1999</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(239.253,93)</b>	<b>107.985,08</b>
Imobilizado	610.147,39	656.587,75	Prej. Acumulados			(52.945,35)	(52.945,35)
Diferido	32.525,03	39.030,02	<b>SalDOS 31.12.2000</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(292.199,28)</b>	<b>55.039,73</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>645.463,76</b>	<b>698.409,11</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2000 e de 1999. 1. Contexto Operacional.</b> A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.				
<b>PASSIVO</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>				
<b>Exig. L/ prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>Descrição</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>		
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	Caixa	970,30	970,30		
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>55.039,73</b>	<b>107.985,08</b>	<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>		
Capital Social	0,02	0,02	<b>4-Imobilizado</b>				
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>Descrição</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>		
Prej. Acumulados	(292.199,28)	(239.253,93)	Imóveis	425.578,79	425.578,79		
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>645.463,76</b>	<b>698.409,11</b>	Construções e benfeitorias	1.785.522,82	1.785.522,82		
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2000 e 1999.</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>	Instalações	346.981,44	346.981,44		
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(59.522,35)</b>	Máquinas, equipamentos e ferramentas	768.816,68	768.816,68		
Desp. Admin.	-	(6.577,00)	Veículos e equipamentos de transporte	22.692,57	22.692,57		
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)	Sistema de irrigação	328.659,21	328.659,21		
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)	Moveis e utensílios	27.379,74	27.379,74		
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(59.522,35)</b>	Outras imobilizações	5.136,20	5.136,20		
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.2000 e 1999</b>			Total	3.710.767,45	3.710.767,45		
<b>Origens dos Recursos</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>	Depreciação	(3.100.620,06)	(3.054.179,70)		
<b>das Operações</b>			Imobilizado Líquido	<b>610.147,39</b>	<b>656.587,75</b>		
Prejuízo do Exercício	(52.945,35)	(59.522,35)	<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b> O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este á representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809				
Valores q não afetam o Capital Circulante							
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22					
<b>Total das Origens</b>	<b>-</b>	<b>(6.577,00)</b>					
<b>Aplicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					
Ativo Circulante							
No fim do exercício	970,30	970,30					
No início do exercício	970,30	7.547,30					
		<b>(6.577,00)</b>					
Passivo Circulante							
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03					
No início do exercício	590.424,03	590.424,03					
<b>Redução cap.Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA** - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** - CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2001 e 2000. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000 (em Reais)**

<b>Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000 (em Reais)</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000.</b>			
<b>Ativo</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser.</b>	<b>Capital Prej. Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>				
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30				
<b>Permanente</b>	<b>591.548,11</b>	<b>644.493,46</b>	<b>Saldos 31.12.1999</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(239.253,93)</b>
Imobilizado	563.707,03	610.147,39	Prej. Acumulados			(52.945,35)
Diferido	26.020,04	32.525,03	<b>Saldos 31.12.2000</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(292.199,28)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>592.518,41</b>	<b>645.463,76</b>	Prej. Acumulados			(52.945,35)
			<b>Saldos 31.12.2001</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(345.144,63)</b>
						<b>2.094,38</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000. 1. Contexto Operacional.</b> A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
<b>Exig. L/prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	<b>Descrição</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>2.094,38</b>	<b>55.039,73</b>	Caixa	970,30	970,30	
Capital Social	0,02	0,02	<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>4-Imobilizado</b>			
Prej. Acumulados	(345.144,63)	(292.199,28)	<b>Descrição</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>592.518,41</b>	<b>645.463,76</b>	Imóveis	425.578,79	425.578,79	
			Construções e benfeitorias	1.785.522,82	1.785.522,82	
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2001 e 2000.</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	Instalações	346.981,44	346.981,44	
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(52.945,35)</b>	Maquinas, equipamentos e ferramentas	768.816,68	768.816,68	
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)	Veículos e equipamentos de transporte	22.692,57	22.692,57	
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)	Sistema de irrigação	328.659,21	328.659,21	
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(52.945,35)</b>	Moveis e utensílios	27.379,74	27.379,74	
			Outras imobilizações	5.136,20	5.136,20	
			<b>Total</b>	<b>3.710.767,45</b>	<b>3.710.767,45</b>	
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.2001 e 2000</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	Depreciação	(3.147.060,42)	(3.100.620,06)	
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>			Imobilizado Líquido	<b>563.707,03</b>	<b>610.147,39</b>	
Prejuízo do Exercício	(52.945,35)	(52.945,35)	<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b> O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este á representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto - Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809			
Valores q não afetam o Capital Circulante						
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22				
<b>Total das Origens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>35plicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Variação cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Ativo Circulante						
No fim do exercício	970,30	970,30				
No inicio do exercício	970,30	970,30				
Passivo Circulante						
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03				
No inicio do exercício	590.424,03	590.424,03				
<b>Redução cap.Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>						
Aos Administradores e Acionistas de <b>ARAGUAIA</b> - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA <b>Companhia Industrial</b> de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2001 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.</b> A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. <b>Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO</b>						

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002 e 2001. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 (em Reais)**

Ativo		2002	2001	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001.			
Circulante		970,30	970,30	Cap. Social	Reser.	Capital Prej.	Acumul.
Caixa e equiv.caixa		970,30	970,30				
<b>Permanente</b>	<b>538.602,76</b>	<b>591.548,11</b>	<b>591.548,11</b>	<b>Saldos 31.12.2000</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(292.199,28)</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04	1.821,04	Prej. Acumulados			(52.945,35)
Imobilizado	517.266,67	563.707,03	563.707,03	<b>Saldos 31.12.2001</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(345.144,63)</b>
Diferido	19.515,05	26.020,04	26.020,04	Prej. Acumulados			(52.945,35)
<b>Total do ativo</b>	<b>539.573,06</b>	<b>592.518,41</b>	<b>592.518,41</b>	<b>Saldos 31.12.2002</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(398.089,98)</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001. 1. Contexto Operacional.</b> A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.				
<b>Exig L/prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>				
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	<b>Descrição</b>				
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(50.850,97)</b>	<b>2.094,38</b>	<b>2002</b>				
Capital Social	0,02	0,02	<b>2001</b>				
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>Caixa</b>				
Prej. Acumulados	(398.089,98)	(345.144,63)	<b>2002</b>				
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>539.573,06</b>	<b>592.518,41</b>	<b>2001</b>				
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2002 e 2001.</b>			<b>Total</b>				
<b>2002</b>			<b>970,30</b>				
<b>2001</b>			<b>970,30</b>				
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>4-Imobilizado</b>				
Depreciação	(46.440,36)	(46.440,36)	<b>Descrição</b>				
Amortização	(6.504,99)	(6.504,99)	<b>2002</b>				
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>(52.945,35)</b>	<b>2001</b>				
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.2002 e 2001</b>			<b>Imóveis</b>				
<b>2002</b>			<b>425.578,79</b>				
<b>2001</b>			<b>425.578,79</b>				
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>			<b>Construções e benfeitorias</b>				
Prejuízo do Exercício	(52.945,35)	(52.945,35)	<b>1.785.522,82</b>				
Valores q não afetam o Capital Circulante			<b>346.981,44</b>				
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22	<b>Instalações</b>				
<b>Total das Origens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>768.816,68</b>				
<b>35plicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Maquinas, equipamentos e ferramentas</b>				
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>768.816,68</b>				
Ativo Circulante			<b>Veículos e equipamentos de transporte</b>				
No fim do exercício	970,30	970,30	<b>22.692,57</b>				
No inicio do exercício	970,30	970,30	<b>Sistema de irrigação</b>				
Passivo Circulante			<b>328.659,21</b>				
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03	<b>Movéis e utensílios</b>				
No inicio do exercício	590.424,03	590.424,03	<b>27.379,74</b>				
<b>Redução cap.Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Outras imobilizações</b>				
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores e Acionistas de ARAGUAIA - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de ARAGUAIA Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2002 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis. A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO</b>							

respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003 e 2002. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (em Reais)**

<b>Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (em Reais)</b>			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002.</b>			
<b>Ativo</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>Cap. Social</b>	<b>Reser.</b>	<b>Capital Prej. Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>				
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30				
<b>Permanente</b>	<b>485.657,41</b>	<b>538.602,76</b>	<b>Saldos 31.12.2001</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(345.144,63)</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04	Prej. Acumulados			(52.945,35)
Imobilizado	470.826,31	517.266,67	<b>Saldos 31.12.2002</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(398.089,98)</b>
Diferido	13.010,06	19.515,05	Prej. Acumulados			(52.945,35)
<b>Total do ativo</b>	<b>486.627,71</b>	<b>539.573,06</b>	<b>Saldos 31.12.2003</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(451.035,33)</b>
						<b>(103.796,32)</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002. 1. Contexto Operacional.</b>			
<b>Exig. L/prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa.</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.			
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>			
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(103.796,32)</b>	<b>(50.850,97)</b>	<b>Descrição</b>			
Capital Social	0,02	0,02	<b>2003</b>			
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	<b>2002</b>			
Prej. Acumulados	(451.035,33)	(398.089,98)	<b>Caixa</b>			
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>486.627,71</b>	<b>539.573,06</b>	<b>Total</b>			
			<b>970,30</b>			
			<b>970,30</b>			
			<b>4-Imobilizado</b>			
			<b>Descrição</b>			
			<b>2003</b>			
			<b>2002</b>			
			<b>Imóveis</b>			
			425.578,79			
			<b>Construções e benfeitorias</b>			
			1.785.522,82			
			<b>Instalações</b>			
			346.981,44			
			<b>Maquinas, equipamentos e ferramentas</b>			
			768.816,68			
			<b>Veículos e equipamentos de transporte</b>			
			22.692,57			
			<b>Sistema de irrigação</b>			
			328.659,21			
			<b>Moveis e utensílios</b>			
			27.379,74			
			<b>Outras imobilizações</b>			
			5.136,20			
			<b>Total</b>			
			3.710.767,45			
			<b>Depreciação</b>			
			(3.239.941,14)			
			<b>Imobilizado Líquido</b>			
			<b>470.826,31</b>			
			<b>517.266,67</b>			
			<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			
			O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este é representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente a) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809			
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios Findos em 31.12.2003 e 2002</b>						
	<b>2003</b>	<b>2002</b>				
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>						
Prejuízo do Exercício	(52.945,35)	(52.945,35)				
Valores q não afetam o Capital Circulante						
Depreciação e Amort.	52.945,35	52.945,22				
<b>Total das Origens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>35plicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Ativo Circulante</b>						
No fim do exercício	970,30	970,30				
No inicio do exercício	970,30	970,30				
<b>Passivo Circulante</b>						
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03				
No inicio do exercício	590.424,03	590.424,03				
<b>Redução cap.Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores e Acionistas de <b>ARAGUAIA</b> - Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Gurupi - TO. Examinamos as demonstrações contábeis de <b>ARAGUAIA</b> Companhia Industrial de Produtos Alimentícios, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.</b> A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. <b>Gama &amp; Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO</b></p>						





**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à análise/apreciação de V.sas; ass Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006 e 2005. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005.</b>		
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	<b>Cap.Social Reser.Capital Prej.Acumul. Total</b>		
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30	<b>Saldos 31.12.2004</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99 (503.980,68)(156.741,67)</b>
<b>Permanente</b>	<b>409.426,69</b>	<b>417.816,84</b>	Prej. Acumulados		(14.895,22) (14.895,22)
Investimentos	1.821,04	1.821,04	<b>Saldos 31.12.2005</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99 (518.875,90)(171.636,89)</b>
Imobilizado	407.605,65	415.995,80	Prej. Acumulados		(8.390,15) (8.390,15)
<b>Total do ativo</b>	<b>410.396,99</b>	<b>418.787,14</b>	<b>Saldos 31.12.2006</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99 (527.266,05)(180.027,04)</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005. 1. Contexto Operacional.</b>		
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>	A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. <b>2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. <b>2.2 Apuração do resultado.</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. <b>2.3 Caixa.</b> O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. <b>2.4 Imobilizado.</b> Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. <b>2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas.		
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03	<b>3-Caixa e equivalentes de caixa.</b>		
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(180.027,04)</b>	<b>(171.636,89)</b>	<b>Descrição</b>		
Capital Social	0,02	0,02	<b>2006</b>	<b>2005</b>	
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99	Caixa	970,30	970,30
Prej. Acumulados	(527.266,05)	(518.875,90)	<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>410.396,99</b>	<b>418.787,14</b>	<b>4-Imobilizado</b>		
<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2006 e 2005.</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>Descrição</b>		
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(14.895,22)</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	
Depreciação	(8.390,15)	(8.390,15)	Imóveis	425.578,79	425.578,79
Amortização		(6.505,07)	Construções e benfeitorias	-	1.785.522,82
<b>PREJ.ACUMULADOS</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(14.895,22)</b>	Instalações	-	346.981,44
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Para os Exercícios findos em 31.12.2006 e 2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	Maquinas, equipamentos e ferramentas	-	768.816,68
<b>Origens dos Recursos das Operações</b>			Veículos e equipamentos de transporte	-	22.692,57
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	(14.895,22)	Sistema de irrigação	-	328.659,21
Valores q não afetam o Capital Circulante			Moveis e utensílios	-	27.379,74
Depreciação e Amort.	8.390,15	14.895,22	Outras imobilizações	-	5.136,20
<b>Total das Origens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Total</b>	<b>425.578,79</b>	<b>3.710.767,45</b>
<b>Aplicações dos recursos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Depreciação	(17.973,14)	(3.294.771,65)
<b>Varição cap. circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>407.605,65</b>	<b>415.995,80</b>
Ativo Circulante			<b>5 - Patrimônio Líquido Capital Social</b> O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, este é representado por 56.536.945 ações, sendo 23.152,727 de ações ordinárias 33.384.218 de ações preferenciais.		
No fim do exercício	970,30	970,30	a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente		
No início do exercício	970,30	970,30	b) Eduardo da Silva Melo - Contador CRC/PA 6809		
Passivo Circulante					
No fim do exercício	590.424,03	590.424,03			
No início do exercício	590.424,03	590.424,03			
<b>Redução cap.Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			

respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A administração da Companhia é responsável p/ elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza (CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas! Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a análise e apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007 e 2006. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 (em Reais)**

Ativo	2007	2006
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30
<b>Permanente</b>	<b>401.036,54</b>	<b>409.426,69</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04
Imobilizado	399.215,50	407.605,65
<b>Total do ativo</b>	<b>402.006,84</b>	<b>410.396,99</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(188.417,19)</b>	<b>(180.027,04)</b>
Capital Social	0,02	0,02
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99
Prej. Acumulados	(535.656,20)	(527.266,05)
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>402.006,84</b>	<b>410.396,99</b>

Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2007 e 2006.	2007	2006
<b>Desp. Operac.</b>		
(8.390,15)(8.390,15)		
Depreciação	(8.390,15)	
(8.390,15) Prej. Acumulados		
<b>(8.390,15)(8.390,15)</b>		

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31.12.2007 e de 2006**

	2007	2006
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operac.</b>		
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	
(8.390,15)		
Ajustes p/reconciliar o Result. do Exercício:		
Depreciação:	8.390,15	8.390,15
<b>Aum.(red.)de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equiv. de cx		
No início do exercício	970,30	970,30
Caixa e Equiv. de cx		
No fim do Exercício	970,30	970,30
<b>Aum.(red) de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.**

	Cap.Social	Reser.Capital	Prej.Acumul.	Total
<b>Saldos 31.12.2005</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(518.875,90)</b>	<b>(171.636,89)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2006</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(527.266,05)</b>	<b>(180.027,04)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2007</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(535.656,20)</b>	<b>(188.417,19)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006. 1. Contexto Operacional.**

A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas. **2.2 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa.** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado.** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas. **3-Caixa e equivalentes de caixa.**

Descrição	2007	2006	4-Imobilizado	2007	2006
Caixa	970,30	970,30	Descrição		
<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	Imóveis	425.578,79	425.578,79
<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			Total	425.578,79	425.578,79
O capital social subscrito integralizado de R\$ 0,02, esta representado por 56.536.945ações			Depreciação	(26.363,29)	(17.973,14)
			Imob.Líquido	<b>399.215,50</b>	<b>407.605,65</b>

sendo 23.152,727 de ações ordinárias e 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente b) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Gurupi - TO**. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas! Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a análise e apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30
<b>Permanente</b>	<b>392.646,39</b>	<b>401.036,54</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04
Imobilizado	390.823,35	399.215,50
<b>Total do ativo</b>	<b>393.616,69</b>	<b>402.006,84</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(196.807,34)</b>	<b>(188.417,19)</b>
Capital Social	0,02	0,02
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99
Prej. Acumulados	(544.046,35)	(535.656,20)
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>393.616,69</b>	<b>402.006,84</b>

<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2008 e 2007.</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>
Depreciação	(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Prej. Acumulados</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31.12.2008 e de 2007**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operac.</b>		
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	(8.390,15)
Ajustes p/reconciliar o Result. do Exercício:		
Depreciação:	8.390,15	8.390,15
<b>Aum.(red.)de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equiv. de cx No início do exercício	970,30	970,30
Caixa e Equiv. de cx No fim do Exercício	970,30	970,30
<b>Aum.(red) de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.**

	<b>Cap.Social</b>	<b>Reser.Capital</b>	<b>Prej.Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 31.12.2006</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(527.266,05)</b>	<b>(180.027,04)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2007</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(535.656,20)</b>	<b>(188.417,19)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2008</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(544.046,35)</b>	<b>(196.807,34)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007. 1. Contexto Operacional.**

A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis. 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa.** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado.** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas. **3-Caixa e equivalentes de caixa.**

<b>Descrição</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>4-Imobilizado</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Caixa	970,30	970,30	<b>Descrição</b>		
<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	Imóveis	425.578,79	425.578,79
<b>5 – Patrimônio Líquido Capital Social</b>			Total	425.578,79	425.578,79
O capital social subscrito integralizado de R\$ 0,02, esta representado por 56.536.945 ações			Depreciação	(34.753,44)	(26.363,29)
			Imob.Líquido	<b>390.825,35</b>	<b>399.215,50</b>

sendo 23.152,727 de ações ordinárias e 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente b) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Gurupi - TO**. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas! Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a análise e apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30
<b>Permanente</b>	<b>384.256,24</b>	<b>392.646,39</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04
Imobilizado	382.435,20	390.823,35
<b>Total do ativo</b>	<b>385.226,54</b>	<b>393.616,69</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Exig. L/Prazo</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(205.197,49)</b>	<b>(196.807,34)</b>
Capital Social	0,02	0,02
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99
Prej. Acumulados	(552.436,50)	(544.046,35)
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>385.226,54</b>	<b>393.616,69</b>

<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2009 e 2008.</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>
Depreciação	(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Prej. Acumulados</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31.12.2009 e de 2008**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operac.</b>		
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	(8.390,15)
Ajustes p/reconciliar o Result. do Exercício:		
Depreciação:	8.390,15	8.390,15
<b>Aum.(red.)de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equiv. de cx No inicio do exercício	970,30	970,30
Caixa e Equiv. de cx No fim do Exercício	970,30	970,30
<b>Aum.(red) de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.**

	<b>Cap.Social</b>	<b>Reser.Capital</b>	<b>Prej.Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 31.12.2007</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(535.656,20)</b>	<b>(188.417,19)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2008</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(544.046,35)</b>	<b>(196.807,34)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2009</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(552.436,50)</b>	<b>(205.197,49)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008. 1. Contexto Operacional.**

A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis. 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa.** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado.** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas. **3-Caixa e equivalentes de caixa.**

<b>Descrição</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>4-Imobilizado</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Caixa	970,30	970,30	<b>Descrição</b>		
<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	Imóveis	425.578,79	425.578,79
			<b>Total</b>	<b>425.578,79</b>	<b>425.578,79</b>
			Depreciação	(43.143,59)	(34.753,44)
			<b>Imob.Líquido</b>	<b>382.435,20</b>	<b>390.825,35</b>

O capital social subscrito integralizado de R\$ 0,02, está representado por 56.536.945 ações sendo 23.152,727 de ações ordinárias e 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente b) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Gurupi - TO**. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas! Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a análise e apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30
<b>Não Circulante</b>	<b>375.866,09</b>	<b>384.256,24</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04
Imobilizado	374.045,05	382.435,20
<b>Total do ativo</b>	<b>376.836,39</b>	<b>385.226,54</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(213.587,64)</b>	<b>(205.197,49)</b>
Capital Social	0,02	0,02
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99
Prej. Acumulados	(560.826,65)	(552.436,50)
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>376.836,39</b>	<b>385.226,54</b>

<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2010 e 2009.</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>
Depreciação	(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Prej. Acumulados</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31.12.2010 e de 2009**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operac.</b>		
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	(8.390,15)
Ajustes p/reconciliar o Result. do Exercício:		
Depreciação:	8.390,15	8.390,15

<b>Aum.(red.)de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa e Equiv. de cx	-	-
No início do exercício	970,30	970,30
Caixa e Equiv. de cx		
No fim do Exercício	970,30	970,30
<b>Aum.(red) de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.**

	<b>Cap.Social</b>	<b>Reser.Capital</b>	<b>Prej.Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 31.12.2008</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(544.046,35)</b>	<b>(196.807,34)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2009</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(552.439,50)</b>	<b>(205.197,49)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2010</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(560.826,65)</b>	<b>(213.587,64)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009. 1. Contexto Operacional.** A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis. 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa.** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado.** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas. **3-Caixa e equivalentes de caixa.**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>4-Imobilizado</b>	<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa	970,30	970,30	Imóveis	425.578,79	425.578,79	
<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	<b>Total</b>	<b>425.578,79</b>	<b>425.578,79</b>	
<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			Depreciação	(51.533,74)	(43.143,59)	
O capital social subscrito e integralizado de R\$ 0,02, está representado por 56.536.945 ações			Imob.Líquido	<b>374.045,05</b>	<b>382.435,20</b>	

sendo 23.152,727 de ações ordinárias e 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente b) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Gurupi - TO**. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

**ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS** – CNPJ 02.517.787/0001-99, Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas! Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a análise e apreciação de V.sas; as Demonstrações contábeis desta sociedade, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Ao mesmo tempo em que se coloca a inteira disposição de todos os interessados, para presta-lhes quaisquer esclarecimentos que por ventura julguem necessário. Gurupi-To, 30 de outubro de 2014.

**Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (em Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>
Caixa e equiv.caixa	970,30	970,30
<b>Não Circulante</b>	<b>367.475,94</b>	<b>375.866,09</b>
Investimentos	1.821,04	1.821,04
Imobilizado	365.654,90	374.045,05
<b>Total do ativo</b>	<b>368.446,24</b>	<b>376.836,39</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>590.424,03</b>	<b>590.424,03</b>
Credores Diversos	590.424,03	590.424,03
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>(221.977,79)</b>	<b>(213.587,64)</b>
Capital Social	0,02	0,02
Reser. de Capital	347.238,99	347.238,99
Prej. Acumulados	(569.216,80)	(560.826,65)
<b>Total do passivo e Pat. Líquido</b>	<b>368.446,24</b>	<b>376.836,39</b>

<b>Demonst. de Result. p/ Exerc. Findos em 31.12.2011 e 2010.</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Desp. Operac.</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>
Depreciação	(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Prej. Acumulados</b>	<b>(8.390,15)</b>	<b>(8.390,15)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31.12.2011 e de 2010**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operac.</b>		
Prejuízo do Exercício	(8.390,15)	(8.390,15)
Ajustes p/reconciliar o Result. do Exercício:		
Depreciação:	8.390,15	8.390,15
<b>Aum.(red.)de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equiv. de cx		
No início do exercício	970,30	970,30
Caixa e Equiv. de cx		
No fim do Exercício	970,30	970,30
<b>Aum.(red) de cx e Equiv. de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.**

	<b>Cap.Social</b>	<b>Reser.Capital</b>	<b>Prej.Acumul.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 31.12.2009</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(552.436,50)</b>	<b>(205.197,49)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2010</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(560.826,65)</b>	<b>(213.587,64)</b>
Prej. Acumulados			(8.390,15)	(8.390,15)
<b>Saldos 31.12.2011</b>	<b>0,02</b>	<b>347.238,99</b>	<b>(569.216,80)</b>	<b>(221.977,79)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010. 1. Contexto Operacional.**

A companhia tem como atividade preponderante a comercialização de produtos alimentícios em geral. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis. 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **2.3 Caixa.** O caixa inclui numerários em espécie para atender compromissos do cotidiano. **2.4 Imobilizado.** Avaliado ao custo de aquisição deduzido por depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. **2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização. O passivo não circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias incorridas. **3-Caixa e equivalentes de caixa.**

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>4-Imobilizado</b>	<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Caixa	970,30	970,30	Imóveis	425.578,79	425.578,79	
<b>Total</b>	<b>970,30</b>	<b>970,30</b>	<b>Total</b>	<b>425.578,79</b>	<b>425.578,79</b>	
<b>5 -Patrimônio Líquido Capital Social</b>			Depreciação	(59.923,89)	(51.533,74)	
O capital social subscrito integralizado de R\$ 0,02, esta representado por 56.536.945 ações			Imob.Líquido	<b>365.654,90</b>	<b>374.045,05</b>	

sendo 23.152,727 de ações ordinárias e 33.384.218 de ações preferenciais. a) Leonildo de Araújo Pinto – Diretor Presidente b) Eduardo da Silva Melo – Contador CRC/PA 6809

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores e Acionistas de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Gurupi - TO**. Examinamos as demonstrações contábeis de **ARAGUAIA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem, o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento de auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza(CE), 20 de outubro de 2014. **Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE Nº 227-S-TO Manoel Delmar da Gama Contador - CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-TO**

